

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Katuo Okabayashi

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AGRONEGÓCIO: uma
análise a partir da percepção dos produtores e
representantes do estado de Rondônia**

Taubaté – SP

2020

KATUO OKABAYASHI

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AGRONEGÓCIO: uma análise a partir da percepção dos produtores e representantes do estado de Rondônia

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Quésia Postigo Kamimura.

Taubaté – SP

2020

Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi/ UNITAU
Grupo Especial de Tratamento da Informação - GETI

K41p	<p>Okabayashi, Katuo Políticas públicas para o agronegócio : uma análise a partir da percepção dos produtores e representantes do estado de Rondônia / Katuo Okabayashi – Taubaté : EdUnitau, 2019. 143 f. : IL.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de Gestão e Negócios / Eng. Civil e Ambiental, 2020. Orientação : Profa. Dra. Quésia Postigo Kamimura, Departamento de Pesquisa e Pós-graduação.</p> <p>1. Planejamento regional. 2. Comunidade – Desenvolvimento. 3. Economia. 4. Política pública. 4. Agroindústria. I. Título.</p>
CDD – 338.9	

KATUO OKABAYASHI

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AGRONEGÓCIO: uma análise a partir da percepção dos produtores e representantes do estado de Rondônia

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Data: _____ / _____ / _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Quésia Postigo Kamimura

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Francisco Cristóvão Lourenço de Melo

Instituto de Aeronáutica e Espaço

Assinatura _____

Dedico o presente trabalho ao meu pai, Yoshifuku Okabayashi, *in memoriam*, que atravessou o oceano em busca da realização dos seus sonhos.

À minha mãe, Masue Okabayashi, *in memoriam*, pela sua dedicação e cuidado com os filhos.

Às minhas irmãs, Emília Okabayashi Takenaka e Marie Okabayashi Hashimoto, pelo carinho e incentivo.

À minha querida esposa, Edna Mendes dos Reis Okabayashi, pela parceria e incentivo na vida e nos estudos.

À minha filha, Ana Mitie dos Reis Okabayashi, que nasceu acompanhando a minha trajetória nos estudos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo zelo e bênçãos em todo o processo de estudo e pesquisa.

À minha orientadora, Profa. Dra. Quésia Postigo Kamimura, pela habilidade e dedicação ao conduzir-me na trajetória para a realização desta pesquisa. Minha eterna gratidão pela oportunidade e confiança.

Ao Prof. Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, pela disposição e presteza em todas as etapas desta caminhada.

Aos demais professores do Curso de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da UNITAU e aos professores membros da banca avaliadora, por todos os ensinamentos que foram oportunizados.

À Universidade de Taubaté (UNITAU), por ter me acolhido como aluno do curso de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Aos colegas e a todos aqueles que me incentivaram nesta caminhada.

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional do estado de Rondônia. A partir daí indaga-se qual é a influência dessas políticas direcionadas ao agronegócio rondoniense, no período de 2007 a 2017, na percepção de produtores e representantes. O objetivo geral deste estudo é a análise das políticas públicas governamentais no processo de desenvolvimento regional do estado de Rondônia, a partir da percepção dos produtores e participantes do agronegócio rondoniense. A pesquisa é descritiva e exploratória quanto aos objetivos, e no que concerne ao procedimento adotado é uma pesquisa de campo, embora apresente alguns traços da pesquisa bibliográfica por utilizar material teórico já publicado. A abordagem deu-se por acessibilidade e a pesquisa é também qualitativa e quantitativa. Os resultados, obtidos, a partir da análise de conteúdo, mostram que os produtores participantes da pesquisa pouco percebem a existência, uso e importância das políticas públicas, enquanto os presidentes de cooperativas e associações percebem essas políticas como instrumentos do Estado, utilizados no agronegócio, que devem ser aperfeiçoados a fim de fomentar ainda mais o desenvolvimento regional. Conclui-se que as políticas públicas direcionadas ao agronegócio devem ser mais bem propostas e executadas, para que tenham maior alcance e eficácia na população da agroindústria.

Palavras-chave: Planejamento. Desenvolvimento Regional. Economia. Políticas Públicas. Agronegócio.

ABSTRACT

This research has as its theme the public policies focused on regional development in the State of Rondônia, and from there it is investigated: In what way the public policies fomented in the agribusiness influence in fact the regional development of the State of Rondônia in the period corresponding to the years from 2007 to 2017. The general objective is to analyze the public policies in the process of regional development in the State of Rondônia in the period from 2007 to 2017, from the perspective of the producers and participants of the agribusiness in Rondônia. The methodology applied in terms of its objectives, between descriptive and exploratory, in what concerns the adopted procedure, is a field research, in spite of presenting some traces of the bibliographic research, given the use of theoretical material already published, and regarding the approach, it is demonstrated in the qualitative modality and by accessibility. The results of the data analysis showed that the producers who answered the questionnaires perceive little or do not perceive the existence, use and importance of public policies; while the presidents of cooperatives and associations affirm that public policies are the instrument by which the state has established itself in agribusiness and an instrument that must be improved in order to further foster the regional development of the state through agribusiness. It is concluded, therefore, that the public policies directed to agribusiness must be better proposals and executed, in order to have greater reach and to obtain greater efficiency for the population of the agribusiness.

Keywords: Planning. Regional development. Economy. Public policy. Agribusiness.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valor bruto da Produção Agropecuária (Vbpa) em R\$ Mil.	16
Tabela 2 – Produção Agrícola Municipal (Pam) de Soja em Rondônia.....	77
Tabela 3 – Produção Agrícola Municipal (Pam) de Café em Rondônia	79
Tabela 4 – Série histórica de Rebanho Bovino Leiteiro de 2012 a 2018.....	83
Tabela 5 – Produção Agrícola Municipal (Pam) de Milho em Rondônia	86
Tabela 6 – Série Histórica de Carne nos últimos anos.....	89
Tabela 7 - Gênero dos Produtores Rondonienses	92
Tabela 8 - Faixa Etária dos Produtores Rondonienses	92
Tabela 9 - Escolaridade Etária dos Produtores Rondonienses	93
Tabela 10 - Administração da Produção Rondoniense	94
Tabela 11 - Prestação de Assistência Técnica aos Produtores Rondonienses	94
Tabela 12 - Pretensão de Aumento da Produção	95
Tabela 13 - Fontes de Informação sobre Produção	96
Tabela 14 - Uso de Tecnologias Inovadoras na Produção.....	97
Tabela 15 - Acesso a Crédito Rural	98
Tabela 16 - Recebimento de Apoio Governamental.....	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - PIB do agronegócio nacional (em R\$ bilhões).....	35
Figura 2 - Movimentação portuária de soja e milho oriundos de Rondônia e Mato Grosso pela calha do Rio Madeira (2013 – 2017).....	37
Figura 3 - Evolução quinquenal da produção de soja em Rondônia (1986/87 e 2016/17) em kgs.....	76
Figura 4 – Produção de café em Rondônia, em lavouras temporárias e permanentes 2007-2017	79
Figura 5 - Evolução da produção do leite em Rondônia, 2007 – 2016.....	81
Figura 6 - Evolução quinquenal da produção de milho em Rondônia no período de safra de 2006/2007– 2016/2017.....	85
Figura 7 - Valor bruto da produção agropecuária da carne bovina em Rondônia no período de 2008 a 2017	87
Figura 8 - Efetivo dos rebanhos no estado de Rondônia no período de 2007 a 2016...88	
Figura 9 – Municípios produtores de leite, milho, soja, carne e café.....	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos de Políticas Públicas	21
Quadro 2 - Elementos de referência para a problemática regional	52
Quadro 3 - Fases da análise temática de Bardin (1977)	60
Quadro 4 - Histórico das políticas públicas para o setor da agroindústria rondoniense de 1974 a 2017	66
Quadro 5 - Aspectos analisados dos produtores rondonienses	90
Quadro 6 – Categoria 1: caracterização.....	91
Quadro 7 - Municípios rondonienses e suas produções do agronegócio.....	91
Quadro 8 – Categoria 2: organização da produção.....	93
Quadro 9 – Categoria 3: planejamento, gestão e conhecimento.....	95
Quadro 10 – Categoria 4: políticas públicas, financiamento e desenvolvimento regional	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira de Agribusiness
ACNR	Associação dos Criadores de Nelore de Rondônia
APROSOJA	Associação dos Produtores de Soja de Rondônia
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira
CGEA	Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FMT	Fundação Mato Grosso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IDARON	Agência de Defesa Sanitária Agrovilpastoril do Estado de Rondônia
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ONG	Organização Não Governamental
PAD	Projetos de Assentamento Dirigido
PAM	Produção Agrícola Municipal
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PENSA	Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial, Universidade de São Paulo
PDES	Plano de Desenvolvimento Estadual e Sustentável do Estado de Rondônia
PIC	Projetos Integrados de Colonização
PNB	Produto Nacional Bruto
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
POLIS	Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
POLOAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONOROESTE	Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil
PPA	Plano Plurianual
PLANAFLORO	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PNEFA	Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa
PRDA	Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura
TCU	Tribunal de Contas da União
VBPA	Valor Bruto da Produção Agropecuária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Problema	15
1.2	Objetivos	17
1.2.1	Objetivo geral	17
1.2.2	Objetivos específicos	17
1.3	Delimitação	18
1.4	Relevância	18
1.5	Organização do Trabalho	19
2	REVISÃO DA LITERATURA	20
2.1	Conceituação de Política Pública	20
2.1.1	Elaboração de políticas públicas	23
2.1.2	Implementação de políticas públicas	26
2.1.3	Avaliação de políticas públicas	27
2.1.4	Extinção de políticas públicas	28
2.2	Agricultura e Agronegócio	29
2.2.1	Agronegócio no Brasil	33
2.2.2	Agronegócio em Rondônia	36
2.2.3	Cadeias produtivas no agronegócio	38
2.3	Conceitos de Desenvolvimento Regional	41
2.3.1	Peculiaridades do desenvolvimento econômico	45
2.3.2	Etapas do desenvolvimento econômico	47
2.3.3	Relação entre planejamento e desenvolvimento econômico	53
3	MÉTODO	56
3.1	Tipo de Pesquisa	56
3.2	Amostra da pesquisa	58
3.3	Instrumentos para coleta de dados	58
3.4	Coleta de dados	59
3.5	Procedimentos para a análise dos dados	60
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	62
4.1	Políticas Públicas aplicadas ao Agronegócio em Rondônia	62
4.1.1	Políticas públicas para o desenvolvimento de cadeias do agronegócio	68
4.2	Produtos Agrícolas e Pecuários que compõem o PIB de Rondônia	74
4.2.1	Soja	74
4.2.2	Café	78
4.2.3	Leite	80
4.2.4	Milho	85
4.2.5	Carne	86
4.3	Características dos Produtores Rurais em Rondônia	90
4.4	Políticas Públicas do Agronegócio Rondoniense a partir da percepção de Produtores e Representantes	99
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS	111
	Apêndice A – Roteiro da entrevista	123
	Apêndice B – Questionários aplicados	125
	Anexo A – Parecer do Conselho de Ética em Pesquisa – CEP	145
	Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	148

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga as políticas públicas como instrumentos de promoção do desenvolvimento regional, partindo do pressuposto de esse desenvolvimento estar ligado à noção de sustentabilidade. Por oportunizar processos de crescimento equilibrados à sustentabilidade, torna-se possível investigar a colaboração dessas ações estatais no agronegócio brasileiro e especificamente no âmbito rondoniense.

Nesta investigação consideram-se ações, programas, projetos, regulamentações, leis e normas que o Estado desenvolve para administrar, de modo mais equilibrado, os diferentes interesses das questões sociais para que alcancem coletivamente uma determinada sociedade. Esses procedimentos são denominados políticas públicas, conforme o entendimento de Almeida (2001, p.15).

Uma das principais fontes de desenvolvimento nacional, o agronegócio, é gerador de riqueza para o país, destacando-se o agronegócio rondoniense. Impulsionado pela forte atuação do Estado na condução das políticas setoriais para a agricultura a anos 1970, Rondônia se constitui um exemplo típico de região de fronteira, consolidando uma moderna produção agroindustrial.

A peculiaridade da economia brasileira dos anos recentes, de deterioração das finanças públicas, reduziu substancialmente os investimentos públicos em várias áreas da atividade econômica, principalmente nos setores de infraestrutura como telecomunicações, energia elétrica e transportes (RONDÔNIA, 2015).

O estado de Rondônia, localizado na Região Norte do Brasil, em meio à Região Amazônica, foi emancipado politicamente em 1982 e atualmente desenvolve ações no campo da agroindústria, ramo que está em expansão no cultivo de café, cacau, soja, milho e dos minérios existentes na localidade.

Em meio a tantas potencialidades, torna-se oportuno o incentivo fiscal às indústrias desses produtos, com a finalidade do aumento da geração de emprego e renda e desenvolvimento da região (IPEA, 2017).

Nesse sentido, as políticas públicas caracterizam-se como ações estatais que oportunizam melhorias nos processos de desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, promovem o crescimento do estado de Rondônia.

Em Rondônia, os principais produtos agropecuários são o gado de carne, o gado de leite, a soja, o milho e o café, que em 2017, juntos, corresponderam a 84,4% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) estadual (MAPA, 2017).

Além das agroindústrias, o estado tem grande potencial hidroviário. É possível explorar a navegação dos rios Madeira, Jamari e o Guaporé, dentre outros que cruzam o estado e servem como caminho para o escoamento da produção agrícola.

A hidrovía Madeira-Amazonas permite o transporte de grãos e outros insumos produzidos em toda a região, colaborando para potencializar a produção de soja em Rondônia e no noroeste de Mato Grosso, proporcionando uma reestruturação do uso produtivo do espaço regional. Funciona como modal hidrorrodoviário (rodovia BR-364 e hidrovía) que articula o espaço amazônico ao fluxo do agronegócio globalizado (NUNES, 2004).

O estado conta com potencialidade de exploração, tais como hidronavegação, turismo ecológico e agroindústria, mas, apesar de todas as potencialidades há obstáculos que impedem o aumento do desenvolvimento regional.

Diante dessa expectativa, torna-se necessária a atração de novos investimentos para áreas como agroindústria, hidrovía, pecuária, aquicultura e produção de leite. Para o alcance do desenvolvimento regional são utilizados mecanismos diversos, e dentre eles destacam-se as políticas públicas, objeto central desta pesquisa.

No que se refere ao estudo da elaboração e avaliação de políticas públicas no âmbito brasileiro, Frey (2000) argumenta que os estudos de políticas públicas no Brasil são recentes e ainda não tomaram uma linha acadêmica ou profissional institucionalizada.

O estado de Rondônia conta com o Plano de Desenvolvimento Estadual (PDES-RO) para os anos de 2015 a 2030, documento elaborado em parceria com o Ministério da Integração Nacional por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, com a função de orientar as ações governamentais e nortear o desenvolvimento regional e sustentável (RONDÔNIA, 2015).

A partir de então, esta pesquisa investiga as políticas públicas estatais no âmbito do agronegócio rondoniense, tendo em vista que Rondônia localiza-se geograficamente no norte do país e tem grande potencial produtivo referente ao agronegócio, fatores que demonstram que a região é capaz de crescer ainda mais.

1.1 Problema

Em sua concepção mais comum, o termo grego *polis* pode ser traduzido para a língua portuguesa como cidade, para referir-se à ideia de política e de coisa pública nascida na Grécia, em Atenas, aspecto fundamental para a democracia genuinamente grega. Segundo Kamimura (2004, p. 23), a política refere-se a *polis* e seus habitantes, entendidos aqui como cidadãos unidos para a realização de tomadas de decisão coletivas de modo democrático.

Assim, as decisões referentes às ações direcionadas ao crescimento da sociedade implicam um processo dialógico com a população e seus representantes, aspecto analisado nesta pesquisa. As políticas públicas aparecem, então, como um mecanismo de satisfação às necessidades da *polis*, em um movimento político de incentivo a uma determinada finalidade.

No âmbito dessa pesquisa investigam-se as políticas públicas executadas para o fomento do desenvolvimento regional do estado de Rondônia a partir do desenvolvimento do agronegócio. Rondônia apresenta índices de desenvolvimento econômico motivados pelo agronegócio, conforme dados expostos na Tabela 1, que demonstra o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA):

Tabela 1 - Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) em R\$ mil.

Ano	Carne Bovina	Café	Leite	Soja	Milho
2008	2.739.143	809.470	592.224	367.891	189.642
2009	3.015.499	657.205	1.088.146	426.526	174.138
2010	3.199.897	1.127.999	957.766	376.393	164.609
2011	3.602.758	486.976	759.894	420.279	208.180
2012	3.721.423	512.870	899.231	625.589	317.085
2013	4.085.435	358.672	1.004.620	729.076	247.592
2014	4.225.948	422.188	1.003.024	743.545	284.614
2015	3.942.666	510.514	856.215	886.087	406.309
2016	4.293.489	649.585	825.909	916.463	393.158
2017	5.118.114	1.017.514	655.532	845.453	406.420

Fonte: IBGE (2017)

Dessa forma, considerando a importância do agronegócio para a economia de Rondônia, é necessário investigar as políticas públicas direcionadas a partir da visão de produtores, diretores de associações e pessoal que se encontram no início de produção dos principais produtos do estado, como carne, leite, soja, milho e café, a fim de verificar a colaboração das políticas públicas para a expansão dos índices citados.

A necessidade de investigação surgiu a partir da consideração da percepção dos produtores locais em relação às políticas públicas do agronegócio que colaboram para o desenvolvimento regional do estado de Rondônia como um problema prático a ser investigado cientificamente, considerando os desafios existentes no setor.

De acordo com Barros (2006), enfrenta-se um déficit de projetos nacionais sólidos, bem estruturados, e que realmente acarretem mudanças capazes de colaborar para o desenvolvimento regional e para a melhoria na qualidade de vida da população.

Dessa forma, a pergunta-problema que guia a construção desta pesquisa é a seguinte: quais são as políticas públicas voltadas ao agronegócio rondoniense, instituídas entre 2007 a 2017, na percepção dos produtores rondonienses, considerando, também, as perspectivas futuras quanto ao desenvolvimento regional do estado?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as políticas públicas voltadas ao agronegócio rondoniense, instituídas entre os anos de 2007 a 2017, a partir da percepção dos produtores e representantes de entidades produtoras.

1.2.2 Objetivos específicos

Identificar as políticas públicas destinadas ao agronegócio rondoniense durante o período de 2007 a 2017.

Caracterizar os principais produtos da atividade econômica do agronegócio que compõem o Produto Interno Bruto do estado de Rondônia.

Relacionar políticas públicas do agronegócio e seu impacto no planejamento e desenvolvimento regional.

1.3 Delimitação

Esta pesquisa delimita-se à identificação e à análise de políticas públicas estaduais, com base na percepção individual dos produtores e representantes que ocupam cargo de diretores de associações e dirigentes de instituições participantes da produção agropecuária, como soja, milho, café, leite e carne, que forma o PIB rondoniense. Nesse sentido, há dois pontos de delimitação:

temporal: políticas públicas direcionadas ao agronegócio rondoniense, instituídas entre os anos de 2007 a 2017, com base em entrevistas dos participantes da pesquisa, para investigar a sua percepção quanto à eficácia dessas políticas públicas ao longo desses anos; e

geográfica: municípios do estado de Rondônia que têm grande produção dos produtos aqui pesquisados: Ariquemes, Cacoal, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno, Rolim de Moura e Vilhena, como aponta o Boletim Agropecuário de Rondônia (2018).

Nesse sentido, a delimitação da pesquisa é de caráter geográfico, pois foram utilizados dados documentais pertinentes a um estado da federação e também por ter sido constituída por dados oriundos de entrevistados de diversos municípios.

1.4 Relevância

A relevância deste estudo está no fato de colaborar para o planejamento, elaboração e gerenciamento de políticas públicas direcionadas ao agronegócio rondoniense. O estado de Rondônia é produtor de carne bovina, café, leite, soja e milho, produtos que figuram como grandes constituintes do agronegócio brasileiro, que, por sua vez, apresenta grande desempenho no Produto Interno Bruto Nacional (EMBRAPA, 2018, p. 01).

Apesar de toda a importância para o desenvolvimento regional, o agronegócio vem sendo vítima de crises cíclicas que demandam injeção de novos recursos e replanejamento das práticas de planejamento, execução e análise das políticas públicas.

É necessário que o governo intervenha por meio de políticas públicas, importantes instrumentos responsáveis pelo suporte e desenvolvimento do setor, compreendidas como um conjunto de medidas e ações governamentais de

planejamento, financiamento e fiscalização de planos e programas direcionados ao agronegócio (BARROS, 2006).

Nesse sentido, investigar as políticas públicas para o agronegócio rondoniense, entre os anos de 2007 a 2017, com base na percepção dos partícipes desse cenário, torna-se relevante na medida em que colabora para futuras ações, governamentais ou não, de reelaboração, planejamento e gerenciamento de políticas públicas que objetivam melhorias no agronegócio.

1.5 Organização do Trabalho

Esta pesquisa está organizada em cinco seções. A primeira tem caráter introdutório, e expõe o problema, os objetivos, tanto o geral quanto os específicos, relevância, justificativa e organização.

A segunda seção é constituída pela revisão de literatura, que aborda políticas públicas, o agronegócio brasileiro e rondoniense, e as questões que permeiam o desenvolvimento regional tanto no âmbito do estado de Rondônia quanto do Brasil.

Nessa seção são expostos, comparados e discutidos conceitos tradicionais e contemporâneos de autores que discutem esses temas, como: noções de crescimento econômico e desenvolvimento econômico; conceituação de políticas públicas; agronegócio e o agronegócio em Rondônia; e a relação entre políticas públicas e desenvolvimento regional.

A terceira seção descreve a metodologia, as hipóteses levantadas, elucidando o tipo, a amostra e os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa, além do modo como os dados foram coletados e analisados.

A quarta seção traz os resultados obtidos e a discussão. Por fim, as considerações finais encerram este estudo na quinta seção.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Essa seção apoia-se nos principais conceitos de políticas públicas, desenvolvimento regional e agronegócio. A seguir são apresentadas as subseções que compõem esta pesquisa: a primeira conceitua políticas públicas, a segunda descreve o panorama da agricultura e do agronegócio no Brasil e no mundo, e a terceira subseção apresenta conceitos de desenvolvimento regional.

2.1 Conceituação de política pública

O termo política pública é constantemente utilizado pelos integrantes da sociedade contemporânea para tratar de uma realidade de natureza geral ou específica. Formada a partir da junção do grego *politikó*, que se refere às condições de participação de um cidadão livre nas decisões dos rumos da cidade, e do latim *publica*, que significa do povo, para o povo, uma política pública indica a participação do povo nas decisões do território ao qual pertence.

Enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica, conforme estabelecido por Sousa (2003), surgiu nos Estados Unidos quebrando uma tradição da Europa de estudos e pesquisas nessa área, que focalizavam mais as análises do Estado e suas instituições do que na produção dos governos.

Nesse entendimento, na Europa a área de política pública surgiu como um resultado dos trabalhos baseados nas teorias explicativas do papel do Estado e de uma das mais importantes instituições: o governo, que é o produtor por excelência de políticas públicas. Nos EUA, pelo contrário, as políticas públicas surgiram no cenário acadêmico sem o estabelecimento de relações com as bases teóricas referentes ao papel do Estado (SOUSA, 2006). As políticas públicas, portanto, têm relação com o Estado, com as ações desenvolvidas por ele.

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2013, p.13).

A partir da leitura de Dye (1984) e Lowi (1966), Azevedo (2003, p. 38) compreende que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e omissões”. De acordo com os autores, é perceptível que uma política pública é coisa do governo e que a sociedade civil não é responsável diretamente nem agente implementador de políticas públicas.

Como as políticas públicas se referem a tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer conclui-se, obviamente, que em relação ao agronegócio essas políticas compreendem tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer nesse campo. Ainda quanto à definição, a mais conhecida continua sendo a de Lasswell, que decisões e análises referentes às políticas públicas implicam responder às questões: quem ganha o quê, por que, e que diferença faz (SOUSA, 2006).

Na conceituação de políticas públicas, Easton (1965 *apud* SOUZA, 2007) colabora ao defini-las como um sistema composto de relações entre formulação, resultados e ambiente. Ainda nessa definição, as políticas públicas resultam, também, dos partidos políticos, da mídia e dos grupos de interesse que influenciam os resultados e efeitos.

Entre as diversas conceituações de inúmeros autores da área, o Quadro 1 elenca os conceitos dos fundadores da área de políticas públicas.

Quadro 1 - Conceitos de políticas públicas

ANO	1936	1957	1959-1979	1965
NO ME	LASSWELL	SIMON	LINDBLOM	EASTON
CONCEITO	Introduz a expressão <i>policyanalysis</i> (análise de políticas públicas) nos anos 1930. Objetiva conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos. Estabelece diálogos entre cientistas sociais, grupos de interesses e governo.	Introduz o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (<i>polycymakers</i>). Limitação pela minimização do conhecimento racional ou por problemas relacionados à informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, autointeresse dos decisores. Também maximizada pela criação de estruturas que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento impedindo a busca de maximização de interesses próprios.	Questiona a ênfase do racionalismo de Lasswell e Simon e propõe a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o papel das eleições das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.	Define a política pública como sistema que possui relação entre formulação, resultados e ambiente. Recebe insumos dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse que acabam influenciando os resultados e efeitos.

Fonte: adaptado de Souza (2017, pp. 20-45)

No que se refere aos tipos e moldes de políticas públicas existem três tipologias, elencadas a seguir:

redistributivas: têm como objetivo primordial a redistribuição de “renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos”. Essa tipologia pode ser exemplificada com os programas de bolsa-escola, bolsa-universitária, cesta básica, renda cidadã, isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e de taxas de energia e/ou água para famílias carentes, entre outros exemplos. A isenção ou diminuição do IPTU às famílias de classes sociais mais baixas e o aumento desse imposto a setores de maior renda, com maior tributação aos mais ricos e diminuição aos mais pobres, é um modo de redistribuir a origem dos recursos sem que isso acarrete diminuição geral (AZEVEDO, 2003, p. 38);

distributivas: são o maior tipo no Brasil e têm como objetivo a oferta dos serviços públicos de modo pontual ou setorial de acordo com as demandas sociais, como os serviços de manutenção das ruas, varrição, jardinagem, pinturas e/ou limpeza de prédios ou lugares públicos, em que o financiamento é realizado pela sociedade de modo geral, pelo orçamento geral do Estado. Essas políticas são consideradas de fácil implantação e dificilmente encontrarão oposição à sua realização. Apesar disso, muitas vezes ganham caráter clientelista por dois motivos mais aparentes: o primeiro, pelo fato de as populações mais pobres apresentarem demandas pontuais e individuais por causa das desigualdades sociais. O segundo motivo mais aparente refere-se ao caráter de moeda de troca que a implantação dessas políticas produz na maioria das vezes a parlamentares que as implementam em contrapartida de votos nas eleições. As políticas de emergência e solidariedade a vítimas de enchentes e terremotos, por exemplo, são exemplos de políticas públicas distributivas, mas não clientelistas; e

regulatórias: consistem na elaboração de leis que permitem ao governo realizar, ou não, uma política pública redistributiva ou distributiva. Enquanto essas duas encontram-se no campo do Poder Executivo, as políticas regulatórias pertencem ao campo do Poder Legislativo, já que, como o nome já diz, regula os recursos públicos para a implementação de outras políticas. Com efeito de longo prazo, essas políticas são caracterizadas pelo alcance aos cidadãos enquanto participantes da sociedade de modo geral, passando pela sociedade em sentido transversal, atravessando diversos segmentos da sociedade.

Para Hofling (1977) as políticas públicas são compreendidas como o 'Estado em Ação', por implementar um projeto por meio de programas e ações voltadas a setores específicos da sociedade. É imprescindível destacar a diferença entre Estado e governo. O primeiro envolve o conjunto de instituições permanentes, a exemplo dos órgãos legislativos, tribunais e exército, que promovem as ações do governo.

O governo, por sua vez, refere-se a um conjunto de programas e projetos advindos da sociedade, de políticos, da sociedade civil organizada e de outros propostos à sociedade, mostrando uma orientação política que assume e desenvolve as funções de Estado por período determinado. Conforme Fernandes (2010, p. 43), "o governo que não toma uma atitude pública sobre determinado problema também faz política".

Em uma abordagem contemporânea, Secchi (2017, p. 2) teoriza que política pública é uma espécie de diretriz que funciona com a finalidade de resolver um problema que seja público: "(...) vejamos essa definição em detalhe: uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública".

A ideia de política pública se relaciona a problema público, portanto, para o autor "um estudo de políticas públicas não prescinde do estudo de um problema que seja entendido como coletivamente relevante" (SECCHI, 2017, p. 10).

De todo modo, as políticas públicas são produtos de um processo de pressões políticas exercidas por grupos da sociedade civil, bem organizados e influentes politicamente, e das predisposições políticas do governo em sensibilizar-se com essas pressões (SILVA; SOUZA-LIMA, 2010).

Nesse entendimento, uma situação melhor é aquela que pretende proporcionar com a política pública, e isso se dará em sua maior parte na fase de planejamento e elaboração, aspectos abordados a seguir.

2.1.1 Elaboração de políticas públicas

A intenção de os governantes produzirem propostas eficazes, a fim de solucionar as diversas problemáticas que envolvem as políticas públicas, precisa driblar a corrupção, a miséria, e os prejuízos ambientais.

Para que uma política pública seja desenvolvida ela deve obedecer três requisitos básicos e simultâneos: I) ser totalmente viável na via administrativa; II) ser aceita pelo usuário interessado; III) e ter capacidade técnica de nível elevado para não cometer falhas de execução.

A elaboração de políticas públicas consiste na união de ideias que pretendem sanar determinados problemas existentes na sociedade. Essa fase leva em consideração possíveis escolhas e a partir daí visualiza-se sua possibilidade de aplicação ou não (SECCHI, 2017, p. 40).

A doutrina apresenta o ciclo de políticas públicas para esclarecer como ocorre, de fato, sua existência dentro do ordenamento social. Esse ciclo se divide em: identificação do problema; agendamento; formulação da política; processo de tomada de decisão; implementação; avaliação; e extinção (SECCHI, 2017, p. 42).

Alguns estudiosos, ao considerar a sequência do ciclo de políticas públicas, afirmam que não há como precisar o começo e o término dessas políticas, uma vez que as fases se assemelham e dificultam esse discernimento. Por outro lado, Secchi (2017) destaca a relevância do uso do ciclo, pois por meio dele é possível alinhar as ideias e sistematizar os pontos a serem discutidos e avaliados, o que facilita a vida dos gestores responsáveis pela elaboração das políticas públicas.

Inicialmente, é fundamental saber quais opções são mais suscetíveis ao sucesso de uma política pública e qual o fato gerador do problema, já que “um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública” (SECCHI, 2017, p. 44).

Muitos problemas das políticas públicas são difíceis de resolver, e talvez não se chegue a um entendimento unânime da sua razão de ser. Por outro lado, os atores das políticas devem se resguardar e tomar posicionamentos quanto aos assuntos propostos com a finalidade de solucioná-los.

Para Sjoblom (1984, p. 45), a identificação do problema consiste na sua percepção, na sua definição e, por último, na avaliação da sua solução. Fundamental também é conhecer quem são os responsáveis, para poder prosseguir na sua identificação.

Esse grupo, denominado ‘atores políticos’, é composto por agentes políticos, organizações não governamentais e partidos políticos, dentre outros. Cumpre esclarecer que se algum desses atores identifica o problema e caso tenha algum

interesse, ainda que indireto, poderá priorizar a sua resolução, e para isso utilizará da lista de prioridades conhecida como agenda.

Para Secchi (2017), a agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes, que pode materializar-se em um programa de governo, em um planejamento orçamentário, estatuto partidário ou, ainda, em uma simples lista de assuntos que o comitê editorial de um jornal entende como importantes.

A agenda apresenta duas classificações: política e formal. A primeira, conhecida como agenda sistêmica, destaca-se por problemas com temas que a comunidade política entende que merece intervenção. A segunda é a agenda formal ou institucional, que trata daqueles problemas que o poder estatal já se comprometeu a solucionar (SECCHI, 2017).

Ainda existe uma agenda alternativa, a chamada agenda da mídia, que percebe os problemas a partir das ações dos meios de comunicação, uma vez que “o poder que a mídia possui sobre a opinião pública é tamanho, que não raras vezes, a agenda da mídia condiciona as agendas políticas e institucionais” (SECCHI, 2017, p. 46).

No que se refere à formulação de alternativas de solução, essas se desenvolvem por “escrutínios formais ou informais das consequências do problema e dos potenciais custos e benefícios de cada alternativa possível” (SECCHI, 2017, p. 48). Para Schattschneider (1960, p. 68), “a definição das alternativas é o instrumento supremo de poder, porque a definição de alternativas é a escolha dos conflitos, e a escolha dos conflitos aloca poder”.

O processo de formulação e de implementação de políticas públicas é eminentemente político devido a determinados grupos sociais, que para verem executadas as ações públicas de seus interesses exercem influência nos tomadores de decisões governamentais (SILVA; SOUZA-LIMA, 2010). Antes da criação de alternativas são definidos os objetivos pretendidos com as políticas públicas.

Nessa fase, os atores definem quais resultados esperar. São criados programas, métodos, ações ou estratégias que ajudem a alcançar os objetivos formulados. Os agentes formuladores de políticas públicas buscam alternativas incrementais, e para que essas alternativas ganhem forma é importante dedicação e análise a fim de que se possa vislumbrar com detalhes o deslinde da política já na prática.

Após essa fase de formulação de alternativas surge a etapa da tomada de decisão, que “representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas” (SECCHI, 2017, p. 51).

Ainda de acordo com o autor, existem três maneiras de entender como se dá a escolha das alternativas para solucionar os problemas de ordem pública.

1ª) **tomada de decisão imediata**: analisa-se um problema anteriormente estudado, com objetivos traçados. É o momento em que o trabalho consiste em escolher a melhor alternativa;

2ª) **ajuste entre problema e solução**: o que abre brecha para comparações sucessivas e limitadas, conforme ensina Lindblom (1959); e

3ª) **soluções sem problemas**: aqui faz-se o caminho da volta na tentativa de encontrar problemas que se adequem às soluções já existentes.

Nesse entendimento, Kingdon (2003) ressalta que esse tipo de interpretação aperfeiçoa o modelo dos fluxos múltiplos, pelo fato de o surgimento de uma política pública ser muito dependente da confluência de problemas, soluções e condições políticas favoráveis.

2.1.2 Implementação de políticas públicas

Nem sempre a implementação de uma política pública diz respeito a um problema de ordem administrativa ou técnica, por vezes remete a várias situações de caráter político que acabam por frustrar qualquer planejamento.

Assim, “é neste arco temporal que são produzidos os resultados concretos da política pública. A fase de implementação é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções e ações” (SECCHI, 2017, p.55).

A etapa de implementação permite uma visão mais específica das políticas, podendo verificar erros passados e garantir que futuramente não sejam cometidos novamente.

Nesse entendimento, “são muitos os exemplos brasileiros de ‘leis que não pegam’, ‘programas que não vingam’, ou projetos de solução a problemas públicos que acabam sendo totalmente desvirtuados no momento da implementação” (SECCHI, 2017, p. 56).

É válido salientar que além de analisar a implementação das políticas públicas se faz necessário também o seu gerenciamento, considerando que:

Os atores encarregados de liderar o processo de implementação devem ser capazes de entender elementos motivacionais de atores envolvidos, os obstáculos técnicos e legais presentes, as deficiências organizativas, os conflitos potenciais, além de agir diretamente em negociações, construção de coordenação entre executores e cooperação por parte dos destinatários. (SECCHI, 2017, p. 57).

A gestão do Estado é um processo complexo que precisa de uma negociação de interesses múltiplos, com a participação de atores sociopolíticos influentes, especialmente no Brasil. Os poderes político e econômico agem para perpetuar a estrutura do poder, a fim de submeter os anseios da maioria da população aos interesses das camadas sociais mais elitizadas, que têm maior acesso ao cenário político (SILVA; SOUZA-LIMA, 2010).

2.1.3 Avaliação de políticas públicas

No Brasil, o estudo da avaliação das políticas públicas tornou-se importante a partir da década de 1980, quando se buscou a racionalização dos recursos públicos. Foi então que algumas questões buscavam ser resolvidas, tais como: quais são as consequências da privatização de certas atividades públicas? Como os programas podem ser reorganizados para atingirem os mesmos resultados com o mesmo montante?

Nessas discussões, Cavalcanti (2006) apresenta dois principais motivos que comprovam a necessidade de avaliação das políticas públicas: o primeiro relaciona-se à necessidade de informações para a tomada de decisão pelos gestores, já o segundo é pertinente à transparência dos gastos públicos. Nos dois casos compreende-se que a avaliação das políticas públicas configura-se como um instrumento de gestão.

Nas palavras de Anderson (1979, p. 711), a avaliação da política pública consiste no “processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática”.

Tal ação objetiva averiguar algumas situações, quer seja para os gestores, quer seja para os formuladores das políticas públicas, conforme ensina o guia de políticas públicas do IPEA (2017), a seguir:

- a) informações sólidas, oriundas de dados ou evidências da provável direção das mudanças econômicas, sociais e ambientais resultantes das opções de políticas sob consideração;
- b) evidências sólidas da natureza e ordem de magnitude das mudanças; e
- c) evidências sólidas da duração e a reversibilidade das mudanças.

Dessa forma, “a avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou [...]” (SECCHI, 2017, p. 63).

Apesar de as dificuldades políticas e institucionais influenciarem o processo de desenvolvimento, a sociedade civil brasileira encontra alternativas capazes de elevar os índices de influência política para direcionar de forma positiva as políticas públicas (SILVA; SOUZA-LIMA, 2010).

Ainda de acordo com Secchi (2017), os requisitos principais para análise da avaliação consistem em: economicidade, produtividade, eficiência econômica, administrativa, eficácia e equidade. Além desses requisitos, o Tribunal de Contas da União (TCU) formulou alguns indicadores para sustentar o sistema de avaliações, dentre os quais destacam-se: validade, confiabilidade, simplicidade, acessibilidade e estabilidade.

Para compreender as possíveis articulações entre políticas públicas e desenvolvimento é preciso entender alguns processos políticos capazes de influenciar as medidas de governo (SILVA; SOUZA-LIMA, 2010).

2.1.4 Extinção de políticas públicas

De acordo com Giuliani (2005, p. 67), as causas de extinção de uma política pública envolvem três hipóteses: I) o problema que originou a política é percebido como resolvido; II) programas, leis ou ações que ativavam a política pública são percebidos como ineficazes; e III) o problema, embora não resolvido, perdeu progressivamente importância e saiu das agendas política e formal.

A extinção de qualquer política pública se torna difícil em razão dos indivíduos que dela se beneficiam; da inércia das instituições que a promove; do conservadorismo legal; e dos elevados custos para o seu início, conforme cita SECCHI (2017). A extinção de uma política pública pode ser motivada por inúmeros interesses sociais, em sua maioria de caráter turbulento.

As políticas dos tipos redistributiva e distributivas são difíceis de serem extintas, dados os benefícios proporcionados a grupos específicos ou a pequenos grupos organizados, que diante da coletividade desarticulada conseguem, de forma eficaz, lutar pela defesa da sua continuidade.

As políticas regulatórias e constitutivas, por sua vez, esbarram na inércia do sistema institucional e no desinteresse dos atores políticos capazes de reprogramar a máquina estatal.

2.2 Agricultura e agronegócio

A agricultura é tratada por diversos autores como a arte do cultivo da terra que decorre da ação do homem por meio de processos produtivos, objetivando a satisfação de necessidades básicas (SANTOS, MARION E SEGALI, 2009). Esse termo foi usado até pouco tempo para o entendimento da produção agropecuária em toda sua abrangência, mas a partir da década de 1990 passou por transformações e tornou-se ainda mais abrangente.

O termo agricultura tornou-se, então, insuficiente, considerando o fato de que hoje, para que exista a produção da agricultura e para que o resultado dessa produção chegue até o consumidor, é necessária uma gama de atividades sociais, agroindustriais, econômicas, industriais, administrativas e mercadológicas, entre outras, fazendo com que a produção agropecuária deixe de ser uma atividade apenas de agrônomos, agricultores e pecuaristas, passando a ser compreendida como agronegócio (ARAÚJO, 2007).

A partir dos anos 1950, as propriedades rurais foram totalmente modificadas com a migração da população rural para o âmbito urbano, acarretando o aumento de 70% das populações urbanas. A quantidade de pessoas do campo que trabalham para o sustento das pessoas da cidade diminuiu paulatinamente, obrigando as atividades de agricultura a substituírem essas pessoas por maquinários, serviços e insumos, além de contarem com infraestrutura como armazéns, agroindústrias e

exportação, entre outras atividades, transformando o status de setor primário para o de agronegócio (ARAUJO, 2007).

Nesse entendimento, o termo agronegócio refere-se ao conjunto de ações que permeiam desde o setor de produção de insumos para a atividade produtiva primária, passando pelas operações e produção nas unidades agrícolas, armazenamento, processamento, chegando à distribuição do alimento e à produção de energia e fibras.

Os produtos desenvolvidos nessa dinâmica exercem singular papel em todos os grupos sociais, ampliando o destaque das atividades econômicas, tecnológicas, políticas e sociais ligadas à produção, à transformação, à distribuição e ao consumo (BATALHA; SCARPELLI, 2002).

Os processos de desenvolvimento econômico do setor agrícola promovem transformações internas e externas, destacando a abertura para o diálogo com outros setores da economia. Essas dimensões não são apenas econômicas, são também de caráter institucional, formal e informal, tanto de natureza política quanto sociológica. A análise dessas mudanças pode ser feita a partir de uma perspectiva predominantemente histórica, analisando em detalhe os processos reais de transformação nas diferentes sociedades do passado (BOSERUP, 1987).

A análise pode ser feita com orientação política, pelo desenvolvimento de modelos de mudança a serem aplicados nos questionamentos do que teria de ocorrer para o desenvolvimento econômico atingir objetivos específicos, ou qual seria o resultado sob determinadas circunstâncias (JORGENSEN, 1970).

As duas abordagens são complementares, de certo modo, uma vez que o estudo histórico serve para isolar tanto as mudanças fundamentais como a natureza de tais mudanças, constituindo, portanto, uma base para a descrição exata de modelos teóricos.

Fica claro, porém, que essa complementaridade não pode ser total, uma vez que não há qualquer razão óbvia para que o modelo de desenvolvimento de qualquer dos países hoje desenvolvidos fosse seguido por qualquer uma das nações atualmente pobres em sua busca de progresso material (BOSERUP, 1987).

Não existe somente um conglomerado internacional de tecnologia e de conhecimentos práticos, o que permite aos países pobres a queima de algumas etapas, como indica Boserup (1987. p. 56):

Ambiente: enfrentado pelas nações pobres é muito diferente do enfrentado

pelas nações ricas antes de seu desenvolvimento industrial;

Crescimento populacional: as taxas são muito mais altas nas nações pobres de hoje do que foram na Europa dos séculos XVIII e XIX;

Competição comercial: é mais intensa por mercados de exportação;

Expectativa dos indivíduos com relação a bens materiais: é mais alta em razão de contatos externos via vários veículos diferentes de comunicação; e

Avanço tecnológico: em países ricos dá uma vantagem notável e aparentemente não erradicável em relação aos outros na competição econômica.

Não obstante, aceitam-se algumas características gerais do processo de desenvolvimento, que de acordo com o testemunho histórico figurará na transformação dos países atualmente pobres à medida que se intensifica seu desenvolvimento.

Para o setor agrícola, há certamente um consenso quanto ao modelo básico de mudança que objetivou a colaboração na formação de políticas de aceleração do desenvolvimento. Pode-se antever a mudança estrutural necessária em uma economia nacional, sobretudo no que diz respeito a relações intersetoriais em variação, será então possível traçar políticas mais eficazes para aceleração do desenvolvimento e o impedimento de estrangulamentos e bloqueios potenciais à mudança (BALASSA, 1964).

Após a consideração de alguns aspectos gerais de transformação estrutural no desenvolvimento, em especial os relacionados à agricultura, é lógico prosseguir com a discussão a respeito das escolhas políticas enfrentadas por países pobres que estejam acelerando o desenvolvimento.

Em uma forma ideal, as ligações entre a agricultura e outros setores da economia exigem que as estratégias partam de uma abordagem integrada em que a escolha da política agrícola seja condicionada pelas escolhas feitas para o setor público e vários setores industriais.

A necessidade de tal integração é claramente indicada pela discussão das teorias de desenvolvimento e pela observação de que políticas comerciais de países pobres tiveram efeitos que poderiam inibir a expansão agrícola. Não obstante, para fins expositivos, as políticas de desenvolvimento agrícola terão de ser consideradas principalmente sob o ponto de vista estritamente agrícola (BALASSA, 1964).

Antes de prosseguir, é necessário fazer uma reserva com respeito à definição do setor agrícola. Por causa dos esforços dos analistas no sentido de simplificar sua

exposição de teorias e assuntos de desenvolvimento, há uma tendência a usar o rótulo de setor agrícola de forma vaga para a descrição de conceitos diferentes.

Desse modo, nos modelos teóricos de dois setores, a agricultura comercial de grande escala foi classificada com parte do setor capitalista industrial, e o termo agrícola foi aplicado ao setor não capitalista inteiro, de subsistência (JORGENSEN, 1970).

De acordo com essa definição, todo o pessoal ocupado no serviço doméstico ou no setor informal, como engraxates e autônomos, entre outros, são agrupados indiscriminadamente como pertencentes ao setor agrícola, como trabalhadores rurais, artesões de aldeia e os que estão claramente desempregados.

Na realidade, a quantidade empregada no setor urbano informal somada ao montante urbano desempregado é sintomaticamente grande nas cidades mais importantes dos países em desenvolvimento, constituindo um dos problemas sociopolíticos modernos mais graves nesses países.

Pode parecer arbitrário construir uma classificação do emprego agrícola de forma que tais indivíduos venham a estar incluídos nessa categoria. Ocorre, muitas vezes, que esses moradores urbanos à margem mantêm laços estreitos com sua origem rural, sendo sustentados por parentes que estão nas áreas rurais enquanto procuram estabelecer uma base econômica urbana.

Dados seus contatos rurais e suas aptidões, eles provavelmente poderiam, caso surgisse a oportunidade, voltar para o emprego agrícola mais rapidamente do que assimilados em ocupações industriais. Em contextos diferentes, os termos agrícola e rural são muitas vezes intercambiáveis, enquanto se segue uma tendência semelhante na equiparação de industrial com urbano.

O setor rural contém, de fato, muito mais atividade econômica, mesmo em países pobres, do que apenas agricultura, tanto para fins de suprimento de insumos e de produto, como o atendimento das necessidades humanas básicas, como tecelagem, cerâmica, construção de casas etc. (COLEMAN, 1988).

Por isso, aceitando como definição de desenvolvimento rural a melhoria dos padrões de vida da população não urbana, tem-se de reconhecer que sucesso em desenvolvimento agrícola pode ser sinônimo de sucesso em desenvolvimento rural. De fato, este último pode estar altamente influenciado pela política industrial dirigida a indústrias de pequena escala e artesanato (MYRDAL, 1970).

Notada a distinção, é importante observar que a discussão que segue limita-se basicamente aos efeitos das escolhas das políticas agrícolas a respeito da produção e emprego na lavoura, embora ao discutir as opções tecnológicas se faça referência a concatenações progressivas e regressivas da lavoura, ligações que são geradoras de fonte potencial de emprego adicional nas áreas rurais.

Ao longo dos anos, o agronegócio brasileiro vem se destacando como um importante acontecimento econômico para o sucesso do país, já que tem grande representatividade na geração de renda e de empregos (BRESSAN; CUNHA, 1999). Historicamente, o agronegócio tem exercido forte representação no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, tendo a produção agrícola de grãos como motor de desenvolvimento (FURTOSO e GUILHOTO, 2002).

O agronegócio brasileiro se destaca na balança comercial principalmente pela exportação das *commodities*, termo inglês utilizado para denominação de produtos de baixo valor agregado. Esses produtos são artigos de comércio, bens que não sofrem processos de alteração ou que são poucos diferenciados, como frutas, legumes, cereais e alguns metais.

Barros e Silva (2008) destacam a importância desse setor na balança comercial brasileira, ressaltando que o foco da produção e da exportação do Brasil são os grãos, as *commodities* e os alimentos.

Vieira e Carvalho (2009) também destacam a crescente relação de exportação do agronegócio brasileiro com a União Europeia e o caráter integrador dessa parceria. Nos últimos anos, o Brasil não somente ampliou a produção como também melhorou as relações com os mercados pelo mundo a fora (BRESSAN; CUNHA, 1999).

No que se refere às regiões brasileiras, as que mais chamam a atenção dos investidores internacionais são as Norte e Nordeste, dada as condições de produção e distribuição ocorrerem de modo mais eficiente (FERRO e CASTRO, 2013).

2.2.1 Agronegócio no Brasil

De acordo com Zylberstajn (1995), os pesquisadores John H. Davis e Ray A. Goldberg propuseram o termo *agribusiness*, traduzido para a língua portuguesa como 'agronegócio', para designar os sistemas agroindustriais sistematizados.

Para Davis e Goldberg (1957), o agronegócio é configurado como a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e das operações de produção nas unidades agrícolas de armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos.

A visão tradicional de sistema agroindustrial, que até então era dividido entre setores de economia como agricultura, indústria e serviços, cedeu lugar à análise sistemática em que a dependência existente entre as indústrias de insumo, produção agropecuária, indústria de alimentos e sistema de distribuição, não poderia mais ser taxada como modesta ou insignificante.

Para Araújo (2013), o termo agribusiness foi adotado pela maioria dos países, contudo, no Brasil essa nova definição de agricultura demandou um maior tempo para chegar, o que ocorreu apenas em meados da década de 1980 em São Paulo e Rio Grande do Sul. Nessa época surgiram a Associação Brasileira de Agribusiness - ABAG e o Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial da Universidade de São Paulo (PENSA/USP).

No ano de 1968, Goldberg transcendeu o conceito de agronegócio, até então vigente, ao apresentar a ideia de *Commodity System Approach* (CSA). Nessa perspectiva, as instituições passam a integrar a parte da análise sistemática, fazendo com que a definição de *agribusiness* considere, também, todas as instituições, a exemplo das governamentais e associações de comércio que exercem direta influência no desenrolar do ciclo do produto.

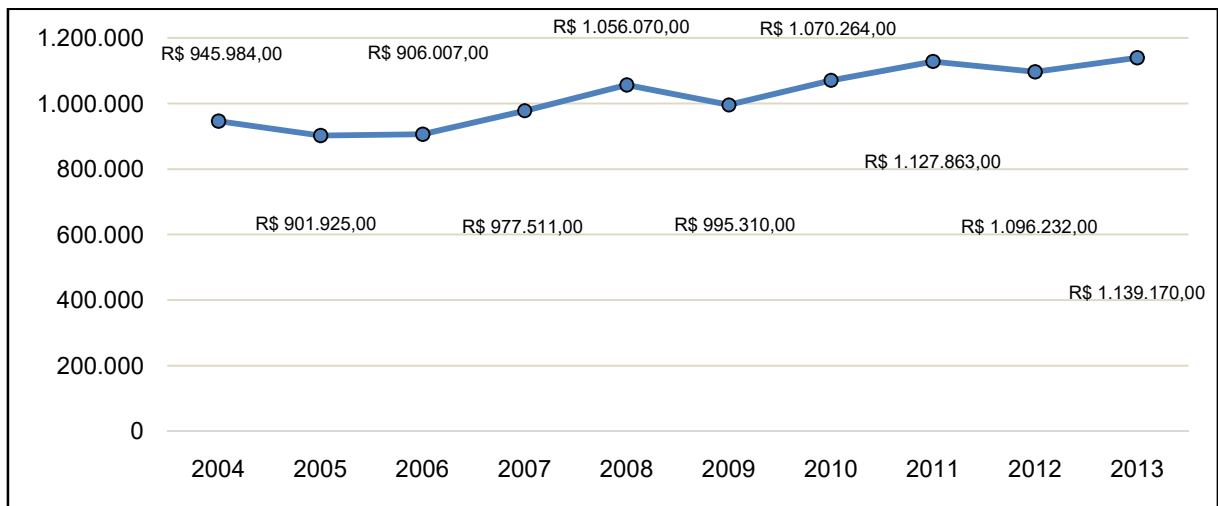
O CSA considera dois níveis de agregação dos SAGs: o primeiro, no campo da firma e o segundo que abarca os ambientes macroeconômico e institucional que influenciam diretamente os níveis de coordenação do SAG (ZYLBERSZTAJN, 1995).

A partir da década de 1990, o agronegócio brasileiro começou a apresentar um desempenho positivo, caracterizado, nos dias atuais, como uma das principais atividades econômicas nacionais. Além disso, na última década o setor colabora para o desenvolvimento econômico do país em âmbito mundial, colocando o Brasil no *ranking* dos maiores produtores e exportadores de alimentos, com consideráveis superávits comerciais (NOVAES *et al.* 2009).

O destaque do agronegócio brasileiro é perceptível dada a sua participação no Produto Interno Bruto (PIB). Conforme mostra o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2015), da Universidade de São Paulo (USP), tal

participação vem aumentando consideravelmente nos últimos anos. Atualmente, o setor é responsável por uma parcela superior a 20% do PIB, conforme Figura 1.

Figura 1 - PIB do agronegócio nacional (em R\$ bilhões)



Fonte: CEPEA (2015) adaptada pelo autor (2019).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2015), os principais produtos produzidos pelo agronegócio brasileiro em 2015 foram: cana-de-açúcar, soja, milho e mandioca.

Os dados preliminares para 2016 apontavam que esses mesmos itens comporiam os primeiros lugares na próxima estimativa. Os estados que figuram entre os maiores produtores brasileiros dessas *commodities* são: Pará, com a mandioca; Mato Grosso, produzindo soja; Rondônia, com milho; e São Paulo com cana-de-açúcar (IBGE, 2017).

Destaca-se o papel que o agronegócio brasileiro assume anualmente na economia nacional e mundial, que de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2013) na próxima década terá foco na competitividade e na modernidade, utilizando a tecnologia como instrumento para a sustentabilidade.

As previsões mostram que o setor crescerá na próxima década o suficiente para abastecer mais de 200 milhões de brasileiros, gerando excedentes exportáveis para aproximadamente vinte países. Esse fato mostra que o mercado do

agronegócio brasileiro está em destaque nacional e mundialmente, com tendência à continuidade.

Na concepção de Bacha (2004), a definição de agronegócio sugere uma ideia de cadeia produtiva. Segundo ele, a agricultura moderna necessita de recursos que estejam fora da propriedade rural, assim, a decisão do que produzir, quanto produzir e como produzir está intrinsecamente ligada ao mercado consumidor, desencadeando uma permanente negociação de preços e quantidades.

Dessa forma, “ao tratarmos dos processos relacionados com o agronegócio é preciso compreendê-los como algo que extrapola o crescimento agrícola e o aumento da produtividade, alusões mais comuns nos debates sobre o setor” (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010, p. 161).

O agronegócio brasileiro abrange todas as operações e atividades econômicas relacionadas aos insumos para agricultura, como fertilizantes, defensivos e corretivos; e produção agrícola, englobando lavouras, pecuária, florestas e extrativismo; agroindustrialização dos produtos primários; e o transporte e comercialização dos produtos primários e processados (MAPA, 2011).

2.2.2 Agronegócio em Rondônia

No estado de Rondônia o agronegócio representa um grande potencial econômico, tanto em relação ao próprio estado quanto em relação ao cenário econômico da Região Norte do Brasil, devido a fatores como a terra favorável à produção; ao cultivo de vários insumos; e à criação de animais.

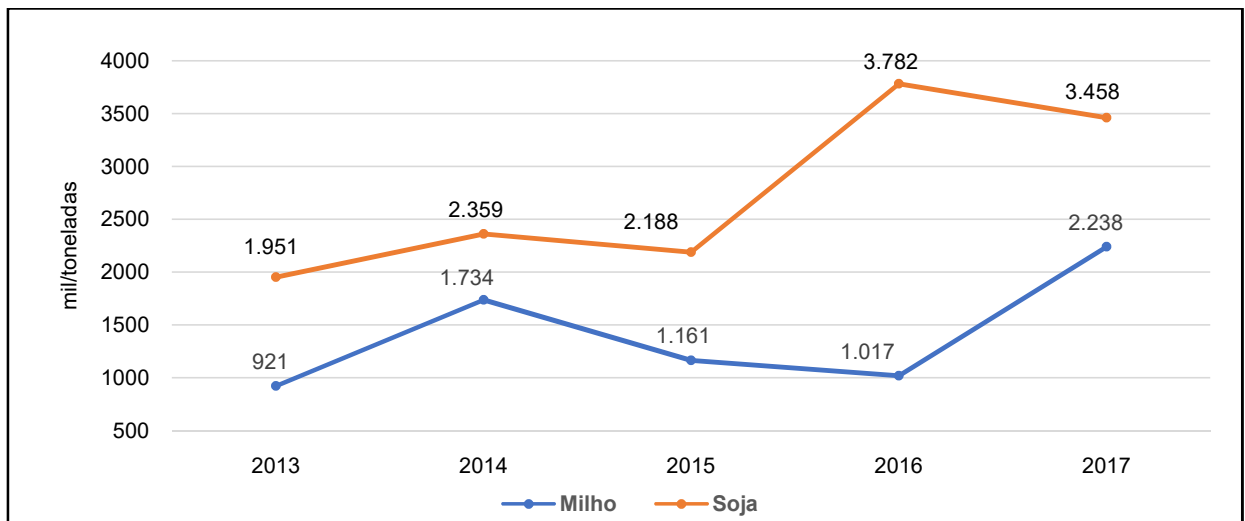
Em Rondônia a produção agropecuária tem significativa importância do ponto de vista socioeconômico. Em 2015, o setor foi responsável por 11,9% do PIB estadual, bem acima da média nacional que foi de 6,4% em valores correntes (IBGE, 2017; CEPEA, 2015). A produção de bovinos, soja, leite e café são os principais produtos agropecuários produzidos no Estado, respondendo por 84,4% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) estadual em 2017 (MAPA, 2017).

Dentre os destaques produtivos de Rondônia estão os grãos de soja, milho, café, pimenta e arroz; suínos; aves; pecuária de corte; e a piscicultura. A produção leiteira também merece destaque em nível nacional, dados seus relevantes índices no agronegócio.

Em relação aos grãos, a soja e o milho são os principais responsáveis pela produção de tal modalidade no estado, atingindo e superando a marca de 90% do que é produzido em grão: “(...) de acordo com estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2017), a produção de grãos em Rondônia na safra de 2016/2017 foi de 1,86 milhão de toneladas, com a soja e o milho respondendo por 92,6% desse volume” (EMBRAPA, 2018, p. 5).

A exportação da soja, tanto a produzida em Rondônia quanto a oriunda da região oeste de Mato Grosso, bem como o milho cultivado em ambos os estados, é feita pela calha do Rio Madeira (EMBRAPA, 2018). A Figura 2 evidencia a movimentação da carga de soja e milho no período de 2013 a novembro de 2017.

Figura 2 - Movimentação portuária de soja e milho oriundos de Rondônia e Mato Grosso pela calha do Rio Madeira (2013 – 2017)



Fonte: adaptada pelo autor (EMBRAPA (2018, p. 5)

De acordo com o Figura 2, a soja sofreu um aumento vertiginoso em relação à sua movimentação, principalmente do ano de 2015 para 2016, quando teve um aumento significativo de aproximadamente 72,85% de toneladas. O milho, por sua vez, apresentou um aumento de 88,27% de 2013 para 2014, contudo nos dois anos seguintes houve redução de 41,35%. De 2016 a 2017, o movimento desse grão superou o dobro de toneladas nos respectivos anos, chegando ao índice de 120,05%.

2.2.3 Cadeias produtivas no agronegócio

O agronegócio brasileiro é constituído por estruturas de produção que executam constantes processos de modernização e atualização, visando à competição e à expansão do mercado brasileiro dentro e fora do país. Esses processos foram realizados por instituições públicas, privadas e por ações articuladas com o governo federal, de acordo com Batalha (1997).

A existência das estruturas favoráveis à produção em larga escala do agronegócio brasileiro insere o país em um patamar elevado em relação a outros países, a contar somente pela quantidade imensa de área propícia ao desenvolvimento da agricultura, aspecto escasso em outros países, principalmente aqueles que consomem os produtos agrícolas do Brasil, por exemplo.

Nesse sentido, é necessário que o poder público construa um cenário econômico que favoreça o país, com a modernização da infraestrutura, das legislações trabalhista e tributária. Com esses incentivos, o ramo do agronegócio se desenvolverá com segurança e competitividade para a conquista de outros mercados dentro e fora do país (POSSAS, 1987; RAMOS, 1995).

No ano 2000, o governo federal instalou os Fóruns de Competitividade de Cadeias Produtivas, reunindo representantes do governo e do setor privado para a elaboração de estratégias de aumento da produtividade e da competitividade internacional de setores da economia brasileira.

Esses fóruns, ligados à Secretaria de Política Industrial, órgão do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior, discutiam os ramos do agronegócio identificados como de constante crescimento, como as cadeias de calçados, algodão e café (BRASIL, 2015).

No entendimento de Batalha (2002) e Kliemann Neto (1997), a definição de cadeia produtiva agroindustrial colabora para a compreensão e para o desenvolvimento das estruturas que geram os produtos e serviços e promovem a criação de campos de crescimento e desenvolvimento regional.

Dessa forma, combinando compreensão e desenvolvimento surgiram as perspectivas estratégicas e mercadológicas, fator que colabora para o entendimento do modo como funcionam os segmentos econômicos.

No que se refere à análise da cadeia produtiva, ela é constituída por dois níveis e visa, basicamente, à colaboração para a análise global do mercado (KLIEMANN

NETO,1997). Para isso, é necessária a definição da cadeia principal, constituída pelas atividades diretas e atreladas ao objetivo geral da cadeia e das cadeias auxiliares, formadas pelas atividades indiretas que apoiam o objetivo da cadeia principal.

Em outras palavras, as cadeias principais são as que satisfazem as necessidades básicas, como alimentação, moradia, vestimenta etc., e as cadeias auxiliares auxiliam a realização das funções das cadeias principais, colaborando para a satisfação das necessidades humanas.

No mesmo entendimento, Castro *et al.* (2002) teorizam que analisar as cadeias produtivas é parte fundamental para o alcance do desenvolvimento regional. Esse fenômeno está atrelado ao bom funcionamento das cadeias produtivas da região, considerando variantes como o nível do emprego, de saúde e de habitação, aspectos diretamente atrelados e dependentes desse desempenho.

O desenvolvimento regional é promovido, portanto, pelos resultados da análise das cadeias produtivas. Essas análises possibilitam o conhecimento dos comportamentos passados e atuais dos partícipes que compõem as cadeias produtivas, compreendendo as relações estabelecidas entre eles e as consequências geradas a partir do desempenho dessa estrutura.

As análises das cadeias produtivas promovem o conhecimento da eficiência de cada parte dessa estrutura, assim como a distribuição dos benefícios e os impactos gerados pelas variáveis no passado, no presente e no futuro (CASTRO *et al.*, 2002).

Ainda de acordo com o autor, o conceito de cadeia produtiva pode ser desenhado como um instrumento para uma visão sistêmica. Essa conceituação tem como princípio o fato de a produção de bens poder ser representada como um sistema em que os partícipes têm conexões de fluxos de materiais, de capital e de informação, visando à satisfação dos consumidores com os produtos oriundos desse sistema.

Ainda de acordo com Castro, o conceito de cadeia produtiva é apresentado como um conjunto de operações que produzem, processam, armazenam, distribuem e comercializam os produtos e os insumos agropecuários e agroflorestais (CASTRO *et al.* 2002).

Ainda com base nesses autores, a agricultura é considerada um todo que abrange componentes e processos ligados entre si, que promovem o oferecimento

de produtos aos consumidores finais por intermédio da transformação de insumos pelos componentes.

O conjunto de processos e instituições que têm objetivos comuns formam um sistema que abarca outros sistemas menores, os subsistemas. O maior sistema é chamado agroindústria, agronegócio ou até mesmo *agrobusiness*.

No entendimento de Batalha (1997), a conceituação de *agrobusiness* consiste na somatória das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição das produções agrícolas e dos produtos produzidos a partir de uma complexa estrutura de agentes econômicos.

Por isso, o agronegócio é de suma importância para o crescimento e fortalecimento da economia, motivada pelo aperfeiçoamento de novas tecnologias e a disponibilidade de áreas férteis destinadas à agricultura e à pecuária (SIDÔNIO *et al.* 2015).

O agronegócio é composto por diversas cadeias de produção e essas, por sua vez, compostas por sistemas de produção que funcionam de diferentes modos e influenciam fortemente, com consequências, o desenvolvimento do agronegócio. Castro *et al.*, (2002) citam, como exemplo, os conjuntos de instituições de apoio formados por empresas de crédito, pesquisa e assistência técnica, além de um aparato normativo que exerce forte influência no sucesso do agronegócio.

Outra definição de cadeia de produção, de acordo com Batalha (1997), é aquela constituída por um conjunto de operações técnicas. Essa conceituação descreve as atividades de produção incumbidas da transformação de matérias-primas em produtos finalizados. De acordo com essa perspectiva, a cadeia de produção constitui-se como um conjunto linear (ou não) de operações técnicas de produção.

Para a produção, o cafeicultor precisa de mudas, dos produtos químicos e orgânicos, de maquinário para colheita, de assistência técnica, de financiamento e principalmente de compradores.

Nesse ambiente, a cafeicultura se desenvolve economicamente e, por outro lado, tal crescimento faz com que a exploração se adeque às leis do mercado, cenário em que a oferta e a procura ditam os valores dos produtos, e a diminuição dos custos de produção torna-se um objetivo de grande importância. Assim, o

amadorismo perde espaço para o profissionalismo (PROCHMANN e MICHELS, 2003).

De acordo com as ideias de Mattos (2015), é fundamental a visão das partes que compõem os processos produtivos, a fim de que seja possível a identificação de fatores ameaçadores, bem como a execução de ações que colaborem para o aumento da competitividade e expansão desses processos no mercado.

A adoção do conceito de cadeia de produção como ferramenta de elaboração e análise de políticas públicas e privadas visa à identificação das ligações fracas existentes em uma cadeia de produção e o incentivo de melhorias por meio de uma política adequada.

No pensamento de Batalha (1997), o êxito de uma cadeia de produção agrícola representa a culminância do desenvolvimento harmônico entre os partícipes ativos dessa cadeia.

A definição de cadeia produtiva vem se destacando como uma temática importante nos últimos tempos, tanto no âmbito empresarial quanto no cenário acadêmico. Estudar essas cadeias possibilita o entendimento das consequências das estratégias internas e externas e identificar as possibilidades ainda não exploradas no negócio (CASTRO *et al.*, 2002).

No Brasil, o estudo das cadeias produtivas é um importante método para análise, principalmente nos últimos anos, tendo um enfoque mais relacionado ao sistema como um todo. Os estudos evidenciam as diferenças nas metodologias analíticas e também na definição do foco de análise (SIMIONI *et al.*, 2007).

Esses estudos são utilizados em diversos países desenvolvidos a fim do posicionamento do país nos rankings de competitividade, identificando as dificuldades tecnológicas e não-tecnológicas, focalizando, sempre, a estrutura e o sistema do setor de produção (GOMES *et al.*, 2004).

2.3 Conceitos de desenvolvimento regional

As primeiras abordagens que tratam o desenvolvimento foram realizadas na Alemanha, no Século XIX. Em seguida, o tema ganhou força em razão da Segunda Guerra Mundial. Nesse mesmo entendimento:

Várias são as teorias que tentam explicar a dinâmica por meio do desenvolvimento regional, e que acontecem de inúmeras formas em função de cada região, principalmente de acordo com a colonização. Hábitos culturais de cada povo que influenciam no desenvolvimento regional de cada localidade, principalmente pela potencialidade intrínseca a cada uma (LIMA; SIMÕES, 2010, p.6).

Em relação ao tema merecem destaque as principais teorias do desenvolvimento regional, bem como os principais doutrinadores do assunto, tais como a teoria dos polos de crescimento; o processo de causação circular cumulativa; e o desenvolvimento desigual e transmissão inter-regional do crescimento.

Teoria dos polos de crescimento: elaborada por François Perroux (1903-1987) e Jacques R. Boudeville (1919-1975). A noção de espaço introduzida por esses teóricos descarta o conceito euclidiano e utiliza o conceito matemático de espaço abstrato, mais adequado para analisar as inter-relações econômicas. Dessa forma, existiriam tantos espaços econômicos quantos fossem os fenômenos econômicos estudados.

Processo de causação circular cumulativa (CCC) de Gunnar Myrdal (1898-1987): teoriza que a movimentação sofre influência de questões exógenas. É preciso identificar os fatores que influenciam o processo, quantificar como eles interagem e influenciam uns aos outros, e como são influenciados por fatores exógenos. São justamente estes últimos que movem o sistema continuamente ao mesmo tempo em que mudam a estrutura das forças dentro do próprio sistema, o que justifica a intervenção pública.

Desenvolvimento desigual e transmissão inter-regional do crescimento: sob a ótica de Albert O. Hirschman (1915-2012) analisa o processo de desenvolvimento econômico e como ele pode ser transmitido de uma região (ou país) para outra.

As teorias referentes ao crescimento econômico elaboradas até então, como, por exemplo, *The Balanced Growth Theory*, apesar de serem extremamente úteis na análise de problemas específicos, não foram capazes de explicar as várias inter-relações desse processo, cuja dinâmica pode ser retratada por ciclos viciosos de extrema complexidade (LIMA; SIMÕES, 2010).

O desenvolvimento pode ser considerado um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores, ou então como uma atitude comparativa com

respeito a tais valores, já que “em perspectiva histórica, o desenvolvimento econômico é um processo relativamente recente, pois coincide com o aparecimento do capitalismo e mais propriamente com o advento da Revolução Industrial” (FONSECA, 2006, p. 4).

Os valores em questão referem-se às condições desejáveis pela sociedade. Cumpre esclarecer que não há qualquer acordo universal acerca da sua possibilidade de existência. Certamente, os indivíduos têm diversas preferências no que se refere ao seu estilo de vida e tipos de relacionamento com a sociedade, e com manifestos políticos às nações exprimem diferentes pontos de vista coletivos a respeito da situação desejada da sociedade.

É importante destacar que pontos de vista mudam com o tempo. Assim, inevitavelmente, a taxa e o nível relativo do desenvolvimento de um país são conceitos normativos cuja definição e medição dependem do juízo de valor dos analistas envolvidos.

A afirmação de que o desenvolvimento é conceito normativo medido de forma diferente por pessoas diversas constitui-se uma acusação grave, que afeta todas as áreas das ciências sociais, não sendo exclusiva dos estudos de desenvolvimento. Nesse sentido, observa-se que:

(...) as premissas de valor são inevitáveis até mesmo no estágio teórico do estabelecimento de fatos e relações factuais. Respostas só podem ser dadas a questões que tenham sido formuladas. Uma concepção só é possível a partir de um ponto de vista (MYRDAL, 1970, p.42).

Para Colman e Nixon (1981), não é apenas o juízo de valor que constitui parte inevitável quando se decide quais conceitos e relações deveriam ser aplicados na resposta de indagações, como saber a causa do desenvolvimento ou, ainda, se o desenvolvimento ocorreria em qualquer situação. Os autores acreditam também que não se pode decidir quanto à forma de se representar empiricamente tais conceitos.

Na União Soviética, no ano de 1925 houve o primeiro experimento mundial de planejamento regional a partir do Plano de Eletrificação Nacional, que definiu a construção de várias usinas hidroelétricas já com previsão de desenvolvimento regional e de interligação futura por intermédio de atividades industriais, especialmente industrial-militar. Segundo Perroux (1967, p. 204), os polos de desenvolvimento constituem peça fundamental nesse processo, na medida em que “a nação do século XX encontra nos mesmos a sua força e seu meio vital”.

Ainda na visão de Perroux (1967), algumas decisões práticas evidenciam a importância dos poderes públicos nas iniciativas que possam contribuir em muito com o desenvolvimento regional com políticas públicas, não somente esperando pelos grandes empresários e industriários no processo de desenvolvimento.

O processo de crescimento surge irregularmente, sem obedecer a formas predeterminadas. Não surge simultaneamente em todos os lugares, pois se mostra com diversa intensidade em determinados polos de crescimento e multiplica-se seguindo vias diferentes, e com efeitos finais particulares, dentro do contexto econômico (PERROUX, 1967).

Essa situação ocorre no estado de Rondônia, em regiões onde o crescimento econômico é maior do que em outras localidades. O referido autor é categórico ao afirmar que a noção de polo de desenvolvimento agrega valor apenas no momento em que se torna um instrumento de análise rigorosa e um meio de ação política.

Verifica-se, então, que as políticas públicas em que os gestores viabilizam parques industriais com incentivos fiscais para atrair novos investidores, por exemplo, podem propiciar maior crescimento econômico. O desenvolvimento econômico deve ser planejado com a participação da sociedade local para se desenvolver de acordo com a potencialidade de cada região, logicamente com as políticas públicas definidas.

É notória a visão de muitas transformações ocorridas nos modelos de atuação do Estado, com destaque para a elaboração e efetividade do cumprimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional. A ação do Estado é de fundamental importância no processo de desenvolvimento regional na maioria das atividades, por isso cabe ao estado de Rondônia a aplicação do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável.

A Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter (1883-1950) explica que essa relação de dependência intrínseca à qualidade econômica acontece, mas não se justifica apenas em critérios econômicos antecedentes. É necessário que se faça uma avaliação da mudança como um todo, em sentido lato, a fim de considerar aspectos relevantes do estado econômico.

No entendimento de Schumpeter (1961), o empresário não seria induzido apenas pelo desejo de lucro, pois para ele antes disso existe um sonho associado ao desejo de ter um reino particular. Há, ainda, a necessidade de testar os limites próprios para mostrar a si e a outras pessoas o quão vencedor e superior é perante

os demais indivíduos, mostrando que o prazer do sucesso não advém dos benefícios que podem surgir a partir dele, mas a toda a caminhada para chegar até ele é que importa.

Para o autor, a explicação das flutuações econômicas nas inovações tecnológicas faz supor que o desenvolvimento econômico acontece descontinuamente em termos de intensidade ao longo do tempo.

Para Furtado (1981), a teoria de Schumpeter consiste mais no lucro do que uma explicação do progresso econômico. Ele afirma que o crescimento é gradual ao passo que o desenvolvimento se faz por saltos, dando uma ideia um pouco vaga do que seja desenvolvimento.

Furtado (1981), embora concorde com as inovações schumpeterianas, haja vista que estas constituem elemento dinâmico do processo de desenvolvimento, acredita que a espinha dorsal do processo não está na inovação e sim na acumulação de capital privado, que se concentraria em atividades mais eficientes em termos de progresso técnico, sobretudo na produção de bens de consumo duráveis, controlando o setor mais dinâmico da economia e concentrando a riqueza (FURTADO, 1981).

Essa análise do processo histórico de formação da economia brasileira parte de uma visão ampla, procurando captar a cadeia de causalidades no processo de desenvolvimento.

Depois de verificado o conceito de desenvolvimento econômico, faz-se necessário identificar quais seus objetivos bem como suas etapas, dentre outros aspectos relevantes, como será abordado a seguir.

2.3.1 Peculiaridades do desenvolvimento econômico

Existem alguns pontos a serem avaliados para que ocorra o desenvolvimento econômico de determinada localidade. Dentre eles, Seers (1970) elenca os seguintes requisitos que servem como base para alcançar o desenvolvimento de países pobres:

Renda familiar: precisa ser capaz de suprir despesas com alimentação, moradia, vestuário e lazer, entre outros;

Emprego: o ideal é que em cada família todos os membros tenham emprego, sobretudo o chefe da casa, a fim de manter seu sustento e aumentar a dignidade da

pessoa humana;

Acesso à educação: para garantir um nível elevado de pessoas alfabetizadas;

Participação popular: deve ser oportunizada nas decisões governamentais; e

Independência nacional; alcance de uma que não sofra interferências significativas de outros governos.

À medida que se progride em direção aos objetivos econômicos, que “diminuem a subnutrição, o desemprego e a desigualdade”, os objetivos educacionais e políticos tornam-se objetivos de desenvolvimento de importância cada vez maior” (SEERS, 1970, p. 21).

A lista com os preceitos gerais de desenvolvimento propostos por Dudley Seers é semelhante à sugerida por outros estudiosos. Myrdal (1970), por exemplo, adota como premissas de valor instrumental certos ideais de modernização, como: racionalidade; desenvolvimento e planejamento do desenvolvimento; aumento de produtividade; elevação nos padrões de vida; igualização social e econômica; melhoria nas instituições e atitudes; consolidação nacional; independência nacional; democracia na zona rural; e disciplina social.

Além disso, Myrdal (1970) sustentou que uma causa circular ensejaria efeitos acumulativos e acentuaria as disparidades de crescimento econômico entre países e regiões. Alertou, ainda, que o desenvolvimento econômico das nações ricas e pobres poderia não convergir.

Streeten (1972), que auxiliou na elaboração da obra de Myrdal, *Asian Drama*, de 1968, conceitua desenvolvimento como algo contemporâneo, moderno, novo, que enseja mudanças nas pessoas: o “desenvolvimento como objetivo e desenvolvimento como processo compreendem, ambos, uma mudança nas atitudes fundamentais em relação à vida e ao trabalho e nas instituições sociais, culturais e políticas” (STREETEN, 1972, p.15).

De forma mais aprofundada, Streeten (1972) analisa o processo de desenvolvimento em termos de um progresso em uma série de dimensões inter-relacionadas, tais como: produtos e rendas; condições de produção; níveis de vida, inclusive nutrição, moradia, saúde e educação; atitudes em relação ao trabalho; e instituições políticas.

A partir dessa leitura, o termo desenvolvimento é compreendido como um conjunto de objetivos ou processos multidimensionais cujas dimensões são de ordem econômica, política e cultural, todas em sentido amplo.

Para Colman e Nixon (1981) o desenvolvimento, como processo, em nada se assemelha ao crescimento econômico. Para eles, pode-se conceber que em um país o Produto Nacional Bruto (PNB) médio *per capita* possa haver crescido, ao passo que a desigualdade na renda tenha aumentado, os pobres tenham se tornado mais pobres, e se tenha feito progresso negativo em relação a outros objetivos econômicos.

Uma situação assim pode ser classificada como crescimento econômico com desenvolvimento negativo, pelo fato de, não obstante o aumento das rendas médias, a participação econômica do resto da população ter-se deteriorado, havendo, assim, progresso negativo ou nulo quanto à transformação de atitudes pessoais em instituições na forma exigida pelas ideias de modernização.

É importante destacar o que defende Streeten (1972, p. 31), quando afirma que “do mesmo modo que é possível o crescimento econômico sem desenvolvimento, é possível haver desenvolvimento sem crescimento econômico”.

2.3.2 Etapas do desenvolvimento econômico

É possível e necessário enquadrar todas as sociedades em sua dimensão econômica dentro de cinco etapas, conforme a proposta de Rostow (1978), historiador econômico clássico. De acordo com o autor, há vários níveis de divisão social, dentre os quais destacam-se a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa.

Sociedade tradicional: é aquela em que a estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseadas em uma ciência e tecnologia pré-newtonianas. Essa sociedade não é de forma alguma estática e nem exclui aumentos do volume da produção. A área pode ser dilatada; algumas inovações técnicas *ad hoc* podiam ser introduzidas no comércio, na indústria e na agricultura; a produtividade pode crescer, com o melhoramento das obras de irrigação ou a descoberta e propagação de uma nova colheita. Essa sociedade, dada a limitação de sua produtividade, tem que dedicar uma proporção extremamente elevada de seus recursos à agricultura. Desse sistema agrícola origina-se uma estrutura social hierarquizada, com âmbito relativamente reduzido.

Precondições para o arranco: é a segunda etapa do desenvolvimento e

abarcas sociedades em pleno processo de transição. É o período em que as condições para o arranco se estabelecem, posto que leva tempo para transformar uma sociedade tradicional com o fito de explorar os frutos da ciência moderna para afastar os rendimentos decrescentes e desfrutar as bênçãos e opções abertas pela acumulação dos juros compostos. Essas pré-condições foram obtidas inicialmente, de forma bem acentuada, na Europa Ocidental no fim do século XVII e início do XVIII, à medida que as concepções da ciência moderna deram início à conversão de funções de produção, tanto da agricultura quanto da indústria, em um ambiente dinamizado pela expansão paralela dos mercados mundiais e pela concorrência internacional. Entre os estados do oeste da Europa, a Grã-Bretanha, favorecida pela geografia, pelos recursos naturais, pelas possibilidades comerciais, pela estrutura social e política, foi a primeira a desenvolver amplamente tais condições prévias. O caso mais geral da história moderna viu a fase das condições surgir não endogenamente, mas provinda de uma intromissão externa por sociedades mais adiantadas. Entende-se que politicamente a formação de um estado nacional centralizado e eficaz, baseada em coligações matizadas pelo novo nacionalismo em oposição aos tradicionais interesses regionais agrários, à potência colonialista ou a ambos, foi um aspecto decisivo do período das condições.

Arranco: consiste em um grande manancial da vida das sociedades modernas quando se atinge a terceira etapa do desenvolvimento econômico. Essa etapa aguardou não só a acumulação de capital social fixo e um surto de evolução tecnológica da indústria e da agricultura, mas principalmente o acesso ao poder político de um grupo preparado para encarar a modernização da economia como assunto sério e do mais elevado teor político, que pudesse impactar no processo de desenvolvimento econômico. Durante o período do arranco a taxa real de investimentos e poupança pôde subir de 5% da renda nacional para 10%, ou até mais. Sem dúvida, onde era necessário um maciço investimento de capital social fixo para criar as condições técnicas para o arranco, a taxa de investimento na fase das condições poderia ser superior a 5%, como no Canadá antes de 1890 e na Argentina antes de 1914. No decurso do arranco, novas indústrias se expandem rapidamente dando lucros que em grande parte são reinvestidos em novas instalações. Essas novas indústrias, por sua vez, estimulam, graças à necessidade acelerada e crescente de operários, de serviços para apoiá-las e de outros bens manufaturados, uma expansão de áreas urbanas e de outras instalações industriais

modernas. Nesse cenário, a nova classe empresarial se amplia e dirige fluxos aumentados do investimento no setor privado, e a economia explora recursos naturais e métodos de produção até então sem proveito.

Marcha para a maturidade: quarta etapa do desenvolvimento econômico, surgiu após o arranco, e segue um longo intervalo de progresso continuado, embora flutuante. A economia estava em firme ascensão e procurava estender a tecnologia moderna a toda a frente de sua atividade econômica. Cerca de 10 a 20% da renda nacional estavam sendo investidos continuamente, permitindo à produção ultrapassar regularmente o incremento demográfico. A contextura da economia se modifica incessantemente à medida que a técnica se aperfeiçoa: novas indústrias se aceleram e indústrias mais antigas se estabilizam. A economia encontra seu lugar no panorama internacional: bens anteriormente importados são produzidos localmente; aparecem novas necessidades de importação, assim como novos artigos de exportação para se contrapor. A sociedade estabelece os acordos que deseja com as necessidades da moderna eficiência da produção, balanceando os novos valores e instituições com os antigos, ou revendo estes últimos de forma a auxiliar e a não retardar o processo de crescimento. A maturidade é a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram o arranco e para absorver e aplicar eficazmente em um campo bem amplo de seus recursos, se não todos eles, mas os frutos mais adiantados da tecnologia moderna. Essa é a etapa em que a economia demonstra que tem as aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir. Pode carecer das matérias-primas ou de outros fatores de suprimento necessários para produzir economicamente um determinado tipo de produção; sua dependência, todavia, é antes uma questão de opção econômica ou de prioridade política do que uma carência tecnológica ou institucional.

Era do consumo em massa: quinta e última etapa do desenvolvimento econômico, quando, no devido tempo, os setores líderes se transferem para os produtos duráveis de consumo e os serviços. É uma fase da qual os norte-americanos estão principiando a sair; cujas alegrias nem sempre são nítidas. A Europa Ocidental e o Japão estão começando a experimentar, e com a qual a sociedade soviética está flertando meio contrafeita. À proporção que as sociedades atingiram a maturidade no século XX, duas coisas aconteceram: a renda real por

pessoa elevou-se a um ponto em que maior número de pessoas conseguiu, como consumidoras, ultrapassar as necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário. A estrutura da força do trabalho modificou-se de maneira tal que não só aumentou a produção da população urbana em relação ao total, mas também a de trabalhadores em escritórios ou como operários especializados conscientes e ansiosos por adquirir as benesses de consumo de uma economia amadurecida. Além dessas transformações econômicas, a sociedade deixou de aceitar a expansão da tecnologia moderna como objetivo supremo. É nessa etapa pós-maturidade que as sociedades ocidentais, mediante processos políticos, decidiram atribuir recursos cada vez maiores à assistência social. Trata-se de uma manifestação de uma sociedade que marcha para além da maturidade técnica; mas também é nessa etapa que os recursos tendem cada vez mais a ser dirigidos para a produção de artigos de consumo duráveis e à difusão dos serviços em massa, caso predomine a soberania dos consumidores.

De acordo com Hirschman (1961), a ideia da possibilidade de progresso econômico se impõe à consciência de tal sociedade e é interpretada como somente aplicável à sociedade como conjunto. Em outras palavras, os indivíduos cogitarão da transformação econômica como alguma coisa que deve atingir igualmente todos os membros do grupo com os quais se identificam.

A ideia da modificação transforma a imagem de uma sociedade estacionária, onde cada qual desempenha o papel que lhe é atribuído, em outra de uma sociedade progressista e dinâmica, em que os indivíduos permanecem nos respectivos lugares prévios em relação ao grupo (HIRSCHMAN, 1961, p.29)

Economistas e historiadores, seguindo a orientação de Schumpeter (1961), consideravam o indivíduo empreendedor, de espírito inovador, primeiramente como um grande individualista. A sua capacidade de liderança e sua disposição de assumir os riscos e de romper com os velhos moldes das finanças, da produção e da distribuição foram ressaltadas e se faziam apresentar como rebelado contra a sociedade.

No entendimento de Hirschman (1961), ao tentar o êxito em um processo ou produto que ainda não tenha experimentado, sem dúvida é preciso coragem, imaginação e certa dose de disposição para desafiar o antigo regime. Isso se

verificou, principalmente, nas sociedades europeias de ânimo tradicionalista durante os estágios da Revolução Industrial.

Para Schumpeter (1961), em razão dessa dependência econômica, no que diz respeito a coisas, não parece viável vislumbrar uma transformação de caráter econômico com antecedência. Isso se dá por que o estado econômico de um povo não se faz de antigas condições econômicas, mas somente de toda situação anterior.

Ainda de acordo com o autor, o processo de produção é como a junção de forças produtivas capazes de incluir coisas em parte materiais e imateriais. No que diz respeito ao nível material, existem basicamente fatores originais da produção, ou seja, terra e trabalho de onde se originam todos os bens.

As forças imateriais dizem respeito “à qualidade técnica e sobre os fatos de organização social” ou meio ambiente sociocultural. Um pouco mais claro, o meio ambiente sociocultural representaria todo o complexo social, cultural e institucional da sociedade

Do ponto de vista econômico, esse cenário especifica as regras dos jogos institucionais que devem ser observadas na alocação e distribuição. Isso indica, por exemplo, se a economia é principalmente competitiva ou monopolista, capitalista ou socialista etc. (RODRIGUES, 2010).

É fundamental a diferença da concepção schumpeteriana entre empresários e capitalistas. Todos os empresários seriam capitalistas, mas não necessariamente a recíproca é verdadeira. No pensamento schumpeteriano, a presença de empresários no seio da classe capitalista é fundamental ao desenvolvimento econômico, tendo em vista que têm sempre em perspectiva a busca da inovação.

Para Schumpeter (1961), inovação quer dizer realizar outras coisas totalmente diferentes do contexto econômico, destacando as inovações que podem ocorrer e de que forma, como:

introdução de um novo bem não familiar aos consumidores ou de nova qualidade de um certo bem;

introdução de um novo método de produção ainda não experimentado dentro de certo ramo produtivo, mas que não precisa obrigatoriamente derivar de qualquer descoberta científica;

abertura de um novo mercado, em que o produto de determinada indústria nunca tivera acesso antes, independentemente de esse mercado ter ou não existido

anteriormente;

descoberta de uma nova fonte de matéria-prima ou de produtos semiacabados, independentemente dessa fonte ter existido ou não anteriormente; e

reorganização de uma indústria qualquer, como a criação ou a ruptura de uma posição de um monopólio.

Dentre essa temática do desenvolvimento regional vale salientar uma visão ante as diversas trajetórias de desenvolvimento da atividade econômica. Desde o início da década de 1990, com as transformações econômicas e institucionais gestadas nos governos da época, a tese do enfraquecimento da integração produtiva (CANO, 1998) e da fragmentação da economia nacional (PACHECO, 1996) foi consolidada como uma preocupação dos rumos da questão regional brasileira (MONTEIRO NETO; BRANDÃO; CASTRO, 2017).

Nesse entendimento, o Quadro 2, mostra um panorama da evolução do desenvolvimento regional de 1990 a 2015.

Quadro 2 - Elementos de referência para a problemática regional

	Anos 1990	Anos 2000- 2015
FRAGMENTAÇÃO DA NAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Globalização econômica e suas repercussões na questão regional; e financeirização da economia; ▪ Fragmentação da nação; reconcentração produtiva numa área poligonal dada pelo emprego industrial; e convergência ou divergência. ▪ Crise do processo de integração produtiva do território nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Globalização econômica permanece como fenômeno consolidado. Duas macrorregiões brasileiras são mais impactadas no período recente: Centro-Oeste, pela via do comércio mundial de commodities; e Sudeste, pela via da dominância financeira; ▪ Fragmentação da nação e reconcentração produtiva são processos amainados e contidos, mas não inteiramente resolvidos, pela enérgica ação governamental após 2003.
DESINDUSTRIALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desindustrialização, crise no coração industrial (São Paulo e Sudeste) e expansão do agronegócio exportador. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desindustrialização permanece a despeito de políticas ativas de crédito e conteúdo nacional; ▪ Continuidade da expansão do agronegócio exportador, e expansão econômica acelerada do centro-oeste brasileiro.

Fonte: Monteiro Neto; Brandão; Castro (2017)

Ao longo da primeira década de 2000, um debate sobre o cada vez mais visível e indesejável processo de desindustrialização da economia brasileira se aprofundou. O tecido produtivo industrial nacional passou a apresentar sinais de perda de densidade de capital e tecnológica (IPEA, 2010).

Em uma perspectiva de longo prazo, as dificuldades impostas pela forma atual de integração da economia brasileira ao sistema econômico mundial, caracterizada, de um lado, pela perda de dinamismo e competitividade do parque industrial e pela expansão das atividades exportadoras agroindustriais (*commodities*) e, de outro, pela integração plena aos circuitos financeiros internacionais, consolidaram-se e têm colocado obstáculos à mudança estrutural do sistema produtivo (IPEA, 2010).

A realidade de Rondônia consiste em ser um polo de oportunidades, e, com isso, no desejo de ser um estado totalmente desenvolvido destacam-se como ícones basilares a prosperidade econômica, a preocupação ambiental e aspectos que tratam de justiça social.

2.3.3 Relação entre planejamento e desenvolvimento econômico

A definição de desenvolvimento econômico vem se modificando ao longo da história da humanidade. É possível conceituá-lo, de modo geral, como “um processo de enriquecimento dos países e de seus habitantes, ou seja, em uma acumulação de recursos econômicos” (FONSECA, 2006, p. 4).

É evidente que o desenvolvimento ocorre pelas mãos de quem tem alguma atividade econômica. Ainda de acordo com o autor, “outro aspecto importante é que o desenvolvimento não é uma via de mão única – os países tanto podem avançar como recuar nesse processo” (FONSECA, 2006, p.5).

O Governo, no exercício das atribuições que lhe são conferidas, deve representar e atender às expectativas esperadas pela sociedade e isso se alcança com um pensamento de cunho estratégico, objetivando sempre o interesse público (SILVA; SOUZA-LIMA, 2010).

Para tanto, é necessário “identificar os desejos e os problemas e pensar, propor e implementar soluções. No entanto, essas etapas decorrem de um processo delicado: o planejamento” (SILVA E SOUZA-LIMA, 2010, p. 70).

Nesse entendimento, o planejamento figura como um mecanismo capaz de intervir no desenvolvimento econômico regional de determinado local. Para Silva e Souza-Lima (2010, p.70) “o planejamento é uma ferramenta utilizada por pessoas e por organizações para assegurar que os objetivos almejados sejam alcançados [...]”.

O desenvolvimento de uma região e de seu entorno depende de uma melhor produtividade social que muitos querem medir pela maximização e soma das produtividades microeconômicas. Os Planos Plurianuais (PPA) corroboram a relevância do desenvolvimento regional na agenda do Brasil, e a partir de então essa questão territorial figura como instrumento essencial das políticas setoriais. Nas últimas quatro edições, os planos plurianuais, tanto do governo federal quanto das unidades da Federação, foram constituídos de acordo com os objetivos expressos na campanha dos candidatos eleitos, tomando a organicidade em cada plano (SILVA; SOUZA-LIMA, 2010).

Nesse sentido, afirmam Silva e Souza-Lima (2010, p. 87) que “foram fixados, por programa, escopos a serem alcançados, com vista à resolução de um problema ou demanda da sociedade, ou ainda, aproveitamento de oportunidade de investimento”. Ademais, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) demonstrou-se uma ferramenta primordial para as discussões dentre os vários níveis governamentais, bem como da sociedade de modo geral.

O governo do estado de Rondônia, a partir da situação contemporânea, apresenta o Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia (PDES), 2015/2030, que mostra um Estado de oportunidades, renovado, desenvolvido. É preciso destacar que o PDES-2015/2030 é baseado em três pilares: prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social (RONDÔNIA, 2015). Outro destaque é o fato de o estado de Rondônia ser pioneiro a confeccionar um plano em consonância com a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional dentro das diretrizes dessa política, que aponta, entre outras situações, os estados da federação como potenciais áreas programadas de sua atuação.

O Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2016–2019, apresentado pela SEPOG (RONDÔNIA, 2016), segue o mesmo padrão do anterior quanto à formatação, e, portanto, não indica o valor total disponibilizado para o conjunto de todos os programas, mas sim apenas o valor por programa. No setor da indústria, do programa Rondônia Competitiva, são previstas as ações de desenvolvimento dos polos industriais no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Estado de Rondônia, e de concessão de auxílio financeiro a micro, pequenas e médias empresas no âmbito do Fundo de Investimento e Desenvolvimento Industrial do

Estado, com previsão de R\$ 58.301.478,00 que correspondem a 11,38% da soma das ações selecionadas.

O segundo segmento com maior aporte de recursos previstos é o da agropecuária, incluindo a agroindustrialização e a sanitização animal e vegetal. Espera-se que se aloquem R\$ 164.598.296,00, por meio dos seguintes programas: Desenvolvimento da Atividade Agropecuária, Agroecológica e de Produção Orgânica, Desenvolvimento da Agricultura Familiar, Cadeia Produtiva da Aquicultura e Pesca, Verticalização da Produção Agropecuária, Desenvolvimento da Cafeicultura, Programa Estadual de Sanidade Animal, Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira do Estado, e Programa Estadual de Defesa Agropecuária e Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O aporte compreende 32,12% da previsão total do conjunto de programas e ações relacionados no quadro. Cada um dos programas tem uma excelência e uma urgência ímpar no estado, considerando as lacunas tecnológicas e outras carências reclamadas pelos produtores rurais.

3 MÉTODO

Na metodologia deste estudo abordam-se conceitos de desenvolvimento e planejamento econômico e as políticas públicas implantadas no estado de Rondônia, com foco no agronegócio. Foram descritas, nesta seção, a amostra da pesquisa, a técnica para coleta de dados, os tipos de instrumentos utilizados e, por fim, o procedimento de coleta e análise dos dados obtidos.

A pesquisa foi desenvolvida em três fases: na primeira foi feita uma pesquisa documental em relatórios de gestão, boletins de serviço, boletins informativos e documentos oficiais de órgãos como EMATER, EMBRAPA, SEPOG, SEAGRI e SEDAM, entre outros, todos datados de 2007 a 2017 referentes à produção de café, leite, soja, milho e carne no estado de Rondônia.

Na segunda fase foram entrevistados produtores e representantes de associações e instituições envolvidas no agronegócio rondoniense para avaliar a sua percepção em relação às políticas públicas aplicadas ao agronegócio rondoniense. Também foi aplicado questionário com perguntas objetivas acerca da percepção das políticas públicas direcionadas ao agronegócio do estado.

Na terceira fase foram analisados os dados dos questionários e as entrevistas realizadas com os participantes. Após a coleta dos dados iniciou-se a análise, a partir da perspectiva da análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

No que se refere ao caráter ético desta pesquisa, que envolve seres humanos, foi aprovada pelo Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Taubaté, conforme Parecer nº 2.900.896 (Anexo A).

3.1 Tipo de Pesquisa

A fim de alcançar todos os objetivos propostos, esta pesquisa classifica-se quanto aos objetivos, quanto à abordagem e quanto ao procedimento. Quanto aos objetivos é descritiva e exploratória. É descritiva porque “utiliza técnicas de coleta de dados e preocupa-se em analisá-los e interpretá-los” (BEUREN e RAUPP (2004, p. 81).

Como “busca apenas levantar informações sobre determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”, é também exploratória (SEVERINO, 2007, p. 123).

Ao tratar dos aspectos relevantes à abordagem, esta pesquisa traz elementos qualitativos e quantitativos, que “se baseiam em dados de texto e imagem, têm passos únicos na análise de dados e usam estratégias diversas de investigação” (CRESWELL, 2007, p.184).

Dessa maneira, o pesquisador se dirige ao local onde está o entrevistado e prossegue com a pesquisa, gerando uma relação mais próxima com o entrevistado e a troca de experiências. A pesquisa qualitativa, interpretativa, permite que o pesquisador se envolva de forma mais aprofundada com os entrevistados.

É importante também destacar que na abordagem qualitativa o pesquisador reúne informações impossíveis de mensurar em números, contudo, isso não impede a inclusão de outras fontes diversas de ilustração, como gráficos, tabelas etc.

Nessas pesquisas, o conhecimento não está limitado a um número específico de dados, que se conectam pela teoria. O pesquisador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes significado (CHIZZOTTI, 2005).

Em relação aos procedimentos, este estudo apresenta alguns elementos da pesquisa bibliográfica ao utilizar material registrado já disponível, produzido em outros trabalhos. Esse tipo de pesquisa constitui-se a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas. Busca, também, pontos argumentativos e teóricos com o intuito de conhecer os temas abordados (FONSECA, 2002).

Após o estudo bibliográfico deu-se início à fase da pesquisa de campo. Isso por que o pesquisador sabe o que procura, levando em consideração todo conhecimento adquirido nas pesquisas anteriores.

À vista disso, embora este estudo tenha alguns traços da pesquisa bibliográfica, seu caráter predominante é de pesquisa de campo, pois visa à investigação de uma informação específica a partir de amostras de uma população determinada pelo critério de acessibilidade.

As pesquisas referentes à percepção de políticas públicas, na visão de Tuan (2012), representam tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital na qual certos fenômenos são claramente registrados.

Segundo Okamoto (2002), as percepções oriundas das sensações vão além das simples reações aos estímulos externos, pois são acrescidas de outros estímulos internos que intervêm e conduzem o comportamento.

3.2 Amostra da pesquisa

A amostra da pesquisa foi definida após o levantamento bibliográfico nos meios impresso e digital. Como se baseia nas políticas públicas elaboradas para o desenvolvimento econômico regional do estado de Rondônia, foram selecionados os principais municípios, levando em consideração dados do PIB e de acordo com os setores de produção priorizados.

Os municípios nos quais os dados foram coletados são Ariquemes, Rolim de Moura, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno, Cacoal e Vilhena, dado seu destaque na produção de café, milho, soja, carne e de leite. A amostra é composta por produtores desses municípios e foi constituída por acessibilidade. Foram entrevistados 75 produtores e seis representantes de entidades que se envolvem na produção do agronegócio rondoniense.

Na presente pesquisa investiga-se a eficácia das políticas públicas aplicadas ao agronegócio rondoniense, a partir da percepção dos partícipes envolvidos na produção dos principais produtos que compõem o PIB do estado de Rondônia.

3.3 Instrumentos para coleta de dados

Com relação aos instrumentos de coleta de dados que viabilizaram a pesquisa, foi utilizada a entrevista com o intuito de obter informações a respeito das políticas públicas voltadas ao agronegócio em Rondônia. A entrevista envolve os seguintes elementos:

roteiro: primeira etapa das entrevistas que foram aplicadas aos dirigentes do agronegócio rondoniense da Câmara Setorial do Café de Rondônia; Associação dos Criadores de Nelore de Rondônia (ACNR); e Associação dos Produtores de Soja de Rondônia (APROSOJA). Foram realizadas quatro entrevistas (Apêndice A); e

questionário: aplicado à amostra composta por cinco grupos de 15 pessoas. Cada grupo correspondente a produtores dos principais produtos que compõem o PIB rondoniense. Foram aplicados 75 questionários, nos moldes já descritos (Apêndice B).

3.4 Coleta de dados

A entrevista realizada em obediência a métodos e princípios, constitui um encontro de duas pessoas na qual uma delas tem a intenção de obter informações sobre determinado assunto, conforme Marconi e Lakatos (2003). Além das entrevistas, os dados foram coletados por meio de questionários com perguntas relacionadas ao perfil do produtor, à propriedade, e produção e percepção da execução governamental de políticas públicas direcionadas ao agronegócio, como é possível verificar nos apêndices A e B desta dissertação.

Os entrevistados enquadram-se em grupos de 15 produtores de soja, milho e café, bem como pecuaristas de bovinos de corte e de leite. A maioria pertence ao gênero masculino, com escolaridade de segundo grau e faixa etária de 18 a 75 anos. Também foram entrevistados os presidentes de instituições que lidam com esses produtos, tais como a Associação dos Criadores de Nelore de Rondônia (ACNR) e Associação dos Produtores de Soja de Rondônia (APROSOJA).

Participaram também, das entrevistas, o chefe geral da EMBRAPA em Rondônia e o presidente da Câmara Setorial do Café de Rondônia. É importante destacar que tais entrevistas não tiveram como atores agentes públicos. A amostra envolve partícipes selecionados previamente.

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. Essa técnica é bastante adequada para a obtenção de informações do que as pessoas sabem, creem, esperam e desejam, assim como as razões para cada resposta.

Ressalta-se que as entrevistas aplicadas são semiestruturadas, pois, ainda que se tenha um formulário de base, o pesquisador pode modificar a maneira como conduz as questões. Segundo Manzini (1990/1991), a entrevista semiestruturada não se prende apenas a um roteiro com questões principais. Esse tipo de entrevista pode propiciar dados e informações de caráter mais livre, em que as respostas não seguem uma linha padronizada de alternativas.

O roteiro das entrevistas consistiu em perguntas a respeito das políticas públicas e o conseqüente desenvolvimento regional do estado de Rondônia em relação ao agronegócio. Para tanto, tais questões explicaram os possíveis impactos das políticas implementadas nesse estado que visam ao fomento do agronegócio na região, conforme anexo B deste estudo.

Foram utilizados meios tecnológicos para aplicar as entrevistas, como SKYPE; ligação telefônica e gravação de áudio por meio de aplicativo instalado no aparelho. Em síntese, foram realizadas via contato telefônico para posteriormente serem analisadas.

As entrevistas tiveram duração de aproximadamente trinta minutos e após as transcrições o material foi destruído. A entrevista via telefone está cada vez mais frequente. Tem como principais vantagens menor custo, rapidez, maior grau de aceitação dos entrevistados, agendamento de um momento mais adequado e maior facilidade na seleção da amostra.

Como os participantes se encontravam em vários municípios de Rondônia, como Ariquemes, Rolim de Moura, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno, Cacoal e Vilhena, as entrevistas por telefone foram gravadas, uma vez que o deslocamento a essas regiões seria inviável e consumiria um tempo maior.

Tais municípios foram escolhidos em razão de concentrarem maior quantidade de propriedades dos produtos aqui pesquisados e estarem posicionadas geograficamente em diversas áreas, o que permite uma visão global do estado de Rondônia.

3.5 Procedimentos para a análise dos dados

Na análise das entrevistas foi utilizada a técnica da análise temática de Bardin (1977), que a autora considera ser a que melhor se adequa a pesquisas de abordagem qualitativa. Essa análise envolve três etapas: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados e interpretação, conforme Quadro 3.

Quadro 3 - Fases da análise temática de Bardin (1977)

	Etapas	Desenvolvimento das etapas
01	Pré-análise	Leitura flutuante; formulação das hipótese e objetivos; dimensão e direção de análise.
02	Exploração dos recursos	Administração das técnicas no <i>corpus</i> .
03	Tratamento dos resultados e interpretação	Síntese e seleção dos resultados; interferências; interpretação.

Fonte: Bardin (1977), adaptado pelo autor.

Na fase de pré-análise foi realizada a organização de todo material utilizado na pesquisa, criando certo grau de familiaridade do pesquisador com o material. Na

segunda fase, que consiste na exploração do material, foram codificados os textos e obtidas as informações, o que possibilitou chegar aos resultados.

Por fim, na terceira fase foi realizado o tratamento dos resultados e a interpretação dos dados, momento em que foram expostos os resultados obtidos e partir daí realizadas as respectivas análises para a elaboração das considerações finais. A partir da execução dos métodos descritos foram obtidos os resultados exibidos a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa são oriundos da metodologia anteriormente descrita. Inicialmente foram caracterizados os setores da atividade econômica do agronegócio do estado a partir da pesquisa documental de relatórios de gestão, boletins de serviço e documentos oficiais de instituições estaduais, como os da EMATER, EMBRAPA, SEPOG, SEAGRI e SEDAM, dentre outros, todos datados de 2007 a 2017 e que trazem dados do estado de Rondônia referentes à produção de café, leite, soja, milho e carne.

Em um segundo momento foram descritos os produtores rurais e analisadas as entrevistas realizadas com esses partícipes no que se refere às suas percepções em relação às políticas públicas voltadas ao agronegócio rondoniense, com base em Bardin (1977).

4.1 Políticas públicas aplicadas ao agronegócio em Rondônia

Ao discorrer sobre a temática do desenvolvimento regional é de suma relevância observar com atenção dados passados e compará-los com as atividades realizadas na modernidade. Nesse sentido, necessário se faz apresentar um apanhado histórico das políticas públicas implementadas outrora no estado de Rondônia, a fim de nortear este estudo.

Dentre os processos de colonização da Amazônia, diversas foram as políticas introduzidas pelo governo militar para a manutenção das práticas outrora implementadas. Merece destaque a criação, no ano de 1974, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a finalidade de organizar a distribuição das terras em Rondônia.

Dentre os anos 1970 a 1976, grande parte dos terrenos integrantes dos projetos de colonização encontravam-se ao longo da BR-364, e nesse cenário o INCRA programou cinco projetos integrados de colonização (PICs) e dois Projetos de Assentamento Dirigido (PAD).

Em 1974, o governo federal também criou o programa de polos agropecuários e agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), em trabalho conjunto com o Ministério Interior dos Transportes e da Agricultura, para estimular a migração em áreas selecionadas, expandir a produção pecuária e melhorar o aspecto urbano.

Por volta de 1980, em razão das inúmeras famílias que vieram para Rondônia para ocupar as terras disponíveis, um novo programa foi criado pelo INCRA, o Projeto de Assentamento Rápido (PAR), visando à acomodação das famílias assalariadas, ou aquelas que tinham lotes já ocupados no perímetro urbano. Surgiram, ainda nessa década, os primeiros problemas dessas ocupações, pois não havia aplicabilidade da legislação de proteção florestal nem apoio técnico e financeiro para os produtores de pequeno porte.

Diante disso, em 1987 criou-se o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), dedicado à correção dos problemas socioambientais criados na década anterior, além de outras demandas, como, por exemplo, a pavimentação da BR 364 no trecho compreendido entre Cuiabá (MT) e Porto Velho (RO), bem como a construção de estradas vicinais e a preservação de comunidades indígenas e extrativistas da região.

Durante esse processo de colonização, a construção civil ganhou força com o fortalecimento e expansão do mercado habitacional, e não só isso: ganharam destaques o segmento madeireiro, a indústria de móveis e a mineração

Em março de 1992 foi criado o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), com o intento de conter os problemas gerados anteriormente nas duas primeiras fases de colonização do estado.

De acordo com Santos (2007), esse plano é o marco inicial da terceira fase de colonização do estado de Rondônia, com uma diretriz que remete ao zoneamento agroecológico para introduzir a sociedade em atividades variadas, com o objetivo de organizar a sociedade civil, ao passo que o INCRA e o POLONOROESTE tinham caráter tecnocrata nas duas primeiras fases da colonização.

O Plano Plurianual (PPA) é o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas, construindo um Brasil melhor (SEPOG, 2015).

A partir de dados colhidos na Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI), bem como na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e na Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER), é possível analisar algumas políticas públicas implementadas dentro do estado de Rondônia com foco no agronegócio, como apresentado a seguir.

Um exemplo de política pública é o crédito rural, um instrumento utilizado como forma de fomentar a produção agropecuária. Tal ferramenta é utilizada em diversos países. No Brasil, nos últimos quarenta anos, tem sido um dos mais importantes no sentido de possibilitar o crescimento econômico na esfera nacional.

A EMATER-RO trabalha há 44 anos em prol do fortalecimento do setor agropecuário, especialmente em relações que tratam da agricultura familiar, o que a torna pioneira na prestação de assistência técnica e extensão rural, desenvolvendo a capacitação dos agricultores no uso de tecnologias para aumentar a produtividade, e incentivando investimentos em infraestrutura com objetivo de visar a sustentabilidade econômica, social e ambiental das unidades produtivas, a fim de agregar renda e gerar empregos no setor rural (EMATER-RO, 2016).

A promoção de ações, como a regularização fundiária dos imóveis rurais, tem sido uma das alternativas adotadas pelo estado de Rondônia, visando ao acesso ao crédito rural, pois acredita-se que a agroindustrialização é incentivada a partir de programas específicos e políticas elaboradas exclusivamente para o produtor rural.

Outro ponto que merece destaque, além do fomento ao crédito rural para os agricultores, tem sido o investimento em tecnologia e em novas técnicas agrícolas, razão disso é o crescimento da produção de café em Rondônia. Segundo a CONAB (2017), a partir dessa mudança dos agricultores a boa produtividade teve impacto direto no aumento da produção.

O ano de 2018 é o sexto ano consecutivo de crescimento do café em Rondônia. A produtividade nas lavouras passou de 10,88 sacas por hectare, em 2012, para 30,54 sacas por hectare na atual safra. O aumento expressivo foi estimulado pelo processo de renovação do parque cafeeiro nas regiões produtoras.

O trabalho foi possível graças às lavouras com cafés seminais, provenientes de sementes com grande variabilidade genética, sem irrigação e com reduzido aporte de fertilizantes e defensivos agrícolas, obtidas de mudas clonais, que estão dando lugar ao cultivo (CONAB, 2018).

O estado de Rondônia, no intuito de engrandecer a agroindústria familiar, editou a Lei nº 2.412, de 18 de fevereiro de 2011, posteriormente alterada pela Lei nº 2.717 de 16 de abril de 2012, que inaugura o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária do Estado de Rondônia – PROVE-RO.

Esse programa cria parceria entre instituições governamentais, não governamentais e produtores de base familiar e sua organização, visando ao

fomento dos pequenos proprietários rurais para produzir, industrializar e comercializar seus produtos diretamente (EMATER-RO, 2015).

A partir do PROVE-RO foi possível regularizar algumas agroindústrias em segmentos diversos nos municípios de Ariquemes, Rolim de Moura, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno, Cacoal e Vilhena, por exemplo. Dentre os ramos, destacam-se a produção de produtos lácteos, panificação, mel, polpa de frutas, frigorífico etc.

No que compete à produção de soja, o Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia elaborou o programa de apoio ao fortalecimento da cadeia produtiva. O objetivo desse programa é desenvolver ações necessárias a melhorias nas condições de apoio logístico de armazenamento, transporte e comercialização desse grão (RONDÔNIA, 2015).

Segundo o PDES-RO (2015/2030):

Dado o bom grau de desenvolvimento da lavoura de soja, inclusive com perspectivas de avanço em produção e produtividade, o apoio estatal deve-se restringir às melhorias necessárias nas áreas de armazenamento, transporte e comercialização, atuando diretamente nas melhorias de logística de transporte e indiretamente no apoio à elaboração de projetos e captação de recursos para armazenagem e comercialização, principalmente por meio da formação e fortalecimento de cooperativas. Nesse sentido, são definidos os seguintes projetos: a) projeto de melhorias na logística de transportes; b) projeto de criação e fortalecimento de cooperativas (RONDÔNIA, 2015. p.170).

As metas propostas para o projeto de criação e fortalecimento de cooperativas não são necessariamente de competência do Estado, mas poderão ser acordadas no âmbito dos Conselhos Regionais (Modelo de Gestão) em parceria com órgãos governamentais, ficando os investimentos a cargo dos produtores e suas organizações (RONDÔNIA, 2015).

O aumento significativo da produção pecuária recebe acompanhamento no sentido de melhorar as técnicas genéticas do rebanho bovino, bem como a implementação de práticas de manejo, visando uma rentabilidade maior nesse setor promissor, atribuindo tais ações às competências da EMBRAPA-RO e EMATER-RO. Os investimentos de grandes grupos do agronegócio na atividade são os grandes motores da nova dinâmica da indústria de proteína animal (RONDÔNIA, 2015).

Este estudo não pretende esgotar todas as políticas públicas implementadas no estado de Rondônia, entendendo que as informações apresentadas funcionam como base para se ter uma noção das propostas de desenvolvimento econômico

regional, por isso elenca, no Quadro 4, em ordem cronológica, políticas públicas para o setor agroindustrial rondoniense.

O conceito de desenvolvimento regional estabelecido por Boisier (1996) demonstra que não está condicionado aos seis elementos por ele estabelecidos em uma cadeia cíclica: cultura>entorno>instruções>procedimentos>atores>recursos>, nem à qualidade desses fatores, mas depende dos modos pelos quais esses aspectos se articulam. Quando articulados produzirão o desenvolvimento.

Ao contrário, no caso de a articulação ser confusa, o desenvolvimento não obterá níveis satisfatórios. Esse modelo depende, ainda, de procedimentos de governança participativos que trabalhem de modo cooperativado, visando à implementação e à adequação de projetos que objetivam o desenvolvimento local e regional.

Quadro 4 – Histórico das principais políticas públicas para o setor do agronegócio rondoniense de 1974 a 2017.

HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR DO AGRONEGÓCIO RONDONIENSE				
Ano	Nome	Autor	Objetivo	Dispositivo legal
1974	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Governo Federal	-Organizar a distribuição de terras na Região Amazônica.	Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970.
1970	Projetos Integrados de Colonização (PICs).	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).	-Atrair fluxo migratório para a região central do estado de Rondônia com a campanha 'Rondônia, o novo Eldorado'.	Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.
1970	Projetos de Assentamentos Dirigidos (PADs).	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).	-Cumprir as determinações do Estatuto da Terra, quanto ao assentamento de pequenos e médios agricultores, em regime de propriedade familiar. Projetos criados e titulados pela União visando a regularização de glebas rurais sob seu domínio	Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.
1974	Programa de polos agropecuários e agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA).	Governo Federal	-Implantar "polos de desenvolvimento na Amazônia brasileira", com destaque para a produção mineral.	Decreto nº 74607 de 25 de setembro de 1974.

1981	Projeto de assentamentos rápidos (PAR).	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).	-Projetos criados e titulados pela União visando a regularização de glebas rurais sob seu domínio; Aporte de recursos basicamente referentes à demarcação topográfica; Não havia o aporte de recursos para implantação de infraestrutura básica.	Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.
1992	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO).	Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.	-Implantar uma abordagem mais aperfeiçoada para o manejo, a conservação e o desenvolvimento dos recursos naturais do Estado.	Em obediência ao Decreto Estadual no 3.782, de 14 de junho de 1988.
2007	Programa de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia - PROAGRI	Governo do Estado de Rondônia	-Apoiar o desenvolvimento rural, a partir de verticalização e do fortalecimento da produção familiar.	Lei Complementar nº 406 de 26/12/2007.
2008	Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira do Estado de Rondônia	Governo do Estado de Rondônia	-Incentivar a implantação, ampliação, modernização e o aumento da competitividade dos Sistemas Produtivos da Pecuária Leiteira.	Lei Complementar nº 547 de 22/12/2009.
2009	Fundo Estadual de Sanidade Animal - FESA-RO	Governo do Estado de Rondônia	Apoio às ações da defesa animal e do desenvolvimento da pecuária estadual.	Lei Complementar nº 536 de 09/12/2009.
2011	Conselho Estratégico de Desenvolvimento Sustentável - CONEDES.	Governo do Estado de Rondônia.	-Formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas e propostas de políticas públicas.	Lei Complementar nº 616 de 18/04/2011.
2011	Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária do Estado de Rondônia (PROVE-RO).	Governo do Estado de Rondônia.	-Fomentar os pequenos proprietários rurais para a produção, industrialização e comercialização de seus produtos.	Lei nº 2.412 de 18 de fevereiro de 2011, alterada pela Lei nº 2.717, de 16 de abril de 2012.

2012	Fundo Estadual de Desenvolvimento e Fortalecimento da Agricultura Familiar – FEDAF.	Governo do Estado de Rondônia.	-Contribuir para acelerar e racionalizar as ações no âmbito da agricultura, da ação fundiária, da pecuária, da aquicultura e pesca, da agroindústria e outras atividades rurais não agrícolas, com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar.	Lei Complementar nº 655 de 28/04/2012.
2016	Política Agrícola para Florestas Plantadas do Estado de Rondônia.	Governo do Estado de Rondônia.	-Define objetivos e as competências institucionais, sobre às atividades de produção, processamento e comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos relativos às florestas plantadas.	Lei Complementar nº 873 de 12/05/2016.
2017	Fundo de Investimento e de Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia – FIDER.	Governo do Estado de Rondônia.	- Participar de empreendimento dos setores agroindustrial, industrial, mineral, comercial e de prestação de serviços, unidades de turismo e preservação ambiental de interesse relevante para o desenvolvimento econômico-social do Estado.	Lei Complementar nº. 950 de 21/12/2017.

Fonte: DITEL.CASACIVIL.RO.GOV.BR e INCRA, adaptado pelo autor (2019)

4.1.1 Políticas públicas para o desenvolvimento de cadeias do agronegócio

De acordo com o teorizado por North (1977), com base nas ideias da teoria da localização e do crescimento regional, uma região geográfica passa por estágios durante o desenvolvimento regional.

De acordo com o a história econômica das regiões pode ser resumida do seguinte modo:

fase de economia de subsistência, autossuficiente, em que o comércio e os investimentos inexistem ou existem em status de escassez;

paulatinamente as aberturas para os transportes possibilitam o desenvolvimento do comércio e especialização do comércio local;

o comércio incipiente é ligado pelos transportes e desloca a região com culturas agrícolas, como, por exemplo, a pecuária, a produção de cereais, a fruticultura, os laticínios e a horticultura, que 'se movimentam' rumo a outras regiões

e levam consigo a região também;

ocorre o crescimento da população e a diminuição das rendas oriundas da agricultura e das indústrias extrativas, acarretando a industrialização da região; e

chega a última fase do processo de desenvolvimento regional, momento em que a região se especializa nas atividades terciárias, exportando as suas produções e também capital, mão de obra qualificada e outros serviços especializados para regiões de menor desenvolvimento.

Na visão de Furtado (1979), essa visão por fases do desenvolvimento é um esforço para a interpretação da história moderna, posição embasada em aspectos da análise econômica. Considerada a complexidade desses processos históricos, é preciso majoração do nível de abstração, fato que diminui a eficácia da explicação dos modelos elaborados para explanação do fenômeno do desenvolvimento regional.

Ainda de acordo com os pensamentos desse autor, o desenvolvimento consiste na 'juntada' de capital. Tal afirmação é originada pela verificação de que os indivíduos, inclusive os que ocupam os níveis mais rudimentares das estruturas de trabalho, criam excedentes de produção, produzindo mais do que é preciso para a satisfação dos outros componentes da estratificação (FURTADO, 1979).

As sociedades têm minorias que se apropriam dos excedentes de produção, sejam elas permanentes ou ocasionais. Essa apropriação é um fato simples que pode ser observado em nível universal e está presente na base do processo de desenvolvimento regional.

Já os autores Rotta e Reis (2007) desenvolvem uma linha teórica regionalista, enfatizando uma visão da territorialização do desenvolvimento, tratando das especificidades dos espaços locais para a definição das variantes do desenvolvimento e explanando os problemas comuns das opções globalizadoras.

Esses espaços desenvolvem características econômicas, políticas, culturais, sociais e ambientais que interagem diretamente com as características globais de desenvolvimento.

O entendimento do desenvolvimento como um processo social de uma localidade, que agrega crescimento econômico e melhoria das condições de vida dos cidadãos, promove a compreensão da importância das políticas públicas na criação das condicionantes para o crescimento econômico e para a efetivação dos instrumentos de ampliação da qualidade de vida das pessoas.

Dessa forma, quando se fala de um setor produtivo nacional pressupõe-se que exista um setor homogêneo, com igualdade de condições para produção e união, sem choque de interesses (MENDONÇA, 2008).

Quando se pensa nessa homogeneidade ignora-se o fato de que o agronegócio não implica, necessariamente, no desenvolvimento regional homogêneo. É necessário considerar a existência de áreas com menos condições de produção e que estão embasadas em relações de trabalho diversas das existentes em outras regiões, consistindo daí a importância das políticas públicas para a criação e expansão dessas condicionantes.

Segundo Costa (2010), com a criação de arranjos produtivos locais (APLs) ocorre a consequente centralização de produtores especializados em determinado produto, fato que estimula o desenvolvimento da cadeia produtiva, sobretudo por causa dos fornecedores de matérias-primas, maquinários e equipamentos, peças e assistência técnica e serviços especializados, como os processos técnicos, administrativos, financeiros e contábeis.

Apesar disso, esse fato promove o desenvolvimento das cadeias produtivas em outras regiões menos desenvolvidas, atraindo outras empresas e comércios que transitam os produtos para mercados mais distantes. Além disso, a concentração da mesma atividade em um mesmo espaço possibilita a construção de mão de obra extremamente especializada.

O Estado, na concepção de Cândido (2002), deve funcionar como um promotor da formação de estruturas econômicas exploradoras das características sistêmicas das organizações produtivas modernas, e principalmente como um agente facilitador das redes de pesquisa, sejam elas formais ou informais.

Essa formação pode ocorrer na forma de incentivos fiscais que representam redução de custos, como, por exemplo, a isenção de impostos, doação de terrenos e outras ações (RICCI, 2007). Essas redes devem estar previstas em políticas de desenvolvimento que visam à competitividade e baseiam-se em práticas inovadoras.

De acordo com Turri e Lima (2009), uma política pública que visa ao desenvolvimento de cadeias de produção, o já mencionado arranjo produtivo local (APL), conceituado como uma estratégia de desenvolvimento de diversas atividades econômicas, que estrutura empresas e instituições dependentes entre si e com potencialidades de cooperação, colabora para que os agentes econômicos alcancem a capacitação e o desenvolvimento necessário para a consolidação e

expansão das atividades em novos mercados, acarretando efeitos benéficos à sociedade, ao mercado e à economia.

Ainda no campo das políticas públicas, Sousa (2003) as define como área do conhecimento que analisa as ações do governo e, se necessário, propõe modificações no desenvolvimento das ações. A elaboração de políticas públicas configura-se como o momento em que os governos democráticos retratam seus objetivos políticos e programas eleitorais por meio dos programas e ações que irão gerar mudanças concretas na sociedade.

No Brasil, em caráter federal, o planejamento das políticas públicas ainda é considerado uma ação técnica pensada e executada por economistas e burocratas (OLIVEIRA, 2006). Caso essas ações deem certo, a implementação prática é automática. Apesar dessa aparente facilidade, os diversos programas, projetos e políticas são falhos na maioria das vezes, e se funcionam são ineficientes, gerando impactos negativos à sociedade.

Infelizmente, o povo brasileiro sofre com experiências mal planejadas, com projetos extravagantes que teoricamente são um sucesso, mas que na prática são um fracasso. Apesar das deficiências em planejamento e execução das políticas públicas, é visível o aumento da capacidade econômica e da competição das empresas a partir 'eficiências coletivas' e, conseqüentemente, dos setores, da cadeia de produção e da região.

Nesse sentido, Lopes *et al* (2010) afirmam que as atividades como a aquicultura e a cafeicultura assumem importante papel nos processos de desenvolvimento econômico, sobretudo nas regiões em franco desenvolvimento, considerando o fato de que colaboram para a segurança alimentar e para o combate à pobreza como canais para a produção e consumo de alimentos, geração de emprego e renda para as populações, já que essas culturas se encontram em ascendência na Amazônia.

No que se refere aos incentivos da atualidade, Pizaia (2009) teoriza que a definição de crédito é toda movimentação comercial com base na confiança, promessa de pagamento, tempo entre aquisição e pagamento da dívida, quando o comprador adquire um bem ou serviço e efetuará o pagamento após um período de tempo.

O Decreto 58.380, de 10 de maio de 1966, aprova o regulamento da lei que institucionaliza o crédito rural. Esse crédito é definido como o recurso financeiro

destinado aos produtores rurais, ou à sua cooperativa, para restrita aplicação às atividades enquadradas nos objetivos estabelecidos no regulamento (Art. 2º).

Conforme o artigo 15º desse Decreto, há três modalidades de crédito rural:

corrente: suprimento de recurso sem prestação de assistência técnica;

educativo: caracterizado pela combinação de assistência financeira e assistência técnica-educacional realizada diretamente pelo órgão financiador ou por meio de instituições especializadas; e

especial: suprimento de recursos financeiros a entidades de constituição típica, as cooperativas de produtores rurais, para a realização de programas específicos.

Além disso, os recursos são divididos em: crédito de custeio, relacionado ao capital de giro para os processos agrícolas; crédito de investimento, para a construção de instalações e compra de maquinários necessários; e crédito de comercialização, relacionado à política de preços mínimos.

Esses recursos estimulam os investimentos na área rural, garantindo os valores de custo da produção e comercialização, possibilitando o desenvolvimento de inovações tecnológicas que promovem o aumento da produção.

O crédito rural faz circular os alimentos com a movimentação e geração de tributos destinados ao Estado, aumentando os investimentos na área e gerando emprego e renda. É fundamental para a economia nacional por ser de grande importância como um mecanismo de política agrícola para o desenvolvimento do Brasil, que precisa que seus agricultores trabalhem de modo rentável e competitivo, fazendo com que a produção dessas cadeias seja oportunidade de colaborar ainda mais para a solução dos grandes problemas nacionais (ANTÃO, 2011).

Os créditos são bancados pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) mediante as diretrizes da política de crédito elaboradas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em acordo com as políticas de desenvolvimento agropecuário (ANTÃO, 2011).

Esse sistema é constituído por órgãos básicos, como o Banco Central, o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um órgão vinculado e as agências de fomento, os bancos estaduais, os bancos privados, a Caixa Econômica Federal, as cooperativas autorizadas a operarem o crédito rural e as sociedades de crédito,

financiamento e investimento são classificadas como órgãos auxiliares desse sistema.

Na Região Norte, os programas oferecidos para financiamento são o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Fundo de Financiamento do Norte (FNO). O primeiro é destinado à agricultura familiar e o segundo às agroindústrias, à agropecuária e aos demais ramos de atividade do setor produtivo.

Os créditos do PRONAF são destinados ao financiamento das lavouras por todo o país e são promovidos por instituições financeiras, a exemplo do Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Cooperativas de Crédito.

De acordo com Antão (2001, p. 90), a maioria dos financiamentos é destinada às produções de café clonal, abrangendo todas as ações dos processos, como os investimentos em aquisição de maquinários para a irrigação. Como garantia de pagamento, as instituições financeiras exigem meios de garantia da liquidação dos financiamentos.

Em Rondônia, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAGRI), órgão ligado à Casa Civil do governo federal, desenvolve o programa denominado Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) política pública que oferece as características necessárias para que os trabalhadores do âmbito rural que não possuem terra sejam capazes de comprar um imóvel rural com financiamento.

Os recursos desse programa são utilizados para melhoria na infraestrutura necessária à produção e à assistência técnica e rural. Ademais, é possível que o agricultor beneficiado pelo programa construa sua moradia dentro do ambiente, prepare o solo, compre implementos e seja acompanhado por especialistas, fazendo o possível para que se desenvolva de modo independente e autônomo.

Esse programa é desenvolvido da Unidade Técnica Estadual (UTE), órgão que compõe a Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI). Desde o seu início, o governo de Rondônia já concedeu imóveis rurais em municípios como Colorado do Oeste, Cabixi, Castanheiras, Novo Horizonte do Oeste, São Felipe do Oeste, Rolim de Moura, Primavera de Rondônia, Cerejeiras, Vilhena, Pimenta Bueno, Cacoal, Theobroma, Ji-Paraná, Machadinho do Oeste, Ariquemes e Porto Velho.

Em 2017, o governo estadual aprovou dois programas de incentivo à agricultura familiar. O Mais Produção e o Plante Mais, que são executados pela

SEAGRI e visam ao fortalecimento da agricultura familiar no estado. O Plante Mais promove a compra e distribuição de mudas e sementes de cereais, legumes, tubérculos, frutíferas, hortaliças, café e espécies florestais nativas e exóticas (SEAGRI, 2017).

4.2 Produtos Agrícolas e Pecuárias que compõem o PIB de Rondônia

A análise documental em relatórios de gestão, boletins de serviço e documentos oficiais de instituições estaduais, como os da EMATER, EMBRAPA, SEPOG, SEAGRI e SEDAM, dentre outros, todos datados de 2007 a 2017 e que trazem dados do estado de Rondônia referentes à produção de café, leite, soja, milho e carne, permitiu o mapeamento das principais produções do agronegócio rondoniense, como se vê a seguir.

4.2.1 Soja

O início da produção de soja é considerado recente no estado de Rondônia. O produto teve seu primeiro cultivo no final da década de 1970 e início da década de 1980, quando foram feitos os primeiros experimentos do grão na região. De acordo com Pereira e Kahil (2010), em 1979 a unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) instalou um campo de cunho experimental em Vilhena, quando houve o início do cultivo de grãos como arroz, soja, milho e feijão. Nos anos seguintes esse cultivo foi paralisado com a extinção dos programas que incentivavam a pesquisa de tais grãos.

Segundo os autores, no final da década de 1980, o município de Vilhena já se destacava na produção agropecuária, bem como no cultivo de arroz e milho. A soja, no final dos anos 80, crescia no município de forma incipiente. No entendimento de Silva (2014), nesse período a soja era irrisória e irrelevante como produto agrícola na economia de Rondônia em razão dos custos excessivos de produção e de transporte, o que tornava inviável toda operação que aumentasse a presença dessa leguminosa na agricultura estadual.

O autor complementa que sua produção se destinava ao mercado regional, de sua natureza tão somente de grão. A soja não era considerada uma mercadoria de grande demanda no mercado global. No ano de 1996, o campo experimental da EMBRAPA em Vilhena retomou as pesquisas que buscavam o melhoramento

genético da soja, tendo como parceiros a EMBRAPA de Londrina (PR) e a Fundação Mato Grosso (FMT), objetivando o desenvolvimento de sementes que se adaptassem às condições do local.

Além disso, a hidrovia Madeira-Amazonas apontava como um canal viabilizador para o escoamento da produção do grão, principalmente pelo interesse declarado do Grupo André Maggi nesse meio de exportação (PEREIRA; KAHIL, 2010). Nesse sentido, “um dos fatores que influenciam o aumento da produção de soja em Vilhena está no campo experimental da EMBRAPA, onde tem especialistas no melhoramento e produção de soja” (LUS, 2012, p. 45).

A produção de soja cresceu substancialmente a partir de 1997 como consequência da hidrovia Madeira-Amazonas, que garantiu o fluxo dessa mercadoria ao mercado externo. A soja passou a ser o principal grão produzido em Rondônia, seguido pelo milho e o arroz (SILVA, 2014).

A hidrovia possibilitou o transporte de grãos e outros insumos, potencializando a produção de soja em Rondônia e no noroeste de Mato Grosso. Proporcionou a reestruturação do uso produtivo do espaço regional, funcionando como modal hidrorrodoviário (rodovia BR-364 e hidrovia) que articulou o espaço amazônico ao fluxo do agronegócio globalizado (NUNES, 2004).

Com a implantação da hidrovia Madeira-Amazonas, o transporte tornou-se mais rápido aos mercados internacionais e com custos menores. A Europa, os Estados Unidos e o Oriente Médio foram os mercados mais beneficiados pela hidrovia. Os produtos tiveram uma redução de prazo de chegada ao destino de três dias, o que fez do trajeto da hidrovia um dos mais utilizados para o transporte da mercadoria (ARROYO, 2001).

Silva (2005) corrobora que o referido evento desencadeou uma nova configuração geográfica no estado de Rondônia, culminando com a regionalização da produção de grãos de soja, milho e arroz, consolidando-se, sobretudo, na região sul do estado, o chamado cone sul de Rondônia.

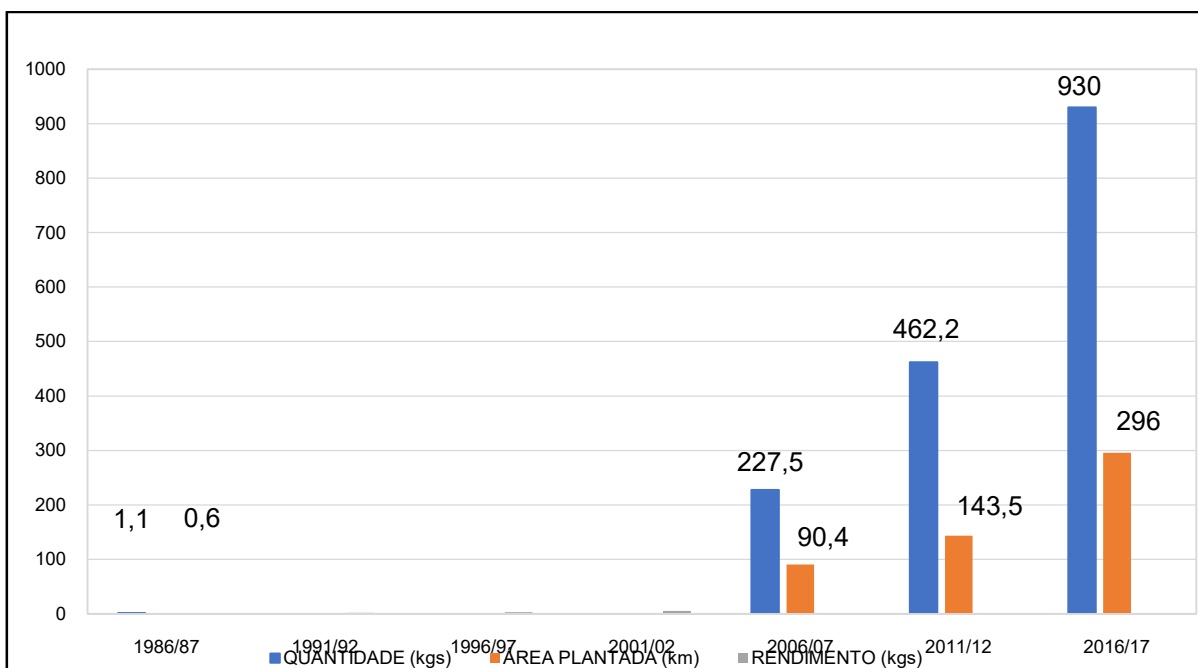
Dada a crescente produção da soja no estado, essa região obteve maior participação em atividades agrícolas voltadas ao mercado externo. Tal crescimento resultou da vinda de produtores que atuavam no Mato Grosso, principalmente gaúchos, paulistas e paranaenses, atraídos pelos resultados positivos gerados pelos experimentos com a soja (PEREIRA; KAHIL, 2010).

Diante desse contexto, a região do cone sul de Rondônia sofreu transformações positivas tanto no espaço geográfico quanto no contexto populacional em virtude do aumento habitacional significativo dos municípios que a compõem. Essa região é constituída por sete municípios: Vilhena, Colorado do Oeste, Cerejeiras, Corumbiara, Cabixi, Chupinguaia e Pimenteiras do Oeste. Dentre eles Vilhena destaca-se por ser o centro da região, despontando como município principal do agronegócio de Rondônia.

Vilhena tem o comando e a gestão da produção de soja. Na zona urbana conta com agências bancárias, cooperativas de crédito e empresas especializadas em serviços de tecnologia, o que contribui para o aumento do capital na respectiva região (ELIAS, 2003). Dada a centralização da gestão produtiva desse grão, a cidade assumiu um novo papel na logística, concentrando as principais empresas de transporte de grãos, de maquinários, bem como as de assistência técnica (LUS, 2012).

De acordo com a CONAB (2017), em 1984 teve início o plantio de soja em Rondônia, em uma área de apenas 400 hectares. No período 1996/1997, essa área aumentou para 3,3 mil hectares, e em 2006 para 90,4 mil hectares. Entre os anos 2011/2012 a soja foi plantada em 143,5 mil hectares, área que aumentou para 296 mil hectares em 2016/2017, representando um crescimento de 15,6% por ano. Nos últimos dez anos destaca-se, a oscilação da produtividade, com leves aumentos e reduções entre as safras, conforme Figura 3.

Figura 3 - Evolução quinquenal da produção de soja em Rondônia (1986/87 e 2016/17) em kgs.



Fonte: 2018 (EMBRAPA, 2018, p. 11)

Em 2018, conforme Tabela 2, elaborada pela Secretaria de Agricultura do Estado de Rondônia (2018), o município de Vilhena foi apontado como líder no *ranking* de produção de soja no estado dentre os dez maiores produtores.

Tabela 2 – Produção Agrícola Municipal (PAM) de soja em Rondônia

Ranking da Produção em 2018	MUNICÍPIO	ÁREA COLHIDA (HECTARE)			PRODUÇÃO (TONELADA)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)		
		SAFRA 16/17	SAFRA 17/18	VARIÇÃO %	SAFRA 16/17	SAFRA 17/18	VARIÇÃO %	SAFRA 16/17	SAFRA 17/18	VARIÇÃO %
1º	Vilhena	57.000	53.000	-7,02	188.100	168.540	-10,40	3.300	3.180	-3,64
2º	Corumbiara	36.000	39.000	8,33	118.000	121.680	3,12	3.278	3.120	-4,81
3º	Pimenteiras	24.000	29.000	20,83	79.200	113.100	42,80	3.300	3.900	18,18
4º	Cerejeiras	28.000	31.960	14,14	98.000	111.221	13,49	3.500	3.480	-0,57
5º	Chupinguaia	26.000	26.000	0,00	85.800	101.400	18,18	3.300	3.900	18,18
6º	Cabixi	21.309	24.780	16,29	70.320	78.057	11,00	3.300	3.150	-4,55

7º	São M. do Guaporé	9.000	10.670	18,56	27.000	32.010	18,56	3.000	3.000	0,00
8º	Porto Velho	9.650	9.650	0,00	30.880	30.880	0,00	3.200	3.200	0,00
9º	Rio Crespo	9.300	9.300	0,00	30.690	30.690	0,00	3.300	3.300	0,00
10º	Candeias do Jamari	5.000	5.000	0,00	13.500	13.500	0,00	2.700	2.700	0,00
-	Total do Estado	262.258	270.786	3,25	861.436	901.566	4,66	3.285	3.329	1,36

Fonte: IBGE/CGEA-RO (2018).

A Tabela 2 mostra o município de Vilhena como líder na produção de soja nas safras 2016 e 2017, conforme levantamento do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (CGEA-IBGE). Os municípios de Corumbiara, Pimenteiras, Cerejeiras, Chupinguaia, Cabixi, São Miguel do Guaporé, Porto Velho, Rio Crespo e Candeias do Jamari aparecem entre os dez maiores produtores, a maioria deles localizados no cone sul de Rondônia.

4.2.2 Café

A cafeicultura em Rondônia, de acordo com informações da EMBRAPA (2006), começou a partir da década de 1960, com poucos cafeeiros da espécie *coffeearábica* L. Somente a partir dos anos de 1970, devido aos núcleos oficiais de colonização no estado, foram plantadas as primeiras mudas da espécie *Coffeacaneophora* Pierre ex A. Froehner, uma espécie robusta de maior porte vegetativo e tolerância às altas temperaturas (FERREIRA, 2008).

Em relação ao café predomina a agricultura familiar, com produção de pequena escala que utiliza, além da força de trabalho da própria família, trabalhadores assalariados e mutirão de agricultores na colheita do produto (SARAIVA, 2011).

O estado de Rondônia figura como o quinto maior produtor de café do Brasil e está entre os três maiores estados produtores da espécie *Coffeacaneophora* (*conilone* robusta). A substituição das lavouras antigas por novos plantios de variedades clonais vem gerando ganhos significativos de produtividade. As novas espécies são bem mais produtivas (EMBRAPA, 2018).

A produção do café é considerada uma das mais importantes atividades geradoras de riqueza para a região. A espécie robusta é a de maior rentabilidade, dada a sua maior adequação para o cultivo em toda extensão territorial do estado (SARAIVA, 2011).

A Tabela 3, a seguir, traz os maiores produtores de café por município.

Tabela 3 – Produção Agrícola Municipal (PAM) de café em Rondônia

Ranking da Produção	MUNICÍPIO	ÁREA COLHIDA (HECTARE)			PRODUÇÃO (TONELADA)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)		
		SAFRA 16/17	SAFRA 17/18	VARIAÇÃO %	SAFRA 16/17	SAFRA 17/18	VARIAÇÃO %	SAFRA 16/17	SAFRA 17/18	VARIAÇÃO %
1º	São Miguel do Guaporé	10.002	11.203	12,01	33.761	39.526	17,08	3.375	3.528	4.53
2º	Cacoal	13.030	10.489	-19,50	22.671	20.384	-10,09	1.740	1.943	11.67
3º	Alta Floresta	6.760	5.980	-11,54	13.790	15.356	11,36	2.040	2.568	25.88
4º	Alto Alegre dos Parecis	3.600	3.600	0,00	9.096	9.096	0,00	2.527	2.527	0,00
5º	Ministro Andreazza	4.950	4.950	0,00	9.075	9.075	0,00	1.833	1.833	0,00
6º	Nova Brasilândia	5.045	5.291	4,88	7.983	7.849	-1,68	1.582	1.483	-6,26
7º	Buritis	2.750	2.750	0,00	6.855	6.855	0,00	2.493	2.493	0,00
8º	Machadinho D'oeste	4.408	4.408	0,00	4.522	4.522	0,00	1.026	1.026	0,00
9º	Monte Negro	400	128	-68,00	228	3.646	1499,12	570	28.484	4.897
10º	Novo Horizonte	2.095	2.095	0,00	3.517	3.517	0,00	1.679	1.679	0,00
-	Total do Estado	71.605	69.945	-2,32	146.474	142.664	-2,60	2.046	2.040	-0,29

Fonte: IBGE/CGEA-RO (2018).

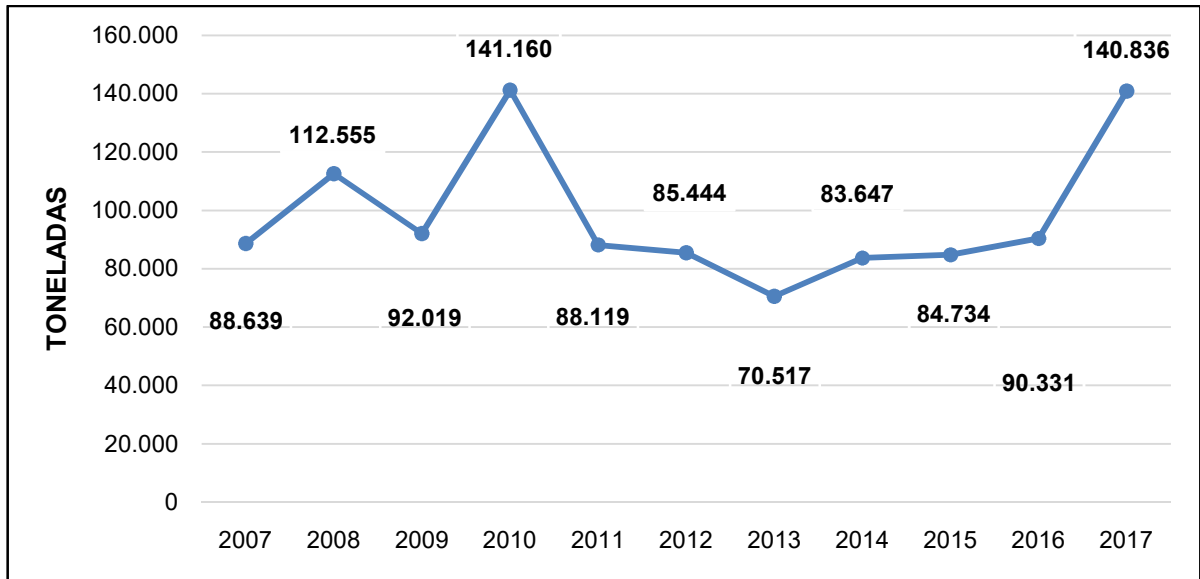
Conforme o Tabela 3, São Miguel do Guaporé liderou as safras de café de 2016 e 2017, seguido por Cacoal, Alta Floresta do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Ministro Andreazza, Nova Brasilândia do Oeste, Buritis, Machadinho D'oeste, Monte Negro e Novo Horizonte do Oeste. Em relação a esse produto, verifica-se que a produção se faz presente por todo o território.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), considerando as regiões e mesorregiões do estado, esses municípios estão localizados nas mesorregiões do Vale do Guaporé, Rio Machado, Zona da Mata e Vale do Jamari.

O cultivo da espécie *Conillon*, pertencente ao grupo robusta, predomina em Rondônia, já que se adapta bem às temperaturas elevadas e às regiões baixas. O cultivo é feito em pequenas glebas, com baixo nível de tecnologia, e o resultado não satisfaz totalmente às exigências do mercado em razão da pouca qualidade, o que desqualifica o café rondoniense nos cenários nacional e internacional (ROSA NETO; COLLARES, 2006).

A Figura 4 traz os dados extraídos do IBGE referentes à quantidade de café produzida no estado de Rondônia nos anos de 2007 a 2017.

Figura 4 – Produção de café em Rondônia, em lavouras temporárias e permanentes 2007-2017



Fonte: IBGE (2017).

A EMATER-RO, em parceria com a CONAB, realizou pesquisa de campo utilizando amostras representativas, pré-estabelecidas, diretamente com proprietários de propriedades rurais com lavouras de café cadastradas, para verificação da área, produção, produtividade, e estudo dos cafeeiros.

A amostragem envolveu 42 municípios e dois distritos, com a aplicação de 628 questionários no total. Os resultados constituem uma importante ferramenta para que o Estado estabeleça políticas públicas e dimensione as principais atividades que serão realizadas no setor em curto, médio e longo prazo.

O estado de Rondônia tem a terceira maior produtividade de café *conilon* do País com um desempenho aproximado de trinta sacas por hectare, atrás apenas da Bahia e do Espírito Santo. Tal sucesso foi percebido após o segundo levantamento de dados referentes ao café, divulgado em 17 de maio de 2018 pela Companhia Nacional de Abastecimento -CONAB (2018). De acordo com o estudo, o índice é 17% superior ao registrado no ano anterior.

4.2.3 Leite

De acordo com dados do IBGE (1998), a atividade leiteira em Rondônia teve início com o elevado crescimento populacional que ocorreu a partir de 1970, aumentando de 111.064 para 503.128 habitantes nos anos de 1990, o que resultou

em políticas colonizadoras e abertura de novas fronteiras agrícolas, demandando a produção do leite (PAES DE SOUZA, 2007).

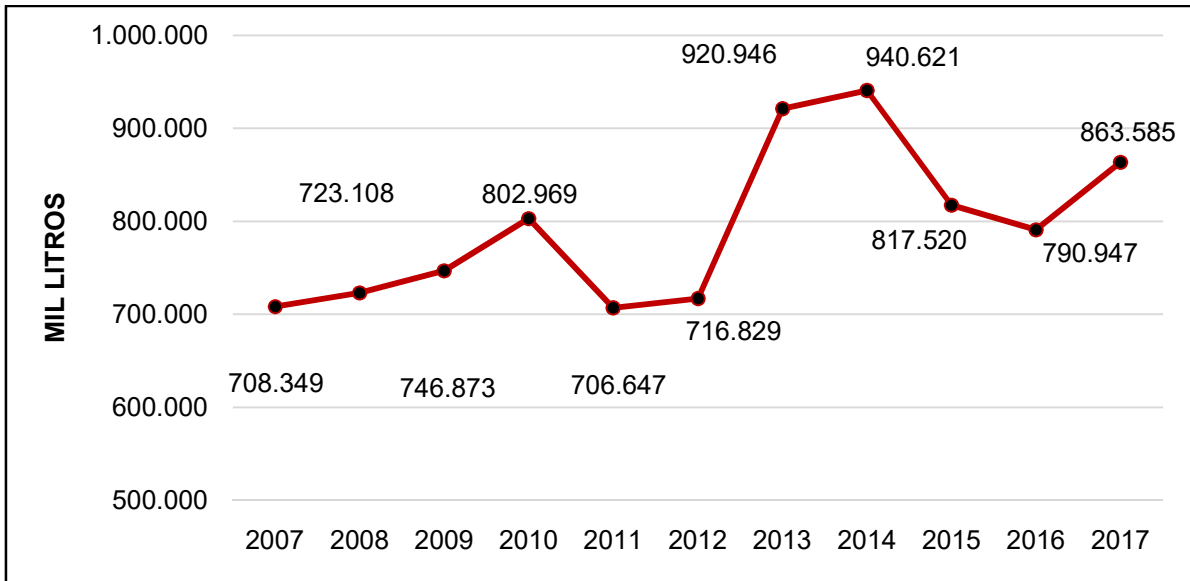
Essa atividade é de fundamental importância para o desenvolvimento do estado, dada sua empregabilidade e geração de renda, caracterizando um segmento dentro da porteira formado, em sua maioria, por produtores de escala familiar. Essa atividade é responsável por grande parte da renda das famílias rurais (DIAS, 2008).

A produção leiteira na Região Norte do país tem se comportado de forma crescente, sobretudo nos últimos anos, qualificando o estado de Rondônia como o único dessa região dentre os dez estados brasileiros que mais produzem leite (MARTINS, 2015).

Segundo dados do último censo agropecuário, de 2006, a produção tem, em sua maioria, produtores de base familiar, que corresponde a 82,3% do montante produzido no referido ano. Tal índice representa o maior percentual em relação aos estados da Região Norte do país (IBGE, 2011).

Dados do IBGE (2017) dos anos de 2007 a 2017 apontam que a produção leiteira de Rondônia sofreu algumas oscilações. A Figura 5 evidencia que nesse período, a produção leiteira apresentou um crescente contínuo de 2007 a 2010.

Já em 2011 o volume produzido sofreu redução de 12% em relação ao ano anterior, e somente voltou a aumentar de 2012 até 2014. Posteriormente, em 2015 e 2016 tornou a sofrer significativas reduções. A Figura 5 demonstra tal ocorrência.



Fonte: IBGE (2017).

Os dados mostram que a produção de leite tende a oscilar sobretudo nos anos de 2007, 2011 e 2012, quando não atingiu 717 mil litros. Por outro lado, em 2013 e 2014 a quantidade produzida foi superior a 900 mil litros.

Paes de Souza (2007) esclarece que por ser uma atividade intimamente ligada à agricultura familiar, o desempenho produtivo do leite se deve aos seguintes fatores: prevalecem baixos custos produtivos; as condições do clima e do solo são favoráveis; o mercado volta-se à industrialização; e, principalmente, baixíssimo ou nenhum emprego de insumos.

Atualmente, a produção de leite por município rondoniense, de acordo com o Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (CGEA-IBGE), obedece à ordem exibida na Tabela 4, que mostra a série histórica do rebanho bovino leiteiro no estado nos últimos sete anos e o ranking dos maiores produtores de leite em 2018.

Tabela 4 – Série histórica de rebanho bovino leiteiro de 2012 a 2018.

Ranking Rebanho em 2018	MUNICÍPIO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1º	Jaru	20.733	245.818	229.194	233.098	195.792	221.617	214.214
2º	Ouro Preto D'Oeste	214.578	200.508	216.261	197.432	196.257	196.819	186.093
3º	Nova Mamoré	158.624	179.933	195.833	204.074	190.473	223.315	180.802
4º	Machadinho	138.077	139.436	161.612	181.058	186.445	197.289	180.536
5º	Porto Velho	82.070	96.421	116.795	126.463	133.305	167.402	162.098
6º	Gov. Jorge Teixeira	136.689	155.023	167.218	149.673	146.795	172.488	150.646
7º	São Francisco	80.246	89.565	90.530	92.615	94.527	112.275	142.342
8º	Ji-Paraná	136.689	143.358	152.566	143.083	144.364	139.210	121.456
9º	Theobroma	141.533	103.975	117.486	110.463	100.335	129.159	120.759
10º	Urupá	139.023	121.333	127.814	127.733	125.014	130.344	116.534
-	Total do Estado	3.305.820	3.718.186	3.803.657	3.706.705	3.535.419	3.747.301	3.454.624

Fonte: IBGE/CGEA-RO (2018)

Conforme mostra a Tabela 4, o município de Jaru, localizado na região central do estado, liderou em 2018, a produção leiteira. Na série histórica mostrada nessa Tabela verifica-se que Jaru ocupa a primeira posição nos últimos sete anos e que Ouro Preto D'Oeste e Nova Mamoré também são municípios com grande produção.

Apesar dos bons números apresentados na Região Norte e até em nível nacional, a produção de leite em Rondônia apresenta alguns problemas, que tendo como base o cenário internacional ainda se mostra pouco produtiva e eficiente, assim como a do Brasil em geral.

A baixa especialização aplicada aos rebanhos para a produção de leite e a não frequência, por parte dos produtores, de suplementos alimentares, representam alguns dos problemas da produção do leite em Rondônia (PAES DE SOUZA, 2007).

Dias (2008) aponta que uma das principais dificuldades dos produtores de leite do estado se deve à baixa produtividade causada por fatores diversos, principalmente pela pouca aptidão do rebanho, o que é um grande fator de restrição. O autor reforça que embora exista esse fator restritivo, Rondônia vem sempre figurando com destaque no cenário nacional.

A utilização de meios tecnológicos também é um dos problemas relativos à produção leiteira no estado. Oliveira (2011) corrobora com essa situação, apontando que apesar de a tecnologia ser considerada um fator fundamental para o desenvolvimento da atividade leiteira, seu uso ainda é baixo pelos produtores de Rondônia.

O pouco uso de tecnologias pode ser explicado pelo fato de a produção ser, em sua maioria, de base familiar. A elevada proporção de produtores familiares, 80% segundo dados do IBGE, dispõe de baixa renda para investir em meios tecnológicos para consecução dessa atividade.

Apesar de o produtor de leite ter à sua disposição diversas tecnologias, os investimentos nesse segmento ainda são poucos, decorrentes tanto da falta de interesse do produtor em aprimorar sua cadeia produtiva como pelo baixo capital que possui, além e especialmente da permissividade legisladora do setor (SCHEIDT, 2008).

Dada a baixa tecnologia e o baixo investimento em suplementação alimentar para os rebanhos em lactação, os custos produtivos são reduzidos e os pequenos produtores têm alguma renda decorrente dessa atividade (SILVA, 2012).

Quanto às ações que objetivam o desenvolvimento do agronegócio leiteiro em Rondônia, há o Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira do Estado de Rondônia (PROLEITE).

No final da década de 1990 foi criado o Proleite, instituído pelo Decreto nº 8.812, de 30 de julho de 1999, que representou um grande incentivo para o desenvolvimento e estrutura do segmento leiteiro, com parcerias do governo estadual com os demais agentes da pecuária leiteira (SOUZA; AMIN; GOMES, 2009).

De acordo com Scheidt (2008), o PROLEITE tem como objetivos primordiais o aumento da produção e da produtividade dos rebanhos leiteiros do estado e a redução das condenações do leite, por parte das indústrias, pela baixa qualidade.

O PROLEITE disponibiliza profissionais especialistas, extensionistas e técnicos para levar conhecimentos, técnicas e tecnologias que visem à melhoria contínua da produção leiteira, bem como aprimoramento dos manejos alimentar, reprodutivo e sanitário, além de medidas higiênicas no processo produtivo (RODRIGUES, 2010).

A implantação do Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio Leite do Estado de Rondônia – CONDALRON - também merece destaque por ter a competência da administração dos recursos do Fundo Proleite, constituindo um órgão deliberativo composto por 17 membros da cadeia produtiva do leite, integrado aos seguintes órgãos e entidades: EMATER-RO, EMBRAPA, CEPLAC, IDARON, DFA, prefeituras municipais e indústrias de laticínios (PAES DE SOUZA, 2007).

Apesar da implantação de algumas ações, como as demonstradas anteriormente, e dos bons resultados apresentados nos últimos anos, Rondônia ainda conta com uma produção leiteira pouco eficiente, dada a falta de tecnologia aplicada ao manejo dos animais e pouco investimento na suplementação alimentar dos rebanhos.

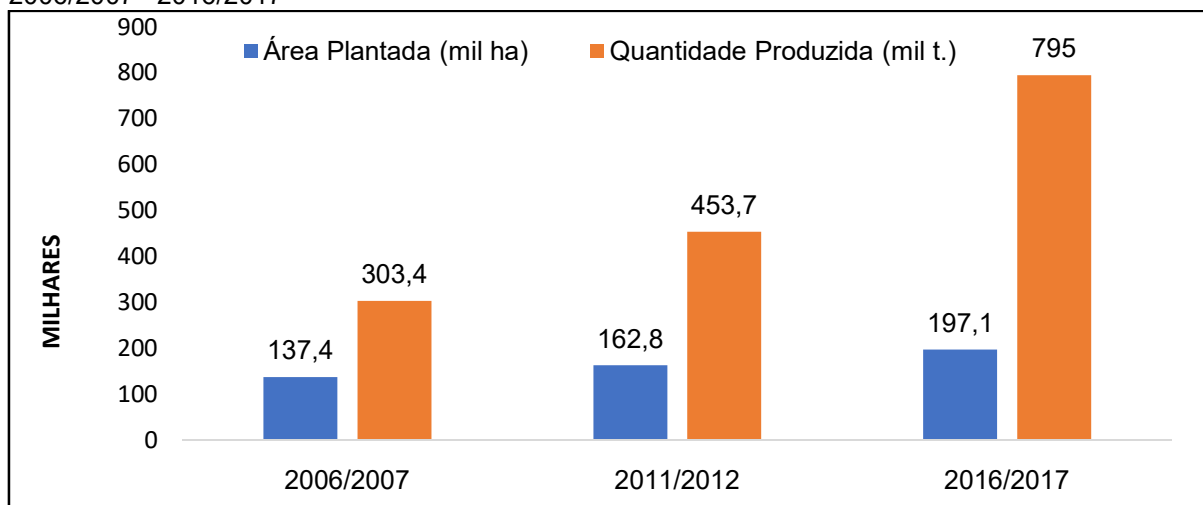
Por outro lado, pode-se observar o potencial do Estado nesse setor, que mesmo diante das dificuldades destaca-se como primeiro na Região Norte e entre os dez primeiros no cenário nacional.

4.2.4 Milho

O milho é a principal cultura de área plantada em Rondônia, abrangendo níveis de tecnologia de produção, que vão da agricultura familiar até sistemas com maior teor técnico. Concentra-se mais especificamente nas regiões do centro, do norte e do cone sul do estado (EMBRAPA, 2008).

Dados apresentados pela CONAB (2017) referentes à evolução das safras do milho, com base nos períodos de 2006/2007 e 2016/2017, mostram uma situação satisfatória em relação à área plantada e à quantidade produzida. A Figura 6, a seguir, traz a evolução quinquenal da produção de milho em nesses períodos.

Figura 6 - Evolução quinquenal da produção de milho em Rondônia no período de safra de 2006/2007– 2016/2017



Fonte: adaptada pelo autor (CONAB, 2017)

O milho é cultivado em Rondônia em um grande número de propriedades, em áreas menores, de até um hectare, em agricultura familiar para autoconsumo, e até em áreas que ultrapassam os 2.000 hectares. Há maior produtividade em áreas superiores a 200 hectares destinadas ao cultivo da espécie safrinha, predominante na região do cone sul (EMBRAPA, 2008).

A Tabela 5 mostra a produção de milho por município rondoniense.

Tabela 5 – Produção Agrícola Municipal (PAM) de milho em Rondônia

Ranking da Produção em	MUNICÍPIO	ÁREA COLHIDA (HECTARE)			PRODUÇÃO (TONELADA)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)		
		SAFRA 16/17	SAFRA 17/18	VARIAÇÃO %	SAFRA 16/17	SAFRA 17/18	VARIAÇÃO %	SAFRA 16/17	SAFRA 17/18	VARIAÇÃO %
1º	Vilhena	54.020	36.020	-33,32	275.460	162.060	-41,17	5.099	4.499	-11,77
2º	Cerejeiras	22.050	27.277	23,71	105.760	117.236	10,85	4.796	4.298	-10,39
3º	Cabixi	17.025	22.520	32,28	81.690	108.070	32,29	4.798	4.799	0,01
4º	Chupinguaia	12.060	12.100	0,33	60.216	79.470	31,97	4.993	6.568	31,54
5º	Corumbiara	30.100	16.100	-46,51	144.360	68.300	-52,69	4.796	4.242	-11,55
6º	Pimenteiras	16.002	20.002	25,00	76.807	66.007	-14,06	4.800	3.300	-31,25
7º	Porto Velho	12.081	12.081	0,00	57.963	57.965	0,00	4.798	4.798	0,00
8º	Alto Alegre dos Parecis	6.840	6.840	0,00	20.520	20.520	0,00	3.000	3.000	0,00
9º	Alta Floresta	6.528	6.728	3,06	15.667	16.267	3,83	2.400	2.418	0,74
10º	Rio Crespo	3.500	3.500	0,00	8.575	8.575	0,00	2.450	2.450	0,00
-	Total do Estado	215.545	191.438	-11,18	933.956	770.879	-17,46	4.333	4.027	-7,07

Fonte: IDARON (2018).

No que se refere à produção agrícola municipal, os indicadores do agronegócio do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agrícolas (CGEA-IBGE, 2018), referentes ao 2º quadrimestre de 2018, mostram que o município de Vilhena, no cone sul, é o maior produtor de milho do estado, conforme se vê na comparação entre as safras dos anos de 2016 e 2017 (Tabela 5).

Em relação ao período de plantio do milho, no verão deve ser realizado no período que compreende de 1º de setembro a 31 de dezembro. No inverno não existe um período estabelecido, todavia, o mais indicado se refere do início de fevereiro até meados de 15 de março (EMBRAPA, 2008).

4.2.5 Carne

O agronegócio da carne bovina constitui uma das principais atividades relacionadas à economia do estado de Rondônia, contribuindo economicamente

tanto em nível estadual quanto regional e nacional, mediante importação e exportação do produto.

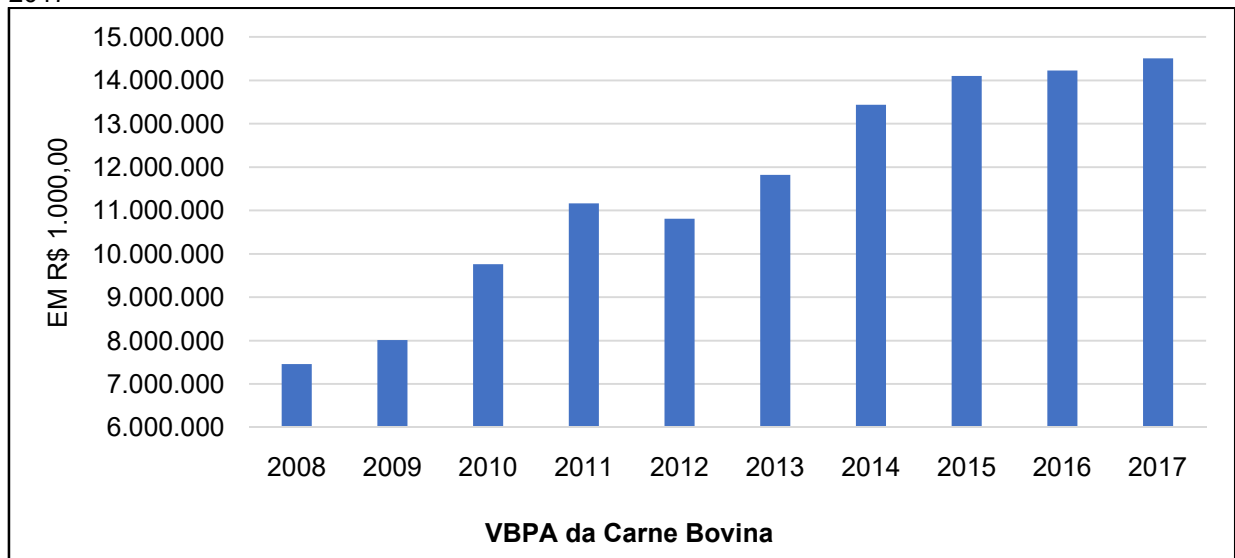
Pesquisas realizadas pela Associação Brasileira de Frigoríficos (ABRAFRIGO) apontam que a carne bovina é o principal produto de exportação de Rondônia, que se coloca no quarto lugar entre os estados que exportam tal produto (SEPOG, 2015).

A pecuária bovina fomenta todo o estado, não se tratando apenas da criação dos animais, mas também do abastecimento de indústrias. Em Rondônia, tal pecuária é explorada, em sua maioria, em pequenas propriedades que não têm mais do que cem hectares e contam com menos de cem bovinos (SOUZA, 2013).

De acordo com a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, “o IDARON calcula que as propriedades que têm até 100 bovinos representam cerca de 70% do total, as que têm entre mais de 100 e até 300 cabeças 22%, e as acima de 300 cabeças pouco mais de 8%” (SEPOG, 2015, p. 62).

Segundo dados do MAPA (2017), o VBPA da carne bovina no estado apresentou um movimento crescente entre os anos de 2008 a 2017, conforme mostra a Figura 7.

Figura 7 - Valor bruto da produção agropecuária da carne bovina em Rondônia no período de 2008 a 2017



Fonte: MAPA (2017)

A pecuária da carne bovina, conforme evidencia o Figura 7, é uma atividade que cresceu de modo intenso em Rondônia. Em 2008 o valor bruto de produção

ultrapassou a marca de sete bilhões de reais. Já em 2017 tal valor foi praticamente dobrado, superando a marca de 14 bilhões de reais.

Verifica-se, também, que os dados do VBPA foram praticamente todos crescentes de um ano para outro, com exceção de 2012 quando atingiu 10 bilhões de reais. Em 2011 o valor bruto da produção superou 11 bilhões de reais.

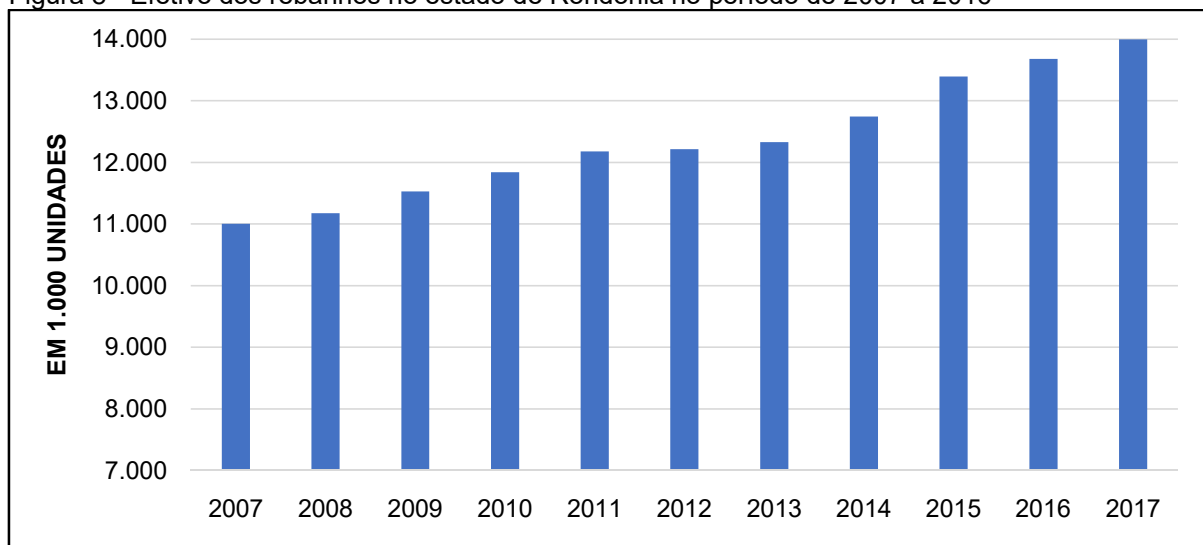
Segundo Souza (2013), esse grande crescimento se deve ao fato de o estado ter conquistado um grande *status* em relação à vigilância sanitária. Foi qualificado como uma região livre de febre aftosa, o que propiciou a importação e exportação da carne bovina para os demais estados e para outros países.

A IDARON implantou diversos programas em relação à saúde animal, resultando, no ano de 2002, que Rondônia recebesse a certificação pelo MAPA por ser considerada uma região livre de febre aftosa com vacinação. Não apenas isso, a partir de 2003 o estado também foi qualificado pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), o que resultou na abertura de exportação ao comércio internacional (SEPOG, 2015).

Em conjunto com o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) do MAPA, juntamente com o segmento agropecuário, Rondônia não registra um caso dessa doença bovina há 11 anos, graças a diversos esforços para prevenir tal enfermidade (IDARON, 2018).

Quanto aos rebanhos, a Figura 8 mostra os dados extraídos do IBGE (2018) referentes ao quantitativo de animais entre 2007 a 2016.

Figura 8 - Efetivo dos rebanhos no estado de Rondônia no período de 2007 a 2016



Fonte: IBGE (2018) – Pesquisa da Pecuária Municipal

Na leitura da Figura 8 observa-se que no período de dez anos a quantidade de bovinos foi sempre superior a 11 milhões, e apenas nos anos de 2015 e 2016 ultrapassou a marca de 13 milhões. Ainda de acordo com dados do IBGE e da Pesquisa da Pecuária Municipal (2012), existem aproximadamente 100 mil estabelecimentos em âmbito rural no estado de Rondônia, dentre os quais 80% dedicam-se à criação de bovinos.

A respeito dos municípios produtores de carne, a Tabela 6 elenca a série histórica e o ranking dos maiores rebanhos no ano de 2018, conforme se vê a seguir.

Tabela 6 – Série histórica de carne de 2012 a 2018

Ranking Rebanho em 2018	MUNICÍPIO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1º	Porto Velho	624.710	615.482	624.370	707.378	767.114	802.343	822.130
2º	Nova Mamoré	302.553	310.365	322.478	360.549	419.583	427.906	479.638
3º	Ariquemes	394.430	365.928	367.938	389.637	384.527	421.530	419.804
4º	Buritis	315.992	329.814	362.561	348.679	363.619	386.433	399.847
5º	Cacoal	345.812	329.430	335.631	375.642	370.958	386.434	385.028
6º	Alta Floresta	340.243	348.119	360.384	374.672	377.433	378.355	383.586
7º	Chupinguaia	289.229	280.819	299.243	337.068	337.778	327.443	337.939
8º	Espigão D'Oeste	282.498	275.498	296.277	312.078	319.023	323.556	313.076
9º	Campo Novo	219.922	224.350	242.336	245.547	285.240	300.152	307.029
10º	Jaru	52.329	264.108	283.042	288.863	332.243	321.019	306.178
-	Total do Estado	8.520.405	8.562.760	8.940.683	9.685.113	10.146.781	10.344.077	10.368.806

Fonte: IDARON (2018)

Conforme dados de 2018 da Agência de Defesa Sanitária Agropecuária, de Rondônia (IDARON), o município de Porto Velho lidera o histórico de carne de corte com uma produção que aumenta anualmente.

O estado tem grande potencial da agropecuária bovina, sobretudo após o ano de 2002 quando foi considerada em nível nacional e internacional como uma área livre da febre aftosa, decorrente de inúmeras campanhas de vacinação. Essa enfermidade é a que causa mais prejuízo aos criadores de bovinos.

Várias são as propriedades rurais que exploram a agropecuária bovina, e partir de certificações o Estado alavancou suas relações com o comércio internacional, exportando os produtos de origem bovina, principalmente a carne.

4.3 Características dos produtores rurais em Rondônia

Um dos objetivos desta pesquisa é a caracterização dos produtores rurais do estado de Rondônia a fim de verificar a sua percepção em relação às políticas públicas do agronegócio. A partir dos questionários aplicados aos partícipes foi possível sistematizar um quadro com categorias e subcategorias sobre as quais esta pesquisa se debruçou.

Estão dispostos os dados referentes às características dos produtores de leite, café, milho, carne, milho e soja de pequenas, médias e grandes propriedades do estado de Rondônia que responderam ao questionário desta pesquisa.

Inicialmente, os partícipes da pesquisa, os pequenos e médios produtores, responderam questões que envolvem gênero, idade, nível de escolaridade, recebimento de assistência técnica, percepção das políticas públicas para o agronegócio rondoniense e percepção dos benefícios dessas políticas.

Foram entrevistados, via questionário e entrevistas, 75 produtores: 15 para cada produto que compõe o Produto Interno Bruto (PIB) rondoniense: 15 produtores de leite, 15 de café, 15 de milho, 15 de carne e 15 de soja.

Esses produtores, bem como suas propriedades, estão localizados nos municípios rondonienses de Cabixi, Cacoal, Espigão do Oeste, Jaru, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Porto Velho, Pimenta Bueno e Vilhena, contemplando todas as sub-regiões do estado para obtenção de maior fidedignidade ao real cenário, conforme se vê no Quadro 5.

1 - POLÍTICAS PÚBLICAS NO AGRONEGÓCIO RONDONIENSE			
CATEGORIAS			
1 CARACTERIZAÇÃO	2 ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	3 PLANEJAMENTO, GESTÃO E CONHECIMENTO	4 POLÍTICAS PÚBLICAS, FINANCIAMENTOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUBCATEGORIAS			
1.1 LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE	2.1 GESTÃO E PRODUÇÃO	3.1 PLANEJAMENTO, AVANÇOS E PERSPECTIVAS.	4.1 APOIO GOVERNAMENTAL COM PROGRAMAS.
1.2 PERFIL DOS PRODUTORES	2.2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA	3.2 INFORMAÇÃO, INOVAÇÃO E APRENDIZAGEM.	4.2 CRÉDITO RURAL.

Quadro 5 - Aspectos analisados dos produtores rondonienses

Fonte: elaborado pelo autor (2029)

A categoria 1 **Caracterização**, conforme o Quadro 6, foi subdividida em duas subcategorias: localização das propriedades e perfil dos produtores.

Quadro 6 – Categoria 1: Caracterização

CATEGORIA 1	SUBCATEGORIAS
Caracterização	1.1 Localização das propriedades
	1.2 Perfil dos produtores

Fonte: Elaborado pelo autor

Nessa categoria foram analisadas características básicas das propriedades, tais como a localização e o perfil dos produtores. No que se refere à localização das propriedades, verifica-se a disposição dos municípios conforme a sua produção, como se vê no Quadro 7.

Quadro 7 - Municípios rondonienses e suas produções do agronegócio

1.1 LOCALIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES					
	CAFÉ	CARNE	LEITE	MILHO	SOJA
CIDADE	Rolim de Moura, Alto Alegre dos Parecis, Alta Floresta do Oeste e Nova Brasilândia do Oeste.	Porto Velho, Nova Mamoré, Ariquemes, Cacoal e Alta Floresta do Oeste.	Nova Mamoré, Jaru, Machadinho do Oeste, Ouro Preto do Oeste e Governador Jorge Teixeira.	Vilhena, Colorado do Oeste, Cerejeiras, Cabixi, Chupinguaia e Pimenteiras do Oeste.	Vilhena, Cerejeiras, Corumbiara, Pimenteira do Oeste e Cabixi.

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme o Quadro 7, verifica-se a localização das propriedades que produzem os componentes do PIB Rondoniense. Uma parte da produção de carne bovina em Rondônia está localizada na região norte do estado, nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Ariquemes, e outra parte na região central do estado, especificamente nos municípios de Alta Floresta D'oeste e Cacoal.

Já a produção de café está localizada mais na região central do estado, nos municípios de Rolim de Moura, Alto Alegre dos Parecis, Alta Floresta D'oeste e Nova Brasilândia D'oeste, conforme Quadro 7.

Por sua vez, o leite rondoniense advém de propriedades localizadas na região noroeste do estado, composta pelos municípios de Nova Mamoré, Jaru, Machadinho do Oeste, Ouro Preto do Oeste e Governador Jorge Teixeira.

Por fim, a produção rondoniense de milho e soja segue, basicamente, uma mesma localização territorial geográfica, mais ao sul do estado, considerando que Cerejeiras, Vilhena, Cabixi, e Pimenteiras do Oeste são apontadas, com base nos

documentos analisados, como produtores de milho e soja concomitantemente. Já Colorado do Oeste e Chupinguaia produzem, de acordo com os documentos, apenas milho, conforme se vê no Quadro 7.

É importante salientar, quanto à localização da produção do agronegócio rondoniense, que coexistem e uma cultura predomina sobre a outra, a exemplo de municípios que se destacam por produzirem, ao mesmo tempo, milho e soja. Por outro lado, há municípios rondonienses que não foram citados porque não figuram nos documentos analisados com produção representativa para esta pesquisa.

A seguir, na subcategoria perfil dos produtores, foram investigados a idade, o gênero e a escolaridade de 15 produtores de cada um dos cinco produtos pesquisados, alcançando um conjunto total de 75 pessoas participantes, com predomínio do gênero masculino.

Tabela 7 - Gênero dos produtores rondonienses

Gênero	Número Absoluto	%
1 - Masculino	67	89
2 - Feminino	8	11
TOTAL	75	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2019)

A Tabela 7 ilustra a predominância do gênero masculino no agronegócio rondoniense, com 89% dos produtores homens e 11% mulheres.

Tabela 8 - Faixa etária dos produtores rondonienses

Faixa etária	Número Absoluto	%
1 –20 a 30 anos	7	9,3
2 –31 a 40 anos	16	21,3
3 – 41 a 50 anos	34	45,4
4 – 51 a 60 anos	11	14,7
5 – 61 a 70 anos	7	9,3
TOTAL	75	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2019)

A partir da Tabela 8 verifica-se que a faixa etária predominante entre os produtores do agronegócio rondoniense está entre 41 e 50 anos, representando 45,4% dos pesquisados. As faixas etárias entre 20 e 30 anos e entre 61 e 70 anos são as menores, com apenas 9,3% cada, indicando que os produtos do agronegócio rondoniense estão sob a responsabilidade de adultos.

Tabela 9 - Escolaridade etária dos produtores rondonienses

Escolaridade	Número Absoluto	%
1 – Não respondeu	12	16,0
2 – Ensino fundamental completo	24	32,0
3 – Ensino médio completo	23	30,6
4 – Ensino superior completo	15	20,0
5 – Pós-graduação	1	1,4
TOTAL	75	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

A Tabela 9 mostra que predomina o nível de escolaridade do ensino fundamental e ensino médio. Das amostras pesquisadas, o nível de escolaridade ‘ensino fundamental completo’ foi apontado por 24 dos participantes da pesquisa, o que equivale a 32% do universo pesquisado. Já a alternativa ensino médio foi a segunda mais apontada, por 23 participantes, o que equivale a 30,6% dos indivíduos.

Por outro lado, 12 deles não responderam e apenas um assinalou que tem pós-graduação, o que faz crer que dentre o universo pesquisado os produtores têm baixa escolaridade, mesmo com uma parcela significativa com nível superior completo, 20%.

No quesito escolaridade, o produtor rural no estado de Rondônia, segundo a pesquisa realizada por Paes de Souza (2007, p. 108), tem em “média de 4,1 anos de estudo formal, porém os produtores com produção acima de 200 litros/leite/dia são de 4,65 anos”. Isso significa que esse produtor concluiu o antigo curso primário, ou seja, a 4.ª série do atual ensino fundamental. De acordo com dados do IBGE (2014), mais de ¼ da população rural do Brasil se diz analfabeta.

A escolaridade “afeta positivamente o nível de produtividade e renda do trabalho”, pois “uma população mais educada torna-se capaz de participar de forma mais ativa na vida social e política do país” (NEY, 2006, p. 5).

A categoria 2, **Organização da Produção**, tem como subcategorias: gestão e produção e assistência técnica para investigar questões referentes às logística de produção e gestão dos negócios, conforme se vê nos quadros e tabelas a seguir.

Quadro 8 – Categoria 2: organização da produção

CATEGORIA 2	SUBCATEGORIAS
Organização da Produção	2.1 Gestão e Produção

2.2 Assistência Técnica

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

No quesito gestão e produção investigou-se quem administra a propriedade produtora. As respostas vêm a seguir.

Tabela 10 - Administração da produção rondonienses

Quem administra	Número Absoluto	%
1 – Proprietário	68	90
2 – Membros da família	7	10
TOTAL	75	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

No que se refere à administração da produção verifica-se, dentro do universo pesquisado, que 68 dos participantes declararam que são eles que administram suas propriedades, enquanto sete afirmaram que quem administra é um membro da família, tal como esposa, filho ou filha.

Quanto aos modos de gestão da propriedade, Gepai (2004, p. 4) enfatiza que “a propriedade rural deve ser vista e administrada como uma empresa”. Qualquer propriedade precisa dar retorno para garantir a sobrevivência e a propriedade, e isso vale tanto para propriedades familiares quanto patronais, portanto, o conceito de gestão pode ser aplicado, perfeitamente, na atividade agrícola familiar.

Outro aspecto analisado a partir das respostas dos produtores refere-se à prestação de assistência técnica. As respostas podem ser verificadas na Tabela 11, a seguir.

Tabela 11 - Prestação de Assistência Técnica aos Produtores Rondonienses

Há assistência técnica?	Número Absoluto	%
1 – Sim, da EMATER-RO	34	45,4
2 – Sim, da EMBRAPA-RO	7	9,3
3 – Sim, do SEBRAE-RO	4	5,3
4 – Sim, de cooperativas, associações ou autônomos.	14	18,6
5 – Fornecedores de insumos	16	21,4
6 – Não recebo prestação de assistência técnica.	0	0
TOTAL	75	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2019)

A partir do questionamento quanto à prestação de assistência técnica aos produtores do agronegócio rondoniense, todos os 75 participantes receberam assistência técnica para suas produções, principalmente da EMATER-RO.

Os participantes recebem esse serviço a partir de outras fontes, como cooperativas, associações, autônomos e também de fornecedores autônomos de insumos.

De todo modo, fica evidente que a participação estatal na assistência técnica é realizada, motivo pelo qual a EMATER é apontada por aproximadamente metade dos participantes.

Na questão do associativismo, o produtor rural em Rondônia tem no SEBRAE a organização que se propõe a oferecer capacitação com vista a despertar o interesse na organização social e também na articulação de parcerias. Os produtores apresentam maior nível de organização na capital Porto Velho, mas, de acordo com o autor, há descontentamento com suas respectivas representações, tanto no interior como na capital (PAES DE SOUZA, 2007, p. 136).

Quadro 9 – Categoria 3: planejamento, gestão e conhecimento

CATEGORIA 3	SUBCATEGORIAS
Planejamento, Gestão e Conhecimento	3.1 Planejamento, avanços e perspectivas
	3.2 Informação, inovação e aprendizagem

Fonte: Elaborado pelo autor

A terceira categoria pesquisada refere-se ao planejamento, à gestão e ao conhecimento na produção do agronegócio rondoniense. Foram aplicadas questões sobre planejamento, avanços, perspectivas e informação, e inovação e aprendizagem, como se vê a seguir.

Tabela 12 - Pretensão de aumento da produção

Pretende aumentar a produção?	Número Absoluto	%
1 – SIM	54	72
2 – NÃO	21	28
TOTAL	75	100

Fonte: Elaborada pelo autor

A primeira questão referente aos avanços na produção mostra que a maioria dos produtores investigados pretendem aumentar a produção. Dentre os 75 partícipes da pesquisa, 72% afirmam que pretendem aumentar a produção nos próximos anos, considerando o atual cenário do agronegócio rondoniense.

Em referência ao planejamento e à gestão de conhecimento, seis proprietários pretendem melhorar a alimentação do rebanho; sete querem melhorar a genética do rebanho leiteiro; e dois irão aumentar o número de matrizes leiteiras.

Os problemas apontados pelos produtores são: deficiência na qualificação da mão de obra; falta de crédito rural; e deficiência de informações de mercado, apontados, respectivamente, por quatro dos seis proprietários participantes. Nenhum citou a legislação ambiental como um problema.

No que se refere à informação e aprendizagem, questionou-se a fonte de informação utilizada: dois participantes por programas de TV; três por técnicos da EMATER; seis participam de treinamentos; e quatro contam com as informações dadas por técnicos de laticínio.

Quanto à realização de cursos, treinamentos ou palestras, 12 proprietários participaram de atividades promovidas por técnicos especializados e três não participaram.

Ainda em relação à produção de leite, três proprietários receberam informações sobre a alimentação do rebanho; três sobre manejo; cinco sobre qualidade do leite; dois sobre melhoramento genético e nenhum recebeu informação que relacione produção de leite e meio ambiente.

Questionados quanto à carência de informações, cinco participantes citaram que as sentem no cálculo do custo de produção; quatro no mercado leiteiro; três no planejamento da empresa rural; e três na qualidade do leite.

Tabela 13 - Fontes de informação sobre produção

Qual a principal fonte de informação?	Número Absoluto	%
1 – TV	7	9,4
2 – RÁDIO	8	10,6
3 – INTERNET	6	8,0

4 – EMATER	33	44,0
5 – EMBRAPA	21	28,0
TOTAL	75	100

Fonte: Elaborada pelo autor

Ao se depararem com a questão referente à principal fonte de informação para os produtores, foram apresentadas as opções citadas e a orientação para que apenas uma das opções fosse apontada como predominante, considerando que é possível a informação por mais de uma fonte de informação.

Como visto, as instituições como EMBRAPA e EMATER aparecem como as principais fontes de informação técnica, o que é confirmado pela Tabela 13, na qual a EMATER figura como a principal fonte, apontada por 33 dos partícipes da pesquisa, seguida pela EMBRAPA, citada por 21 deles.

Isso mostra que as instituições de assistência técnica atuam mesmo no cenário moderno, no qual predomina o uso de mecanismos da internet para orientação técnica. As instituições atuam *in loco*, com visitas e análises presenciais no cenário da produção.

A capacitação tecnológica do produtor rural em Rondônia ainda é baixa. A pesquisa desenvolvida por Paes de Souza (2007) aponta que o conhecimento adquirido pelo produtor vem majoritariamente de três fontes: do vizinho, do técnico da EMATER e de programas de TV, de modo particular o Globo Rural. As maiores deficiências giram em torno do conhecimento sobre o mercado do leite, planejamento, cálculo de custos de produção e melhoramento genético.

Ainda na categoria 3, **produção, gestão e conhecimento**, os participantes responderam à questão sobre o uso de tecnologias de inovação na produção, conforme se vê na Tabela 14.

Tabela 14 - Uso de tecnologias inovadoras na produção

Usa tecnologia inovação?	Número Absoluto	%
1 – SIM	73	97
2 – NÃO	2	3
TOTAL	75	100

Fonte: Elaborada pelo autor

A Tabela 14 aponta que a maioria dos produtores investigados utiliza-se de tecnologia inovadora. Do universo de pesquisados, 97% citaram alguma tecnologia inovadora, como, por exemplo, uso de smartphones, equipamentos controlados por sinal wi-fi ou ainda instrumentos mecanizados que auxiliam na produção dos respectivos produtos.

A categoria 4, **Políticas Públicas, Financiamentos e Desenvolvimento Regional**, investigou a influência das políticas públicas no desenvolvimento das produções que compõem o agronegócio rondoniense.

Quadro 10 – Categoria 4: políticas públicas, financiamento e desenvolvimento regional

CATEGORIA 4	SUBCATEGORIAS
Políticas Públicas, Financiamento e Desenvolvimento Regional	4.1 Acesso a Crédito Rural
	4.2 Recebimento de Apoio Governamental

Fonte: Elaborado pelo autor

Nessa categoria foram analisadas questões referentes ao recebimento de apoio governamental para a produção das potencialidades do estado de Rondônia, como: “Você teve acesso ao crédito rural? “Você recebeu apoio governamental por meio de políticas públicas?”

Tabela 15 - Acesso ao crédito rural

Teve acesso ao crédito rural?	Número Absoluto	%
1 – SIM	12	16
2 – NÃO	63	84
TOTAL	75	100

Fonte: Elaborada pelo autor

A Tabela 15 ilustra a questão referente ao recebimento de crédito rural como incentivo para a produção do agronegócio rondoniense. Entre os 75 participantes, apenas 12 receberam, o que representa 16% do universo pesquisado. Por outro lado, a maioria dos entrevistados, 63, não tiveram acesso a esse crédito, o que equivale a 84% dos entrevistados.

A seguir, na Tabela 16, verifica-se o apoio estatal oferecido pelas políticas públicas entre os anos de 2007 a 2017, período foco desta pesquisa.

Tabela 16 - Recebimento de apoio governamental

Recebeu apoio do governo por meio de políticas públicas entre 2007 e 2017?	Número Absoluto	%
1 – SIM	4	5,4
2 – NÃO	71	94,6
TOTAL	75	100

Fonte: Elaborada pelo autor

Como se vê na Tabela 16, foram apresentadas aos participantes quatro opções de resposta: sim, não, não houve interesse e não houve informação. Deveria ser assinalada apenas uma alternativa. A opção 'não' foi indicada por 44 participantes, equivalente a 58,6% dos entrevistados, seguida da opção 'não houve interesse', indicada por 18 pessoas (24%) e 'não houve informação' (12%). Os resultados demonstram que a comunicação entre instituições e produtores possibilita o aumento da adesão dos produtores às políticas públicas estaduais direcionadas ao agronegócio.

4.4 Políticas públicas do agronegócio rondoniense a partir da percepção de produtores e representantes

A análise apresentada nesta seção resulta dos dados coletados das entrevistas realizadas com os produtores de milho, soja, café, carne e leite, e com os representantes de entidades localizados por todo o estado de Rondônia que se destacam na produção desses itens.

O roteiro da entrevista (Apêndice A) apresenta 12 questões abertas e fechadas divididas em quatro partes:

- 1ª parte: elenca os dados pessoais, como o perfil do entrevistado, a instituição que representa, idade, tempo de trabalho na área, gênero e escolaridade;
- 2ª parte: refere-se à ocupação da propriedade e às políticas públicas para o agronegócio rondoniense, ainda no início da história formal do Estado de Rondônia;
- 3ª parte: trata do uso de tecnologias de inovação na produção agrícola, motivado pelos índices representativos do agronegócio rondoniense no mercado nacional e internacional; e

- 4ª e última parte: investiga as perspectivas de crescimento dos produtores/representantes, considerando a expressão espontânea dos seus discursos.

Após o mapeamento da percepção das políticas públicas referentes ao agronegócio rondoniense, a partir de questionários aplicados a produtores de milho, soja, carne, leite e café, foram entrevistados agentes envolvidos no agronegócio, tais como o presidente da Câmara Setorial do Café e o chefe geral da EMBRAPA, em Rondônia, para mostrar, além da visão dos produtores, a dos dirigentes que estão à frente do agronegócio rondoniense.

Torna-se fundamental mencionar que as respostas da entrevista foram analisadas a partir da perspectiva da análise de conteúdo, com base em Bardin (1977). De acordo com a autora, a análise de conteúdo visa à estruturação de pesquisas fundamentadas na superação da incerteza, por provar o que está de fato na mensagem e no enriquecimento da leitura a descoberta de conteúdo.

Para a autora, a aplicação desse método consiste em o pesquisador colocar-se no lugar do receptor e principalmente olhar para outro significado. A utilização da análise de conteúdo, como método, não considera as informações literalmente, e sim utiliza as variáveis inferidas para o realce de um sentido que, até então, encontra-se em um segundo plano na leitura superficial.

De acordo com essa análise transcreve-se, a seguir, a entrevista aplicada a cada um dos cinco produtores partícipes da pesquisa. Apesar de serem cinco produtos analisados, um entrevistado está envolvido na produção de dois tipos de grãos - soja e milho – portanto, sua resposta se refere aos dois produtos.

Os participantes desta pesquisa foram identificados pelas siglas AGRO1, AGRO2, AGRO3 e AGRO4. As respostas foram transcritas exatamente como foram proferidas, sem qualquer tipo de correção.

Questão 01 – Quais foram as principais políticas públicas, voltadas ao agronegócio, que levaram à sua configuração atual em Rondônia?

A configuração do agronegócio em Rondônia seguiu esse ritmo. Muitas pessoas trabalhando com a agricultura familiar o modelo de exploração foram predominantemente com base na agricultura familiar e a coisa do rebanho de corte foi crescendo na medida em que as áreas eram exploradas para agricultura e depois abandonadas porque se tornavam antieconômicas[...] então o agronegócio se expande pela facilidade também de exportação através de um porto de Porto Velho, rio navegável a facilidade de atingir Manaus e Belém e daí os países que são compradores de soja e milho. [...] Nós temos aqui em Porto Velho nas proximidades daqui de Porto Velho em Nova Mamoré, por exemplo, temos 130 mil litros de leite

por dia a maior bacia leiteira do Estado hoje, isso se deve em muita medida a ação da EMATER que vem prestando assistência melhorando cada vez mais a quantidade do leite desenvolve programas para a transferência de tecnologia, desenvolve programas para a transferência de embriões, desenvolve programas para inseminação artificial, isso tem trazido uma melhora muito grande (AGRO3).

Nessa resposta o participante AGRO3 cita a atual configuração do agronegócio rondoniense a partir de uma visão histórica dos modos pelos quais o estado foi fundado, com base na agricultura familiar e na exploração por ele chamada de 'antieconômica'.

A implantação de projetos como os PICs e PADs no interior do estado de Rondônia e do POLONOROESTE pelo governo federal, em 1980, são exemplos de correção de problemas socioambientais criados na década anterior, quando a ocupação no estado foi desmedida, assim como a exploração ambiental, conforme Santos (2007).

Ainda em sua resposta, AGRO3 cita o pioneirismo da EMATER-RO, que há mais de 40 anos trabalha em Rondônia pelo fortalecimento do setor agropecuário e pela prestação de assistência técnica e extensão rural, desenvolvendo as potencialidades da agricultura familiar e também dos produtores do agronegócio, com uso de tecnologias de produtividade e incentivo de investimentos em infraestrutura, visando à sustentabilidade, agregando renda à produção e gerando empregos no setor (EMATER, 2016, p.74).

A seguir, tem-se a resposta da primeira questão de outro entrevistado, AGRO4: "Desde os primeiros governos que conheci eles incentivaram a parte agrícola, sempre o governo procurou financiar lavouras de café, de milho, gado leiteiro, então teve muita participação do governo nessa evolução que Rondônia teve, o território teve na época o incentivo do próprio grão" (AGRO4).

Na resposta desse participante vislumbra-se, também por meio de uma visão histórica, que o governo, sem especificar se estadual e/ou federal, incentivou o desenvolvimento agrícola do estado de Rondônia com o financiamento de lavouras e concessão de lotes agrícolas para plantações. Não foram mencionadas questões referentes aos auxílios prestados por outras instituições, citando apenas a relação entre produtor e estado.

Nessa primeira questão, que visa à verificação da percepção dos partícipes da pesquisa, AGRO3 e AGRO4 destacam os históricos incentivos estatais para

produção agrícola. AGRO3 atribui à EMATER-RO a melhoria na produção de leite graças à assistência técnica prestada, com uso de tecnologias e diversos programas. Para AGRO4, o financiamento governamental é fundamental para o crescimento do estado. AGRO1 e AGRO2 não responderam à pergunta.

Questão 2 – Quais são as vantagens dessas políticas para Rondônia?

Facilidades para exportação, incentivo como a doação de área, e eu ressalto o trabalho da EMATER voltado ao pequeno produtor o produtor da agricultura familiar porque a EMATER faz um trabalho muito bacana de acompanhamento em alguns lugares isso é mais visível, por exemplo o Edinaldo de Nova Mamoré que é uma potência um cara diferente, então Nova Mamoré está onde está hoje grande parte por conta do incentivo que o Edinaldo dar e do que ele leva, então esse tipo de política pública voltada pra o agronegócio através da EMATER eu tenho enorme simpatia por isso porque de fato faz com que os negócios sejam alavancados (AGRO 3).

Com essa questão pretende-se verificar a influência das políticas públicas no agronegócio rondoniense. Para **AGRO3**, a perspectiva de exportação dos produtos, é fruto das ações extensionistas da EMATER-RO, instituição que na sua opinião incentiva o agronegócio e faz com que os negócios sejam alavancados. Como anteriormente dito, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia é lembrada pelos produtores e representantes de produtores como principal instrumento de execução de políticas públicas para o agronegócio no estado.

Conforme **AGRO3**: “Essas políticas vieram beneficiar o Estado e deixar ele forte do jeito que ele é hoje, então sem ter essa política dos governos passados hoje Rondônia não seria o que é na parte da agricultura” (AGRO 4).

Ainda em relação à questão que investiga as vantagens oriundas das políticas públicas, **AGRO4** ressaltava as melhorias que essas políticas trazem para o estado, sem determinar exatamente quais, destacando que a intenção em ‘beneficiar’ e fazer crescer o estado é uma política histórica de ‘governos passados’.

A segunda questão da entrevista investigou os partícipes da pesquisa quanto às vantagens oferecidas pelas políticas públicas ao agronegócio rondoniense. AGRO3 descreveu as consequências das políticas destinadas à produção de leite, narrando um caso local de sucesso e atribuindo-o, mais uma vez, à assistência técnica da EMATER-RO.

AGRO4 atribui às políticas públicas governamentais o sucesso do agronegócio rondoniense da atualidade. AGRO1 e AGRO2 não responderam.

A terceira questão é a que segue:

Questão 03 - No seu entender, as políticas públicas implementadas no agronegócio de Rondônia trouxeram os resultados esperados?

Meio quadrado, mas a gente conseguiu evoluir muito. Rondônia tem aí em termo de agronegócio soja até 20% de crescimento na área plantada. Rondônia hoje tem próximo de 300 mil hectares plantados e isso começou nos últimos quatro, cinco anos, quem sabe então nós temos uma evolução muito grande. Nós temos uma grande vantagem que eu vejo hoje do agronegócio em Rondônia é a questão do porto de Porto Velho, a soja hoje tem áreas de Porto Velho que está plantando soja de 5 km do porto. Isso dá uma competitividade muito grande com os outros plantadores Mato Grosso e Paraná. Então Porto Velho, em termo de logística, é um dos melhores do Brasil e a produção de soja da capital, entrando já na capital de Porto Velho, isso é muito importante para a exportação além de produtos que a gente não explora muito, que é a saída do Pacífico. Então eu vejo que Porto Velho, eu vejo como um grande celeiro do agronegócio e pouco que precisa fazer é o próprio governo se aproximar um pouco mais do setor do agronegócio (AGRO2).

Essa questão investigou as perspectivas dos participantes decorrentes das políticas públicas aplicadas no agronegócio rondoniense. O participante **AGRO2** discorreu sobre as evoluções de crescimento de área plantada e o volume de produção nos últimos quatro e cinco anos. A localização geográfica privilegiada da capital rondoniense, pelo fato de estar localizada nas rotas nacionais e internacionais, é vista pelo participante como aspecto a ser explorado futuramente pelos governantes e que trará benefícios para o agronegócio.

A logística do estado, localizado na Região Norte do país e do continente sul americano é vista pelo participante como perspectiva de crescimento, citando as propostas de expansão de rotas de circulação de cargas, a exemplo da rodovia que escoará a produção até oceano Pacífico.

Por fim, **AGRO3** sugere maior aproximação entre o governo e o agronegócio para que os investimentos aconteçam e beneficiem a todos.

Eu acho que sim, acho que o sucesso que a gente ver hoje no agronegócio é um dos grandes pilares que sustenta Rondônia hoje são resultados dessas políticas públicas, poderia aperfeiçoar certamente que sim muita gente vai achar que poderia fazer melhor, mas o que tem sido feito tem propiciado um ambiente seguro um ambiente bom para que as coisas se realizem (AGRO3).

Nessa terceira questão, **AGRO3** afirma que as políticas públicas executadas fazem com que o agronegócio seja um dos pilares que sustentam o estado de Rondônia, motivo pelo qual é preciso aperfeiçoar as políticas públicas nesse campo,

fato que promoverá ainda mais as atividades econômicas do estado. Para AGRO4, as políticas públicas trouxeram resultados esperados ao estado de Rondônia.

A terceira pergunta busca a percepção do entrevistado em relação aos resultados das políticas públicas implementadas no agronegócio rondoniense. AGRO2 manifestou-se no sentido de elencar o crescimento considerável do estado e as potencialidades que ainda podem ser exploradas graças à sua localização geográfica e às vias de navegação, destacando a cidade de Porto Velho como município fundamental para o crescimento desse cenário.

Para AGRO3 tudo o que já foi feito gera hoje boas consequências, mas é necessário melhorar ainda mais. Segundo AGRO4, as políticas públicas trouxeram, sim, os resultados esperados. AGRO1 não respondeu essa pergunta.

A quarta questão vem a seguir:

Questão 04 - O que seria recomendável para a formulação de políticas públicas voltadas ao agronegócio e à promoção do desenvolvimento de Rondônia?

Principalmente a questão da infraestrutura e logística e a regularização fundiária, creio eu que seria os pontos a serem atacados e servir de engajamento para que no curto médio prazo a gente possa ter uma evolução e que o agronegócio continue se apropriando dessas estruturas se expandindo e fazendo cada vez mais desenvolvimento e indicadores positivos econômicos para o Estado (AGRO1).

Assim como dito por outro participante, **AGRO1** recomenda que as políticas públicas do agronegócio rondoniense considerem a questão logística como fator preponderante para a efetivação do desenvolvimento regional do estado. A infraestrutura bem desenvolvida, com investimentos em estradas, portos e hidrovias, representa fator decisivo no incentivo estatal ao agronegócio, considerando que a logística geográfica do estado permite o escoamento da produção agrícola tanto pelas estradas quanto pelos rios amazônicos.

Seria o Estado entender que o estado de Rondônia é um Estado do agronegócio, nós já passamos o ciclo do café, o ciclo do ouro, o ciclo da madeira, o ciclo das usinas, agora o último foi da usina, e ciclo ele já fala ciclo é um período e quando ele sai ele vai embora ele deixa uma sequela muito grande, o último que nós tivemos aqui por causa das usinas tinha 30 mil trabalhadores na usina e hoje tem 500 pessoas e isso gera um desconforto muito grande pra população, mas se tiver uma política que consegue voltar essa mão de obra trabalhar ela preparar essa mão de obra com certeza o agronegócio absorve tudo isso mas precisa ter políticas

públicas mais próximas, eu vejo a distância dos governos com o agronegócio muito grande eles gostam de falar, o cara que é bonito falar é fácil né mas na prática aquilo não existe, então o que nós gostaríamos de fazer o agronegócio teria que ter encontros com o governo e ai sair a política do governo inverter um pouco a política, então eu vejo que o governo deveria ter umas cinco secretarias da agricultura aonde incluísse a EMATER pra fazer a assistência, fazer a parte ambiental isso tudo centrado numa secretaria só, onde você não precisaria fazer pra tirar uma licença ambiental pra sair em quatro ou cinco secretarias você não tem afinidades com aquelas secretarias você não tem acesso você, não tem informação técnica daquilo, então o governo teria que fazer esse movimento do agronegócio vocacionado e fazer com que isso chegasse no homem do campo (AGRO2).

Na quarta questão **AGRO2** elenca os ciclos econômicos já existentes em Rondônia, a exemplo da exploração do garimpo, do café, do ouro e a mais recente, a construção das usinas hidrelétricas no Rio Madeira, a partir de 2010. O direcionamento da mão de obra que trabalhou nesses ciclos econômicos para o agronegócio é a sugestão desse participante como um fator que pode colaborar para o crescimento do agronegócio e o consequente desenvolvimento regional do estado.

Ainda de acordo com **AGRO2**, o distanciamento entre o governo do estado e os partícipes envolvidos com o agronegócio rondoniense faz com que haja obstáculos para o pleno desenvolvimento, como a burocracia que se apresenta na obtenção de licenças ambientais. O grande número de lugares que é preciso percorrer, as dinâmicas de relacionamento com o produtor do agronegócio e até mesmo com a EMATER-RO são aspectos sugeridos pelo participante para serem alterados.

Eu acho que reforçar as instituições voltadas para o agronegócio, notadamente é a EMATER, porque não passa na cabeça de ninguém a gente pensar em deixar de lado a agricultura familiar porque hoje em Rondônia ela responde por 98% do negócio leítico, por exemplo, então é preciso fomentar o negócio através da formulação de políticas que fortaleçam a EMATER (AGRO3).

Ainda sobre a terceira questão, **AGRO3** atribuiu à EMATER-RO a responsabilidade de continuar o desenvolvimento do agronegócio rondoniense. De acordo com o participante, é preciso reforçar instituições como a EMATER para que a agricultura familiar se torne ainda mais forte, a exemplo da produção leiteira estadual que foi apoiada por essa instituição e hoje é um produto conhecido nacionalmente.

Eu recomendaria para os nossos governantes que esquecessem essa paternidade, o governo não tem essa obrigação de dar nada para ninguém,

no nosso estado a gente dá muda, a gente dá tratores, caminhão, da máquina e secador. Eu acho que isso tinha que acabar é minha opinião, eu penso que o governo tinha que subsidiar os pequenos produtores, as pequenas associações, as pequenas cooperativas e dar condições deles trabalhar que eles querem pagar os que eles cobram eles só precisam de condições (AGRO4).

No entendimento de AGRO4, a sugestão para a formulação de políticas públicas voltadas ao agronegócio rondoniense é a consideração dos pequenos produtores, pequenas associações e pequenas cooperativas de produção, principais grupos que devem receber mais atenção.

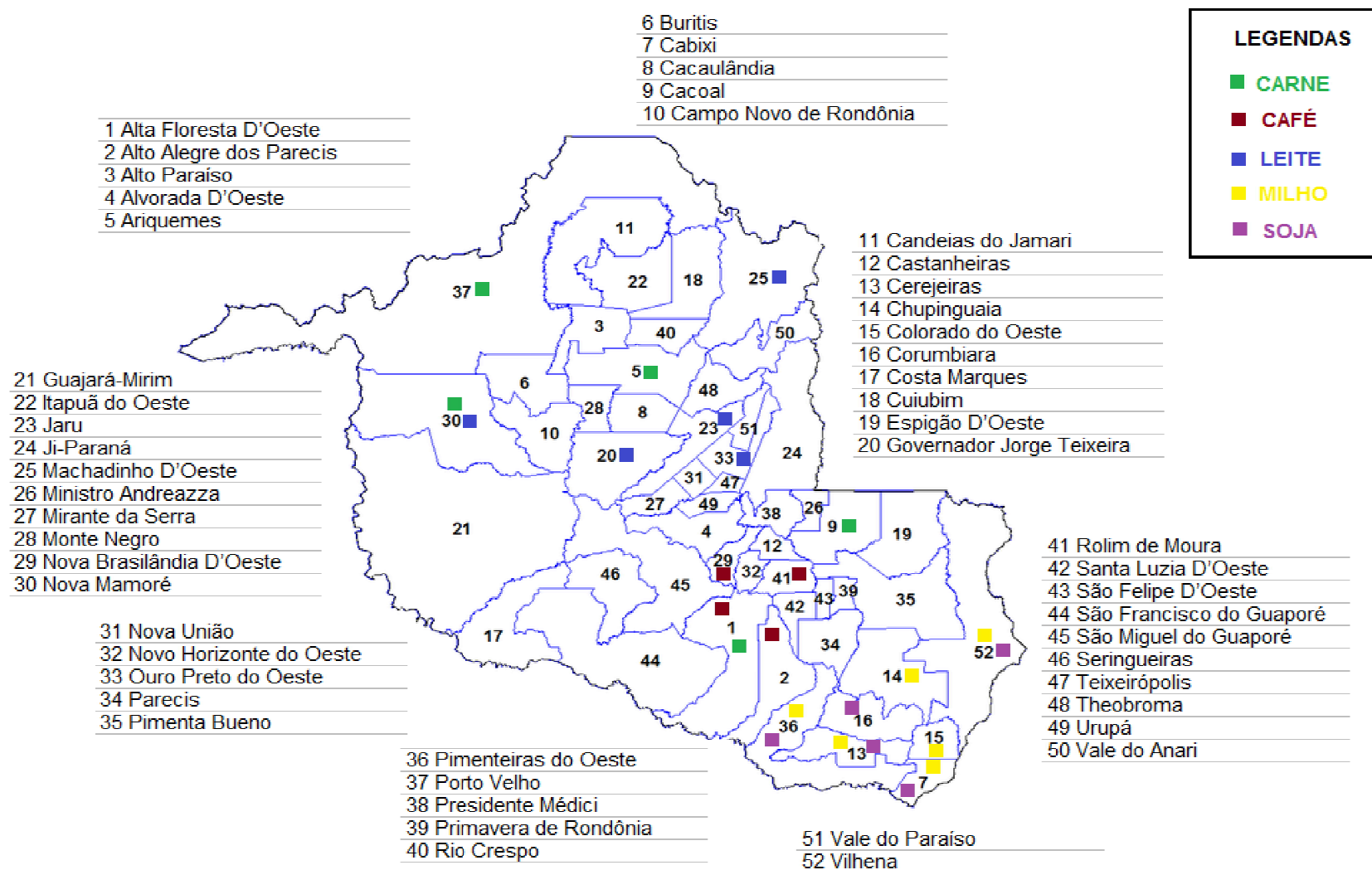
Ainda de acordo com AGRO4, a doação de tratores, mudas e maquinário agrícola deve acabar, pois faz com que os governantes veja o país como produtor, o que não é verdade.

De modo geral, a questão 4 adota uma perspectiva sugestiva no sentido de as políticas públicas poderem agir para beneficiar o agronegócio rondoniense. AGRO1 mencionou melhorias na infraestrutura e logística e a regularização fundiária como aspectos fundamentais a serem trabalhados.

AGRO2, por sua vez, evocou a importância da geração de empregos fixos, abandonando a perspectivas dos ciclos econômicos que o estado já viveu, facilitando as questões burocráticas como necessárias para a expedição de licenças ambientais, por exemplo.

AGRO3 citou o reforço às instituições como a EMATER-RO para o fomento das propriedades que levantam o agronegócio em Rondônia e AGRO4 destacou o abandono da posição paternalista do Estado com subsídios para todos, esquecendo os pequenos e médios produtores, assim como as associações e cooperativas.

Figura 9 – Municípios Produtores de leite, milho, soja, carne e café.



Fonte: SEDAM, SEAGRI e EMATER (2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou analisar as políticas públicas direcionadas ao agronegócio rondoniense institucionalizadas entre os anos de 2007 a 2017 pelo Governo do Estado de Rondônia. Essa análise foi realizada a partir de dados coletados por meio de questionários e entrevistas aplicados aos produtores e representantes de entidades produtoras de café, carne, leite, milho e soja, apontados tecnicamente como os principais componentes do PIB rondoniense (SEPOG, 2018).

As análises dos dados obtidos nos questionários apontam que a percepção desses sujeitos é baixa quanto à influência das políticas públicas governamentais direcionadas ao agronegócio rondoniense. Apontam, também, que os produtores não as utilizam por não terem conhecimento da existência desses projetos ou, nos casos em que têm, optam por não utilizarem devido aos longos e demorados trâmites necessários à concessão, por exemplo, de incentivos fiscais.

Já as análises dos dados obtidos com as entrevistas aplicadas mostram que a percepção das políticas públicas governamentais que vigoraram entre 2007 e 2017 foi considerada benéfica para o crescimento do agronegócio no estado. De acordo com as entrevistas, tais ações governamentais influenciaram, desde então, a produção de café, carne, leite, milho e soja, sobretudo no que se refere aos processos de fortalecimento da produção e exportação nacional e internacional desses produtos.

A metodologia de análise de dados possibilitou verificar as percepções referentes às políticas públicas governamentais que fomentaram o desenvolvimento do agronegócio rondoniense entre os anos de 2007 e 2017.

Em cumprimento aos objetivos específicos, foi possível a identificação das políticas públicas direcionadas ao agronegócio rondoniense durante o período de 2007 a 2017; a caracterização dos principais produtos que compõem o agronegócio e o PIB rondoniense; a compreensão da relação entre políticas públicas e agronegócio; e o impacto dessas ações no planejamento e desenvolvimento regional.

Além do cumprimento dos objetivos propostos, os dados coletados nesta pesquisa possibilitaram identificar as políticas públicas que fomentaram a

agropecuária, a agricultura familiar; as cadeias produtivas da aquicultura e da pesca; o desenvolvimento da cafeicultura; os programas de desenvolvimento da pecuária leiteira; a defesa agropecuária; e a criação e fortalecimento de cooperativas e da agroecologia e produção orgânica.

Os resultados obtidos nesta pesquisa apontam que os produtores têm baixa percepção tanto da aplicação quanto da influência das políticas públicas, instituídas entre 2007 e 2017, direcionadas ao agronegócio rondoniense

Por outro lado, na percepção dos presidentes de cooperativas e associações, essas políticas foram percebidas como importantes e benéficas para o desenvolvimento do estado de Rondônia, considerando que foram relatadas como instrumentos de melhoria e aperfeiçoamento das produções do agronegócio, colaborando, dessa forma, para o desenvolvimento da região.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Charles W. The place of principles in policy analysis. **American Political Science Review**, Washington, 73(3):pp.711-23, Sept. 1979.

ANTÃO, R. A. S., CAMPANHOLO, T., O crédito rural no contexto de desenvolvimento econômico e social. **Revista da Católica**. v. 3, n. 5. Jan – Jul. 2011.

ARAÚJO, I. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. São Paulo: Saraiva, 2007.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ARROYO, Mônica. **Território Nacional e Mercado Externo: Uma leitura do Brasil na virada do século XX**. 250 f. (Tese de Doutorado em Geografia). São Paulo, USP, 2001.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BALASSA, Bela. **Teoria da integração Econômica**. Tradução de Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira. Lisboa: Clássica Editora, 1964.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, A. R. **Desigualdades regionais no Brasil: natureza, causas, origens e soluções**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2006.

BARROS, G. S. A. C.; SILVA, S. F. A balança comercial do agronegócio brasileiro de 1989 a 2005. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 46, n. 4, pp. 905-935, 2008.

BATALHA, M. O.; SCARPELLI, M. **Gestão agroindustrial e tecnologia da informação: sugestões para uma agenda de pesquisa**. Administração e Gestão do Agronegócio. Agrosoft, 2002.

BATALHA, Mário Otávio; **Gestão Agroindustrial - GEPAl**: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997. 692 p.

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria (org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BOSERUP, E. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1987. 141pp.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 13, pp. 111-147, 1996.

BRASIL, Congresso Nacional. **Decreto 58380 de 10 de maio de 1966. Aprova o Regulamento da Lei que Institucionaliza o Crédito Rural**. Diário Oficial da União, 10 de maio de 1966.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE. **Sistema de Contas Regionais do Brasil, 2015**.

BRESSAN, M. D. e CUNHA, A. S. **Restrições técnicas, econômicas e institucionais ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite no Brasil**. Brasília: MCT/CNPq/PADCT, Juiz de Fora: Embrapa-CNPGL, 1999. 211pp.

CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **A formação de redes Inter organizacionais como mecanismo para geração de vantagem competitiva e para promoção do desenvolvimento regional: o papel do estado e das políticas públicas neste cenário**. REAd, Ed. 28, v. 8, n. 4, jul.ago. 2002.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998.

CASTRO, A. M. G.; LIMA, S. M. V.; CRISTO, C. M. P. N. Cadeia produtiva: marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DE TECNOLOGIA, 22, 2002, Salvador. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2002. pp.1-14.

CAVALCANTI, Melissa Franchini. A Importância da Visão Sistêmica nas definições das políticas públicas: uma proposta de aplicação do VSM na articulação de políticas públicas municipais. In: II Congresso Brasileiro de Sistemas. Ribeirão Preto, 2006.

CEPEA - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. Produto Interno Bruto do Agronegócio Nacional. Universidade de São Paulo. 2015. Disponível em <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em 23 de mar.2019.

CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **PIB do Agronegócio – BR**. 2015. Disponível em <http://cepea.esalq.usp.br/macro/>. Acesso em 17 de jun. 2019.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology** 94, pp. 95-120, 1988.

COLMAN, David; NIXSON, Frederick. **Desenvolvimento econômico: Uma perspectiva moderna**. São Paulo: Editora Campos, 1981.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Safras brasileiras: séries históricas**. Conab, 2017. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2>>. Acesso em 01 jun. 2018.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**, Mais Gráfica Editora, Ministério da Integração Nacional, Governo do Estado do Pará, Brasília, 2010. 405 p.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A. A concept of agribusiness. Division of Research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.

DIAS, Ademilson de Assis. **A participação da atividade leiteira na geração de renda na agricultura familiar do município de Presidente Médici (RO)**. 105 fls. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Porto Velho, UNIR, 2008.

DYE, Thomas D. **Compreender Políticas Públicas**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1984.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto**. São Paulo: EDUSP, 2003.

EMATER. ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA – EMATER/RO. **Relatório de Gestão de Atividades 2017. Porto Velho, 2017**. Disponível em: <<http://www.emater.ro.gov.br/ematerro/wp-content/uploads/2016/06/RELATORIO-DE-ATIVIDADES-2017-VERSAO-04-2018-CORRETO.pdf>> Acesso em 20. Maio.2018.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Boletim Agropecuário de Rondônia**. Evolução da Produção Agropecuária. nº 1. Fevereiro de 2018. Disponível em <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/172880/1/Boletim-Agropecuario-FEV2018.pdf>>. Acesso em 02 de mar. 2019.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema de produção para a cultura do milho em Rondônia, 2008**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/rondonia/busca-de-publicacoes//publicacao/709720/sistema-de-producao-para-a-cultura-do-milho-em-rondonia>>. Acesso em 01 jun. 2018.

FERREIRA, Degson. **Avaliação dos sistemas de informação das agroindústrias de torrefação e moagem de café em Rondônia**. 2008.171f. Dissertação (Mestrado em Administração Área de concentração: Gestão de Agronegócio e Sustentabilidade). Porto Velho, UNIR, 2008.

FERRO, A. B; CASTRO, E. R. Determinantes dos preços de terras no Brasil: uma análise de região de fronteira agrícola e áreas tradicionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3, pp. 591-610, jul./set. 2013.

FERNANDES, M.M.A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro da. **Planejamento e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, pp. 211-259, jun. 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1981.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 7 ed. Editora Nacional, São Paulo, 1979.

GEPAL. Disponível em: <http://WWW.gepai.dep.ufscar.br/pdfs/1105377567_Cartilhageral1082004pdf> Acesso em 31 de agosto de 2018.

GIULIANI, Marco (2005). **Policy termination**. In: Capano, Gilberto, & Giuliani, Marco. *Dizionario di Politiche Pubbliche*. pp. 290-291. Roma: Carocci.

GOMES, M.S.; Von PINHO, R.G.; RAMALHO, M.A.P. et al. Variabilidade genética em linhagens de milho nas características relacionadas com a produtividade de silagem. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v.39, n.9, pp.879-885, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG. **O Produto Interno Bruto Dos Municípios de Rondônia – 2018.** Disponível em: <http://www.seplan.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/GODR/PibDosMunicipios/O%20Produo%20Interno%20Municipal_resumo2013.pdf> Acesso em 20 de maio. 2019.

GUILHOTO, J.; J.M. *et al.* **PIB da agricultura familiar: Brasil-Estados.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2002.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” brasileiro. **Revista brasileira de ciências sociais.** São Paulo, v. 25, n. 74, pp. 160-176, out./2010.

HIRSCHMAN, Albert Olist. **Estratégia do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

HOFLING, E.M. Estado e políticas (pública) sociais. **Cadernos CEDES**, v.2, n.55, pp.30-41 Economia Regional: textos escolhidos. CEDEPLAR/CETEDRE–MINTER. Belo Horizonte, 1977.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal. 2012.** In: IDARON. Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia. 2018. Disponível em: <<http://www.idaron.ro.gov.br/Portal/Default.aspx>>. Acesso em 01 jun. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE. Sistema de Recuperação Automática - SIDRA. **Pesquisa Pecuária Municipal. Produção de origem animal, por tipo de produto: leite.** IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **COMPOSIÇÃO BRASIL: RONDÔNIA TERRITÓRIOS RURAIS - SDT (REGIÃO NORTE - RONDÔNIA).** 2019. Acesso em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/Rond%C3%B4nia%20-%20RO.pdf>> Acesso em 21 de jun. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas.** Organizadores: Aristides Monteiro Neto, César Nunes de Castro, Carlos Antonio Brandão - Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Criação e Modalidades de Assentamentos.** Disponível em<<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>> Acesso em 20 de jun. 2019.

JORGENSON, Dale W.; Griliches, Zvi. The explanation of productivity change. **Review of Economic Studies**, v. 34, n. 3, pp. 249-283, 1970.

KAMIMURA, QuésiaPostigo. **Microrregionalização: uma proposta metodológica, organizacional e estratégica para os serviços de saúde de alta e média complexidades no litoral norte paulista**. 2004. 179 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) Departamento de Economia, Contabilidade e Administração. Universidade de Taubaté. Taubaté, SP. 2004,

KINGDON, J. *Agendas, Alternatives and Public Policies*. New York: Longman, 2003.

KLIEMANN NETO, F.J. **Análise de cadeias produtivas**. Apostila curso de logística industrial. Porto Alegre: PPGE/UFGRS, 1997.

LIMA, Ana Carolina da Cruz.; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias Clássicas do Desenvolvimento Regional e Suas Implicações e Política Econômica: o caso do Brasil. Salvador. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano XII, n. 21, jul. 2010.

LINDBLOM, C. E. The Science of Mudding Through. **Public Administration Review**. 1959.

LOPES, Maria Lucia Bahia et al. **Mercado e dinâmica espacial da cadeia produtiva da pesca e aquicultura na Amazônia**. Pará. 2010. 51 p.

LOWI, Theodore J. American Business, Public Policy, **Case-Studies, and Political Theory**. **World Politics**. v 16. n. 4, pp. 677-715, 1966.

LUS, Diego Alves. **Dinâmica socioespacial do agronegócio em Vilhena: Uma Análise sobre a Expansão da Fronteira Tecnológica**. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Porto Velho, UNIR, 2012.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**. São Paulo, v. 26/27, pp. 149-158, 1990/1991.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Projeções do Agronegócio: Brasil 2012/13 a 2022/23. Projeções de longo prazo. Junho de 2011. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/projeções%atualizadas.pdf. Acesso em 10 de jun. 2019.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Valor Bruto da Produção Agropecuária**. Brasília: MAPA, 2017. Disponível em:

<<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>>. Acesso em 05 mar. 2018.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA: **Plano agrícola e pecuário 2011-2012**. Brasília, DF, 2011. 92 p.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Antônio Márcio Buainain e Mário Otávio Batalha (Coordenadores). Brasília: IICA MAPA/SPA, 140 p., 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Letícia Nunes Nascimento. **Mundos de Produção da Cadeia Produtiva do Agronegócio Leite no Estado de Rondônia**. 2015. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Porto Velho: UNIR, 2015.

MATTOS, J. **Mercado de café: oportunidades e desafios para as organizações brasileiras**. In: FÓRUM DAS ORGANIZAÇÕES DE PEQUENOS PRODUTORES FAIRTRADE DO BRASIL, 2.; SEMANA INTERNACIONAL DO CAFÉ (ESPAÇO CAFÉ BRASIL), 2015, Belo Horizonte. Slides da palestra... Belo Horizonte, 2015. 1 CD-ROM.

MENDONÇA, Sonia Regina de Mendonça. **O Convênio de Taubaté e a Agricultura Fluminense** G&DR • v. 4, n. 3 (número especial), pp. 83-104, ago. /2008, Taubaté, SP, Brasil • Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura e Instituto superior de estudos brasileiros, 1970.

NETO, Aristides Monteiro; BRANDÃO, Carlos Antônio; CASTRO, César Nunes. **Desenvolvimento Regional Brasileiro: Dilemas e Perspectivas neste início de século XXI**. In: Desenvolvimento Regional no Brasil, políticas, estratégias e perspectivas. Cap. 14. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

NORTH, Douglas. **Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional**. In: SCHWARTZMAN, J. Economia Regional: textos escolhidos, CEDEPLAR/CETREDE- MINTER, pp. 291 – 313, 1977.

NUNES, Dorisvalder Dias. **Hidrovia do Madeira: (Re) configuração espacial, integração e meio ambiente**. 2004.379 f.Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental). Belém, UFPA, 2004.

NOVAES, A. Análise dos fatores críticos de sucesso do agronegócio brasileiro. 48º Congresso SOBER- Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2009. Disponível em :<<http://www.sober.org.br/palestra/15/839.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2019.

OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação.** São Paulo: Ed. Mackenzie, 2002.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. Rio de Janeiro, **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 1, Mar./Abr. 2006.

OLIVEIRA, Nilda Souza. **Estudo comparativo da competitividade na cadeia produtiva de leite do município de Jarú – RO com a de Patos de Minas – MG.** 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Porto Velho, UNIR, 2011.

PAES-DE-SOUZA, Mariluce. Agronegócio do Leite: Características da Cadeia Produtiva do Estado de Rondônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v.1, n.1, 2007.

PAES-DE-SOUZA, Mariluce. **Arranjo Produtivo Local do Leite: Região Central do Estado de Rondônia.** In. CAMPOS, Índio. Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal: Estudos de Aglomerações. Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA. Belém/PA, 2007.

PAES-DE-SOUZA, Mariluce. **Governança no agronegócio: enfoque na cadeia produtiva do leite.** Porto Velho: Edufro, 2007.

PACHECO, C. A. **A Questão Regional Brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional.** 1996. 334 f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 1996.

PERROUX, F. **A economia do século XX.** Paris: Herder, 1967.

PIZAIA, Marcia Gonçalves; CAMARA, Márcia Regina Gabardo da; AMORIM, I. S.; RIDÃO, M. A.; CAMPOS, Maria de Fátima Sales de Souza. O crédito rural no Brasil: modificações estabelecidas na política de crédito e seguro rural. In: VII Encontro Nacional VII ENABER Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2009, São Paulo. **Anais...**, 2009.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicenti; KAHIL, Samira Peduti. A lógica corporativa do uso do território em Rondônia: O agronegócio da soja na região. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v.5, n.10, pp. 288-311, ago. 2010.

POSSAS, M.L. **Complexos industriais na economia brasileira**: uma proposta metodológica. Campinas: UNICAMP/IE, 1987. 43 p.

PROCHMANN, A. M. e MICHELS I. L., **Estudo das Cadeias Produtivas de Mato Grosso do Sul: Piscicultura. Fundação Cândido Rondon**. Campo Grande, 2003.

RAMOS, P., REYDON, B.P. **Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas**. Campinas: ABRA, 1995. 254 p.

RICCI, Fábio. Um Século de Benefícios Fiscais: Políticas Públicas de Atração de Investimentos e Desenvolvimento Dependente no Vale do Paraíba Paulista Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. **G&DR**, v. 3, n. 4 (número especial), pp. 140-149, nov./2007, Taubaté, SP, Brasil •.

RODRIGUES, Márcio Heleno de Souza. **Avaliação de eficiência de produtores de leite utilizando análise envoltória de dados: o caso do município de Rolim de Moura no Estado de Rondônia**. 2010. 125f. Dissertação (Mestrado em Administração), Porto Velho, UNIR, 2010.

RONDÔNIA. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL; SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Plano de desenvolvimento estadual sustentável de Rondônia – PDES/RO2015/2030**. Porto Velho, 2015.

RONDÔNIA. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL; SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Lei complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981. **Cria o Estado de Rondônia e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp41.htm>. Acesso em 15. fev. 2018.

RONDÔNIA. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL; SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Lei nº 547, de 21 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre a criação do Fundo PROLEITE e demais mecanismos e instrumentos relativos à Política de Incentivo e Apoio ao Desenvolvimento da Pecuária Leiteira do Estado de Rondônia. Porto Velho, Rondônia.

ROSA NETO, Calixto.; COLLARES, Daniela Garcia. **A importância da agricultura familiar no contexto do agronegócio café em Rondônia**. In XLIV CONGRESSO DA SOBER (Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural), Fortaleza, 2006.

ROSA NETO, Calixto.; COLLARES, Daniela Garcia. Evolução da produção agropecuária apresentado. In: **Boletim agropecuário de Rondônia**. p. 4-28. ano. 1. fev./2018. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/172880/1/Boletim-Agropecuario-FEV2018.pdf>>. Acesso em: 01. Maio 2018.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ROTTA, Edeimar; REIS, Carlos Nelson dos. Desenvolvimento e políticas sociais: uma relação necessária. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 6, n. 2 pp. 314-334. jul./dez. 2007.

SANTOS, Carlos. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: Edufro, 2007.

SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. **Administração de custos na pecuária**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SARAIVA, Caroline Estéfanie do Amaral Brasil. **Efeitos da Percepção de Riscos em Operações em Mercados Futuros: o caso de Produtores de Café Robusta em Cacoal, Rondônia**. 2011. 94 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Porto Velho, 2011.

SCHATTSCHNEIDER, Elmer Eric. *The Semisovereign People: a realist's view of democracy in America*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

SCHEIDT, Ademir Silva Junior. **A Força Competitiva dos Supermercados como Compradores de Produtos Lácteos da Indústria de Rondônia**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração Porto Velho, UNIR, 2008.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas, conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2017.

SEERS, DUDLEY. **The Transmission of Inequality**. in Robert K. A. Gardiner (org.), *África and the World*, Londres, Oxford University Press, 1970.

SEPOG/RO – SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia 2015 – 2030**. Disponível em: <<http://www.sepog.ro.gov.br/Conteudo/Exibir/332>>. Acesso em 01 jun. 2018.

SEAGRI - SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Boletim Informativo. 2º Período de 2018** (Disponível em <<http://www.rondonia.ro.gov.br/seagri/institucional/boletim-informativo/>> Acesso em 20 de jun. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEERS, Dudley. The meaningofdevelopment. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.24, n. 3, pp.5-50, jul./set. 1970.

SILVA, André de Almeida. **Sistema Silvipastoril como alternativa de manejo sustentável de pastagem para produção de leite na Região Central do estado de Rondônia**. 2012. 84f.Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente– Área de Concentração em Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável). UNIR, Porto Velho, 2012.

SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **Políticas Públicas e indicadores de desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. **Revista Geosp Espaço e Tempo**. São Paulo, v. 8, n.2, pp.298-312, 2014.

_____. **Avanços dos espaços da globalização: a produção de soja em Rondônia**. 2005. 168 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento regional e meio ambiente). UNIR, Porto Velho, 2005.

SIMIONI, Flávio José, HOEFLICH, Vitor Afonso; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto; BINOTTO, Erlaine. Análise diagnóstica e prospectiva de cadeias produtivas: uma abordagem estratégica para o desenvolvimento.**Anais...XLV CONGRESSO DA SOBER**, 22 a 25 de julho de 2007. Londrina-PR.

SJOBLOM, G. Problemi e soluzioni in política. **Rivista Italiana di Scienza Politica**, v. 14, n.1, 1984.

SOUSA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. Salvador: **Caderno CRH**, n. 39, pp. 11-24, 2003.

SOUSA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez 2006, pp. 20-45.

SOUZA, Carolina Augusto de. **Caracterização do ciclo de maturação dos frutos e da qualidade da bebida de clones superiores de Coffeacaneophora das variedades botânicas “conilon” e “robusta”**. 2017. 79f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sustentável). UNIR, Porto Velho, 2017.

SOUZA, Juander Antônio de Oliveira. **Espaço e pecuária no município de Cacoal - Rondônia**. 2013. 198 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNIR, Porto Velho, 2013.

SOUZA, Mariluce Paes de; AMIN, Mário M; GOMES, Sebastião Teixeira Gomes. AGRONEGÓCIO LEITE: CARACTERÍSTICAS DA CADEIA PRODUTIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v.1, n.1, mai./ago. 2009.

STREETEN, P. **The frontiers of development studies**. New York: J. Wiley and Sons, 1972.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 2012.

TURRI, Tainá; LIMA, João Vicente Ribeiro B. da Costa. Análise Sociológica das Instituições Componentes do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura no Município de Restinga Seca no Estado do Rio Grande do Sul. **Latitude**, vol. 3, nº2, pp.107-122, 2009.

VIEIRA, N. M. CARVALHO, F. M. A. O setor agroexportador brasileiro no contexto da integração Mercosul/UE. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v.47, n.2, pp. 311 a 334, 2009.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agrobusiness: uma aplicação de nova economia das instituições**. 1995. 241 f. Tese (Livre docência) Universidade de São Paulo – USP, 1995. Disponível em http://www.erudito.fea.usp/PortalFEA/Repositório/616/Documentos/Tese Livre Docencia_DZ.pdf. Acesso em 11/06/2019.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AGRONEGÓCIO: uma análise a partir da percepção dos produtores e representantes do estado de Rondônia

PARTE I – PERFIL DO ENTREVISTADO

Instituição:

Cidade/Estado:

Gênero:

Idade:

Profissão:

Escolaridade:

Tempo de serviço na área:

PARTE II

Q1 – Como foi o processo histórico de ocupação territorial e configuração do agronegócio em Rondônia?

Q2 - Quais foram as principais políticas públicas voltadas ao agronegócio que levaram à configuração atual do agronegócio em Rondônia?

Q3 - Quais são as vantagens dessas políticas para Rondônia?

Q4 - Como foi o processo de financiamento?

Q5 - No entender do (a) senhor (a), as políticas públicas implementadas para o agronegócio de Rondônia trouxeram os resultados esperados?

PARTE III

Q6 - Em sua opinião, qual a importância da tecnologia de agricultura para o agronegócio em Rondônia?

Q7 - Quais são as principais barreiras de adoção de tecnologias de agricultura no estado?

PARTE IV

Q8 - Na opinião do (a) senhor (a), quais os principais problemas enfrentados pelo agronegócio na última década (econômico, social, cultural, ambiental, tecnológico e atualmente)?

Q9 - Como o (a) senhor (a) vislumbra o setor para as próximas décadas?

Q10 - Quais seriam os principais desafios a serem enfrentados para alavancar o setor nas próximas décadas e alcançar os resultados esperados?

Q11 - Na opinião do (a) senhor (a), quais são e/ou poderiam ser as principais fontes de financiamento para o desenvolvimento do setor agronegócio em Rondônia?

Q12 - O que o (a) senhor (a) recomendaria para a formulação de políticas públicas voltadas ao agronegócio e promoção do desenvolvimento de Rondônia?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS APLICADOS

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA: uma análise para o desenvolvimento regional

Proprietário/produtor:

Município: _____

Nº do questionário: [| | |]

Hora de início da entrevista: [|]h: [|] min.

Hora do fim da entrevista: [|]h: [|] min.

Data de aplicação (dia): ____/____/2018

Bom dia/Boa tarde. Meu nome XXXXXXXXX sou pesquisar(a) da Universidade de TAUBATÉ o número do seu telefone é XXXX?

residência a retornar. Obrigado(a), retornaremos a ligação. Encerre.

1. Estou realizando uma pesquisa sobre **POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA: uma análise para o desenvolvimento regional.**

2. O (A) Sr. (a) poderia colaborar conosco respondendo um questionário sobre o tema citado anteriormente.

1 Sim

2 Não (AGRADEÇA E ENCERRE)

3. Filtro ocupação: O (a) senhor (a) é produtor (a) _____?

1 Agricultor/pecuária de leite (Continue)

1 Sim (Continue)

2 Não (Qual o melhor dia da semana e período para conversarmos com o(a) sr.(a) NOME DO (A) PROPRIETÁRIO(A) SORTEADO(A)?

Antes de iniciarmos as perguntas do questionário vou ler para o (a) Sr. (a) um termo de consentimento livre e esclarecimento.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA: uma análise para o desenvolvimento regional

1. **Natureza da pesquisa:** O (a) Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo Analisar as políticas públicas voltadas ao agronegócio no processo de desenvolvimento regional no Estado de Rondônia no período correspondente aos anos de 2007 a 2017.

2. **Participantes da pesquisa:** Produtores de leite, pecuaristas e produtores de café, soja e milho, que já tenham sido beneficiado em algum programa de incentivo público no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017.

3. **Envolvimento na pesquisa:** O(A) Sr.(Sra.) tem liberdade de se recusar a participar, ou ainda declinar de sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para ambas as partes. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do e-mail ou telefone do pesquisador do projeto.

4. **Riscos e desconfortos:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

5. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e a orientadora terão conhecimento dos dados.

6. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa o(a) Sr.(Sra.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre os conteúdos apresentados, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa promova avaliação do Programa como política pública de fomento à atividade leiteira, pecuária, café, soja e milho no estado no Estado de Rondônia. Igualmente, o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

7. **Pagamento:** O (A) Sr.(Sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto informamos.

Diante dos itens informados pergunto se o (a) Sr.(Sra.) de forma livre e esclarecida, manifesta seu consentimento em participar da pesquisa e declara que autoriza a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

4. **Podemos iniciar a entrevista?**

1 sim (pule para Q5)

2 não – Qual o melhor dia da semana e período para conversarmos?

1 residência a retornar. Obrigado (a), retornaremos a ligação. Encerre.

CARACTERIZAÇÃO DO (A) PROPRIETÁRIO (A) E DA PROPRIEDADE

Q5. Qual sua idade? (só aceita ≥18 anos e < 150) ____ anos

Q6. Qual o tamanho da propriedade?

1 De 1 a 15 ha

2 De 16 a 30 ha

3 De 31 a 50 ha

4 De 50 a 100 ha

5 Acima de 100 ha

888 não quis informar

Q7. Qual a localização da propriedade?

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

(estrada, comunidade, município):

Q8. Sexo:

1 Masculino 2 Feminino

Q9. CIVIL. Qual seu estado conjugal atual?

- 1 solteiro(a)
2 casado(a) legalmente
3 tem união estável há mais de seis meses
4 viúvo(a)
5 separado(a) ou divorciado(a)
888 não quis informar

Q10. Até que série e grau o(a) sr.(a) estudou?

8A

8B. Qual a última série (ano) o sr.(a) COMPLETOU?8 anos de estudo (*out put*)

- 1 curso primário 1 2 3 4
2 admissão 1
3 curso ginásial ou ginásio 1 2 3 4
4 1º grau ou fundamental ou supletivo de 1º grau
 1 2 3 4 5 6 7 8
5 2º grau ou colégio ou técnico ou normal ou científico ou ensino médio ou supletivo de 2º grau
 Técnico agropecuário
 1 2 3 4
6 3º grau ou curso superior
 Ciências Agrárias. Qual: _____
 1 2 3 4 5 6 7 o 8 ou + (12 a 19)
7 pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)
 1 ou +
8 nunca estudou (0)
777 não sabe (só aceita Q6 > 60)
888 não quis responder

Q11. Qual a sua fonte de renda?

- 1 Somente Atividade Rural
2 Atividade Rural e atividades Urbanas
3 Atividade Rural e aposentadoria

Q12. O(a) sr.(a) participa de algum tipo de organização? Qual(is)?

Tipo	01. não participa	No caso da resposta 04, qual?
	02. sim, como sócio	
01. Associação de moradores	<input type="checkbox"/>	
02. Cooperativa de produção e/ou comercialização	<input type="checkbox"/>	
03. Cooperativa de crédito	<input type="checkbox"/>	
04. Associação de produtores	<input type="checkbox"/>	
05. Sindicato	<input type="checkbox"/>	
06. Fórum de economia solidária	<input type="checkbox"/>	

Q13. Qual a sua principal atividade?

- 1 Somente cultivo de café
2 Somente pecuária de corte
3 Somente pecuária de leite
4 Somente cultivo de milho
5 Somente cultivo de soja
6 Outra. Qual? _____

Q14. Atualmente qual o sistema de exploração da atividade leiteira?

- 1 Intensivo (confinado)
2 Semi-intensivo (confinado e pasto)
3 Extensivo (a pasto)

Q15. Qual o número total de animais no rebanho leiteiro:

Q16. Qual a produção de leite litros/dia? [_____]

Agora vou fazer algumas perguntas sobre a **ADMINISTRAÇÃO DA PROPRIEDADE**

Q17. Há quanto tempo o (a) sr.(a) é produtor(a) de leite? [_____] anos**Q18. Atualmente o(a) sr.(a) reside:**

- 1 no sítio/fazenda
2 no sítio/fazenda e na cidade
3 na cidade

Q19. Se reside na cidade, com que frequência o (a) sr.(a) vai à sua propriedade?

- 1 Diariamente
2 Uma vez por semana
3 Duas a três vezes por semana
4 Quinzenalmente
5 Uma vez por mês
6 Esporadicamente

Distribuição do tempo de dedicação do (a) proprietário(a): [a soma deverá ser 100%]

_____% pecuária de leite
_____% outra atividade rural
_____% outra atividade na cidade

Q20. Quem administra a propriedade?

- Apenas o(a) proprietário(a)
1 O(a) proprietário(a) e outro membro da família
2 O(a) proprietário(a) e um administrador contratado
3 Um administrador contratado. Qual o grau de instrução: _____

Agora vamos falar sobre a **PRODUÇÃO** e as **TECNOLOGIAS** na sua propriedade

Q21. Quais destes equipamentos são usados no estabelecimento?

Tipos	USA, não próprio	PRÓPRIO (Quantidade)	Como adquiriu os equipamentos?
-------	------------------	----------------------	--------------------------------

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

(Quantidade)	01. Pronaf 02. Outro crédito bancário 03. Outra fonte	No caso de a resposta ser o nº 03, qual a fonte?	Inseminação artificial Inseticidas / fungicidas naturais Manutenção e reparos: Mão-de-obra eventual/ serviços prestados Mão-de-obra familiar Mão-de-obra permanente Material de consumo Material de ordenha Produtos para agroindústria / beneficiamento Produtos veterinários (rações, suplementos alimentares - Alimentos concentrados e Alimentos volumosos, medicamentos) Sementes melhoradas Transporte do leite.
Arado			
Balança			
Batedor de cereais			
Botijão de sêmen			
Caminhão/ utilitários			
Colheitadeira			
Cultivador			
Freezer			
Grade			
Latões			
Misturador de ração			
Moinhos trituradores			
Motor elétrico			
Móveis de escritório			
Ordenhadeira			
Picadeira estacionária			
Plantadeira			
Plantadeira			
Pulverizador			
Pulverizador			
Resfriador/ Tanque de expansão			
Trator comum			
Trator tracionado			

Q22. Quais tipos de insumo produtivos são utilizados no estabelecimento?

Tipos	USA, não Próprio (Quantidade)	PRÓPRIO (Quantidade)	Como adquiriu os insumos?	
			01. Pronaf 02. Outro crédito bancário 03. Produção no estabelecimento 04. Outra fonte	No caso de a resposta ser o nº 04, qual a fonte?
Agrotóxicos / defensivos				
Despesas administrativas				
Energia/combustível				
Fertilizantes orgânicos				
Fertilizantes químicos				
Impostos e taxas				

Q23. O(A) Sr.(a) recebe algum tipo de assistência técnica?
1 Sim
2 Não (pule para Q26)

Q24. Quem presta assistência técnica na propriedade?
01 Técnicos autônomos
02 Técnicos da EMATER - RO
03 Técnicos da prefeitura municipal
04 Técnicos de agroindústria
05 Técnicos de cooperativas ou associações de produtores
06 Técnicos de empresa de planejamento/empresas
privadas
07 Técnicos de empresas fornecedoras de insumos
08 Técnicos de sindicatos
09 Técnicos de ONGs
10 Outros. Qual? _____

Q25. Tecnologia aplicada- Se sim (pode marcar mais de uma alternativa)
1 Produção de volumoso e alimentos
2 Genética
3 Reprodução
4 Qualidade do leite
6 Gestão da propriedade
7 Outra. Qual? _____

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

Q26. Se pretende aumentar a produção na sua atividade, como fará?

- 1 Aumentar a área destinada à atividade
 2 Melhorar a genética do rebanho
 3 Aumentar o número de matrizes
 4 Melhorar a alimentação do rebanho
 5 Melhorar a condição sanitária do rebanho
 6 Aumentar a produtividade
 7 Outro. Qual? _____

Q27. O que o (a) sr. pretende fazer na sua atividade nos próximos anos?

- 1 Continuar como está
 2 Melhorar a tecnologia e aumentar a produção
 3 Diminuir a produção
 4 Abandonar a atividade
 5 Outro. Qual? _____

Q28. Quanto aos pontos positivos/vantagens/benefícios e a expectativa futura de se usar a inovação tecnológica em sua atividade, o (a) sr. diria que:

- 1 Discorda Inteiramente
 2 Discorda
 3 Não Concorda Nem Discorda
 4 Concorda
 5 Concorda Plenamente

Q29. Qual a principal fonte de informações que o (a) sr. (a) utiliza para se informar?(marcar apenas uma alternativa).

- 1 Vizinheiro
 2 Técnico do laticínio
 3 Técnico da EMATER-RO
 4 Leitura de jornais agropecuários
 5 Leitura de revistas agropecuárias
 6 Programas de TV
 7 Treinamento (curso, palestra)

Q30. Quantas vezes técnicos visitaram sua propriedade para orientá-lo(a) sobre a atividade leiteira no último ano?

- 1 Não foi visitado no último ano
 2 De 1 a 2 visitas no ano
 3 De 3 a 6 visitas no ano
 4 Mais de 6 visitas no ano

Q31. No último ano, as pessoas que trabalham na atividade leiteira em sua propriedade fizeram algum curso, treinamento ou assistiram palestras sobre pecuária leiteira?

- 1 Não 2 Sim. Quais? _____

Q32. O (A) Sr. (a) utiliza fontes de informações sobre gado de leite? (pode ser mais de uma alternativa)

- Jornais agropecuários Sim, _____ vezes/mês Não
 Revistas agropecuárias Sim, _____ vezes/mês Não
 Programa de rádio Sim, _____ vezes/mês Não
 Globo Rural (TV) Sim, _____ vezes/mês Não
 Outros programas de TV Sim, _____ vezes/mês Não

Q33. Qual tipo de informação sobre a produção de leite que o (a) sr. (a) mais recebe? (marcar apenas uma alternativa)

- 1 Alimentação do rebanho
 2 Sanidade do rebanho
 3 Manejo do rebanho
 4 Qualidade do leite
 5 Melhoramento genético
 6 Gerenciamento da produção
 7 Produção de leite e meio ambiente

Q34. Qual tipo de informação que o (a) sr. (a) tem mais carência? (marcar apenas uma alternativa)

- 1 Planejamento da empresa rural
 2 Cálculo do custo de produção
 3 Mercado do leite
 4 Alimentação do rebanho
 5 Sanidade do rebanho
 6 Manejo do rebanho
 7 Melhoramento genético
 8 Qualidade do leite

Q35. Qual seu julgamento sobre a qualidade das informações que recebe? (marcar apenas uma alternativa).

- 1 Muito boa
 2 Boa
 3 Regular
 4 Ruim
 5 Péssima

Q36. O (A) Sr. (a) já ouviu falar em SENAR?

- 1 Sim 2 Não (pule para Q38)

Q37. Participou de algum treinamento promovido pelo SENAR, no último ano?

- 1 Sim 2 Não

Q38. O (A) Sr. (a) já ouviu falar em SEBRAE?

- 1 Sim 2 Não (pule para Q40)

Q39. Participou de algum treinamento promovido pelo SEBRAE, no último ano? 1 Sim 2 Não

Vamos falar sobre a sua avaliação sobre a produção de leite

Q40. Por que produz leite? (marcar apenas uma alternativa).

- 1 É um negócio lucrativo
 2 Tem renda mensal
 3 Combina com outras explorações da propriedade
 4 Tem mercado garantido
 5 Não sabe fazer outra coisa
 6 Emprega a família

Q41. Para os próximos anos, o que o (a) Sr. (a) pretende com a produção de leite? (marcar apenas uma alternativa)

- 1 Continuar como está
 2 Melhorar a tecnologia e aumentar a produção
 3 Reduzir a produção
 4 Abandonar a atividade

Q42. Excluindo o preço do leite, que normalmente é citado como um fator que dificulta o desenvolvimento da

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

produção, qual o principal problema que influencia na sua produção de leite? (marcar apenas uma alternativa)

- 1 Deficiência na qualificação da mão de obra
 2 Falta de crédito rural, com taxas de juros compatíveis com a atividade
 3 Deficiência de informações técnicas sobre a produção de leite
 4 Deficiência de informações de mercado
 5 Legislação ambiental
 6 Legislação trabalhista
 7 Baixa capacidade de endividamento

Vamos falar sobre o CRÉDITO RURAL

Q43. O (A) Sr. (a) utilizou crédito rural no último ano?

- 1 Sim 2 Não (pule para Q43d.)

Q43a. Se utilizou, qual a principal linha de crédito? (marcar apenas uma alternativa)

- 1 PRONAF
 2 FNO
 3 Crédito Informal
 4 Banco estatal (Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal, BNDS – Banco Nacional do Desenvolvimento Social)
 5 Cooperativa de crédito
 6 Indústria de insumos
 7 Outros: _____

Q43b. Se utilizou, está: 1 Adimplente 2 Inadimplente

Q43c. Qual o objetivo do crédito?

- 1 Compra de insumos para o plantio
 2 Compra de animais
 3 Aquisição de equipamentos
 4 Outro. Qual? _____

Q43d. Se não utilizou, por quê? (marcar apenas uma alternativa)

- 1 Falta de regularização fundiária
 2 Não tem capacidade para endividamento
 3 Documentação pessoal incompleta
 4 Outros: _____

Agora estamos chegando ao final do questionário e gostaríamos de saber se o (a) sr. (a) já participou de algum programa de incentivo público no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017.

Q44. O (A) Sr. (a) já foi ou é beneficiário de algum programa público no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017? (pode marcar mais de uma alternativa)

- 01 Sim (Se utilizou, por quê?) _____

(Continue na Q45)

- 02 Não (Se não utilizou, por quê?) _____

Depois da resposta agradeça e encerre.

Q45. O (A) Sr. (a) diria que a sua participação nesse programa possibilitou o aumento na produção do leite?

Sr.(a) XXXXX Agradecemos pela sua colaboração. Caso tivermos alguma dúvida, voltaremos a lhe telefonar. Se não tenha anotado o telefone no início da entrevista:

Gostaria de anotar o número do meu telefone?

Se sim: O número é XXXXXXXX.

Observações (entrevistador): _____

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

Proprietário/ produtor:

Município: _____

Nº do questionário: [| | |]

Hora de início da entrevista: [|] h: [|] min.

Hora do fim da entrevista: [|] h: [|] min.

Data de aplicação (dia): ____ / ____ / 2018

Bom dia/Boa tarde. Meu nome XXXXXXXXX sou pesquisador(a) da Universidade de TAUBATÉ o número do seu telefone é XXXX?

1. Estou realizando uma pesquisa sobre **POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA: uma análise para o desenvolvimento regional.**

2. O (A) Sr. (a) poderia colaborar conosco respondendo um questionário sobre o tema citado anteriormente.

1 Sim2 Não (AGRADEÇA E ENCERRE)

3. Filtro ocupação: O (a) senhor (a) é produtor (a) _____?

1 Agricultor/ produtor de café (Continue)1 Sim (Continue)

2 Não (Qual o melhor dia da semana e período para conversarmos com o(a) sr.(a) NOME DO (A) PROPRIETÁRIO(A) SORTEADO(A)?

Antes de iniciarmos as perguntas do questionário vou ler para o (a) Sr. (a) um termo de consentimento livre e esclarecimento.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO - TCLE**

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA: uma análise para o desenvolvimento regional

1. **Natureza da pesquisa:** O (a) Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo Analisar as políticas públicas voltadas ao agronegócio no processo de desenvolvimento regional no Estado de Rondônia no período correspondente aos anos de 2007 a 2017.

2. **Participantes da pesquisa:** Produtores de leite, pecuaristas e produtores de café, soja e milho, que já tenham sido beneficiado em algum programa de incentivo público no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017.

3. **Envolvimento na pesquisa:** O(A) Sr.(Sra.) tem liberdade de se recusar a participar, ou ainda declinar de sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para ambas as partes. Sempre que quiser poderá pedir

mais informações sobre a pesquisa através do e-mail ou telefone do pesquisador do projeto.

4. **Riscos e desconfortos:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

5. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e a orientadora terão conhecimento dos dados.

6. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa o(a) Sr.(Sra.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre os conteúdos apresentados, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa promova avaliação do Programa como política pública de fomento à atividade leiteira, pecuária, café, soja e milho no estado no Estado de Rondônia. Igualmente, o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

7. **Pagamento:** O (A) Sr.(Sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto informamos.

Diante dos itens informados pergunto se o (a) Sr.(Sra.) de forma livre e esclarecida, manifesta seu consentimento em participar da pesquisa e declara que autoriza a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

4. Podemos iniciar a entrevista?

1 sim (pule para Q5)2 não – Qual o melhor dia da semana e período para conversarmos?1 residência a retornar. Obrigado (a), retornaremos a ligação. Encerre.

CARACTERIZAÇÃO DO (A) PROPRIETÁRIO (A) E DA PROPRIEDADE

Q5. Qual sua idade? (só aceita ≥ 18 anos e < 150) ____ anos

Q6. Qual o tamanho da propriedade?

1 De 1 a 15 ha2 De 16 a 30 ha3 De 31 a 50 ha4 De 50 a 100 ha5 Acima de 100 ha888 não quis informar

Q7. Qual a localização da propriedade?

(estrada, _____, comunidade, _____, município):

Q8. Sexo:

1 Masculino 2 Feminino

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

Q9. CIVIL. Qual seu estado conjugal atual?

- 1 solteiro(a)
 2 casado(a) legalmente
 3 tem união estável há mais de seis meses
 4 viúvo(a)
 5 separado(a) ou divorciado(a)
 888 não quis informar

Q10. Até que série e grau o(a) sr.(a) estudou?

8A

8B. Qual a última série (ano) o sr.(a) COMPLETOU?

8 anos de estudo (out put)

- 1 curso primário 1 2 3 4
 2 admissão 1
 3 curso ginásial ou ginásio 1 2 3 4
 4 1º grau ou fundamental ou supletivo de 1º grau
 1 2 3 4 5 6 7 8
 5 2º grau ou colégio ou técnico ou normal ou científico ou ensino médio ou supletivo de 2º grau
 Técnico agropecuário
 1 2 3
 6 3º grau ou curso superior
 Ciências Agrárias. Qual: _____
 1 2 3 4 5 6 7 o/ 8 ou + (12 a 19)
 7 pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)
 1 ou +
 8 nunca estudou (0)
 777 não sabe (só aceita Q6 > 60)
 888 não quis responder

Q11. Qual a sua fonte de renda?

- 1 Somente Atividade Rural
 2 Atividade Rural e atividades Urbanas
 3 Atividade Rural e aposentadoria

Q12. O(a) sr.(a) participa de algum tipo de organização? Qual(is)?

Tipo	01. não participa	No caso da resposta 04, qual?
	02. sim, como sócio	
03. sim, como diretoria	<input type="checkbox"/>	
04. sim, outro vínculo	<input type="checkbox"/>	
01. Associação de moradores	<input type="checkbox"/>	
02. Cooperativa de produção e/ou comercialização	<input type="checkbox"/>	
03. Cooperativa de crédito	<input type="checkbox"/>	
04. Associação de produtores	<input type="checkbox"/>	
05. Sindicato	<input type="checkbox"/>	
06. Fórum de economia solidária	<input type="checkbox"/>	

Q13. Qual a sua principal atividade?

- 1 Somente cultivo de café
 2 Somente pecuária de corte
 3 Somente pecuária de leite

4 Somente cultivo de milho

5 Somente cultivo de soja

6 Outra. Qual? _____

Q14. Qual a variedade cultivada?

Q14a. (C. canephora - genericamente conhecidas por "Robusta")

- a) "Conillon"
 b) "Robusta"
 c) "Guarani"
 d) "Apoatã"
 e) Outro _____

Q14b. (Da espécie Coffea arábica)

- a) Catuaí
 b) Mundo Novo
 c) Outro _____

Q14c. (Híbridos de Arábica X Robusta)

- a) Catimor
 b) Icatu
 c) Outro _____

Q14d. (Híbridos de Robusta X Conilon)

- a) Conilon/Clonal
 b) Outro _____

Q15. Qual o número de plantas /ha?
 _____/ha

Q16. Qual o tamanho da área cultivada com café em hectare?

- 1 1/ha a 15/há 2 16/ha a 30/há 3 31/ha a 45/ha
 4 46/ha a 55/ha 5 56/ha a 70/há 6 71/ha a 85/ha
 7 86/ha a 100/há 8 Mais de 100/ha

Q17. Qual o número de pessoas que trabalham na propriedade?

- 1 1 a 5 2 6 a 10 3 11 a 15 4 16 a 20
 5 mais que 20

Q18. Quantas pessoas são da própria família?

- 1 1 a 5 2 6 a 10 3 11 a 15 4 16 a 20
 5 mais que 20

Q19. Algum membro da família trabalha fora do estabelecimento?

- 1 Sim 2 Não

Q20. Usam-se serviços de diaristas?

- 1 Sim 2 Não (pule para Q23)

Q21. Qual o valor da diária (RS)?

- 1 50,00 2 70,00 3 80,00 4 (_____) Outros

Q22. Quantas pessoas são contratadas para colher o café?

Q23. Cultiva café junto com outras culturas?

- 1 Sim 2 Não (pule para Q27)

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

Q24. Em caso afirmativo, quais?

- 1 Arroz 2 Milho 3 Feijão 4 Cacau 5 Mandioca
6 Laranja 7 Soja 8 Abacaxi 9 Outra: _____

Q25. A outra cultura cultivada é importante para a manutenção da propriedade?

- 1 Sim 2 Não

Q26. Em caso afirmativo, qual a porcentagem que influencia na manutenção dessa propriedade?

- 1 10% 2 20% 3 30% 4 40% 5 50%
6 Outros Quantos? _____

Q27. Qual o mês em que a colheita é realizada do café?

- 1 Jan 2 Fev. 3 Mar. 4 Abr. 5 Mai. 6 Jun.
7 Jul. 8 Ago. 9 Set. 10 Out. 11 Nov. 12 Dez.

Q28. Qual o rendimento médio em sacos por hectare?

- 1 até 5 2 6 a 10 3 11 a 15 4 16 a 20 5 21 a 25
6 26 a 30 7 acima de 30

Q29. Qual o destino do café, após beneficiado?

- 1 Comercialização no próprio município
2 Outras localidades do estado
3 Outras localidades do país
4 Outras localidades fora do país

Q30. Qual o principal agente comprador?

- 1 Atravessador
2 Indústria
3 Cooperativa
4 Consumidor final
5 Outro _____

Q31. Quais as principais dificuldades para comercialização?

- 1 Atuação do atravessador
2 Qualidade do produto
4 Concorrência
5 Garantia de preço
6 Frete
7 Outro _____

Q32. Quais as experiências de organizações existentes na comunidade?

- 1 Associação
2 Cooperativa
3 Grupo de famílias
4 Sindicado
5 Mutirão
6 Núcleos de família

Q33. Já trabalhou com financiamento de banco para a produção do café?

- 1 Sim 2 Não (pule para Q35)

Q34. Como foi a experiência no uso do financiamento?

- 1 Foi satisfatório
2 O dinheiro foi liberado com atraso
3 Foi possível pagar com folga
4 O pagamento foi com dificuldade

- 5 O prazo foi curto
6 O prazo foi adequado

Q35. O que deveria ser feito para melhorar a produção de café?

- 1 Programas públicos de incentivo a produção do café
2 Facilitar crédito
3 Assistência técnica
5 Organizar para o beneficiamento
6 Organizar para a comercialização
7 Outro _____

Q36. Recebe assistência técnica?

- 1 Sim 2 Não (pule para Q38)

Q37. Quem presta assistência técnica na propriedade?

- 01 Técnicos autônomos
02 Técnicos da EMATER – RO
03 EMBRAPA
04 Técnicos da prefeitura municipal
05 Técnicos de agroindústria
06 Técnicos de cooperativas ou associações de produtores
07 Técnicos de empresa de planejamento/empresas privadas
08 Técnicos de empresas fornecedoras de insumos
09 Técnicos de sindicatos
10 Técnicos de ONGs
11 Outros. Qual? _____

Q38. Quais são os implementos agrícolas, utensílios existentes?

- 1 Pá – quantas _____
2 Enxada – quantas _____
3 Pulverizador costal _____
4 Outros – quantos _____

Agora estamos chegando ao final do questionário e gostaríamos de saber se o (a) sr. (a) já participou de algum programa de incentivo público no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017.

Q39. O (A) Sr. (a) já foi ou é beneficiário de algum programa público no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017?

- 01 Sim (Se utilizou, por quê?) _____
(Continue na Q40)

- 02 Não (Se não utilizou, por quê?) _____
Depois da resposta agradeça e encerre.

Q40. O (A) Sr. (a) diria que a sua participação nesse programa possibilitou o aumento na produção do café?

Sr.(a) XXXXX Agradecemos pela sua colaboração. Caso tivermos alguma dúvida, voltaremos a lhe telefonar. Se não tenha anotado o telefone no início da entrevista: Gostaria de anotar o número do meu telefone? Se sim: O número é XXXXXXXX.
Observações (entrevistador): _____

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

Proprietário/ produtor:

Município:

Nº do questionário: [| | |]

Hora de início da entrevista: [|]h: [|] min.

Hora do fim da entrevista: [|]h: [|] min.

Data de aplicação (dia): ____/____/2018

Bom dia/Boa tarde. Meu nome é XXXXXXXXXXXXXXXX sou pesquisador(a) da Universidade de TAUBATÉ o número do seu telefone é XXXX?

residência a retornar. Obrigado(a), retornaremos a ligação. Encerre.

1. Estou realizando uma pesquisa sobre **POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA: uma análise para o desenvolvimento regional.**

2. O (A) Sr. (a) poderia colaborar conosco respondendo um questionário sobre o tema citado anteriormente.

1 Sim2 Não (AGRADEÇA E ENCERRE)

3. Filtro ocupação: O (a) senhor (a) é produtor (a) _____?

1 Agricultor/pecuária de corte (Continue)1 Sim (Continue)

2 Não (Qual o melhor dia da semana e período para conversarmos com o(a) sr.(a) NOME DO (A) PROPRIETÁRIO(A) SORTEADO(A)?

Antes de iniciarmos as perguntas do questionário vou ler para o (a) Sr. (a) um termo de consentimento livre e esclarecimento.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO - TCLE**

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA: uma análise para o desenvolvimento regional

1. **Natureza da pesquisa:** O (a) Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo Analisar as políticas públicas voltadas ao agronegócio no processo de desenvolvimento regional no Estado de Rondônia no período correspondente aos anos de 2007 a 2017.

2. **Participantes da pesquisa:** Produtores de leite, pecuaristas e produtores de café, soja e milho, que já tenham sido beneficiado em algum programa de incentivo público no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017.

3. **Envolvimento na pesquisa:** O(A) Sr.(Sra.) tem liberdade de se recusar a participar, ou ainda declinar de sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para ambas as partes. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do e-mail ou telefone do pesquisador do projeto.

4. **Riscos e desconfortos:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

5. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e a orientadora terão conhecimento dos dados.

6. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa o(a) Sr.(Sra.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre os conteúdos apresentados, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa promova avaliação do Programa como política pública de fomento à atividade leiteira, pecuária, café, soja e milho no estado no Estado de Rondônia. Igualmente, o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

7. **Pagamento:** O (A) Sr.(Sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto informamos.

Diante dos itens informados pergunto se o (a) Sr.(Sra.) de forma livre e esclarecida, manifesta seu consentimento em participar da pesquisa e declara que autoriza a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

4. Podemos iniciar a entrevista?

1 sim (pule para Q5)2 não – Qual o melhor dia da semana e período para conversarmos?

1 residência a retornar. Obrigado (a), retornaremos a ligação. Encerre.

CHARACTERIZAÇÃO DO (A) PROPRIETÁRIO (A) E DA PROPRIEDADE

Q5. Qual sua idade? (só aceita ≥18 anos e < 150) ____ anos

Q6. Qual o tamanho da Propriedade (ha)?

1 0-5 2 1-100 3 101-200 4 >200888 não quis informar

Q7. Qual a localização da propriedade?

(estrada, _____, comunidade, _____, município):

Q8. Sexo:

1 Masculino 2 Feminino

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

Q9. CIVIL. Qual seu estado conjugal atual?

- 1 solteiro(a)
 2 casado(a) legalmente
 3 tem união estável há mais de seis meses
 4 viúvo(a)
 5 separado(a) ou divorciado(a)
 888 não quis informar

Q10. Até que série e grau o(a) sr.(a) estudou?

8A

8B. Qual a última série (ano) o sr.(a) COMPLETOU?**8 anos de estudo (out put)**

- 1 curso primário 1 2 3 4
 2 admissão 1
 3 curso ginásial ou ginásio 1 2 3 4
 4 1º grau ou fundamental ou supletivo de 1º grau
 1 2 3 4 5 6 7 8
 5 2º grau ou colégio ou técnico ou normal ou científico ou ensino médio ou supletivo de 2º grau
 Técnico agropecuário
 1 2 3
 6 3º grau ou curso superior
 Ciências Agrárias. Qual: _____
 1 2 3 4 5 6 7 8 ou + (12 a 19)
 7 pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)
 1 ou +
 8 nunca estudou (0)
 777 não sabe (só aceita Q6 > 60)
 888 não quis responder

Q11. Qual a sua fonte de renda?

- 1 Somente Atividade Rural
 2 Atividade Rural e atividades Urbanas
 3 Atividade Rural e aposentadoria

Q12. O(a) sr.(a) participa de algum tipo de organização? Qual(is)?

Tipo	01.não participa	No caso da resposta 04, qual?
	02.sim, como sócio	
01. Associação de moradores	<input type="checkbox"/>	
02. Cooperativa de produção e/ou comercialização	<input type="checkbox"/>	
03. Cooperativa de crédito	<input type="checkbox"/>	
04. Associação de produtores	<input type="checkbox"/>	
05. Sindicato	<input type="checkbox"/>	
06. Fórum de economia solidária	<input type="checkbox"/>	

Q13. Qual a sua principal atividade, além da pecuária de corte?

- 1 Somente cultivo de café
 2 Somente pecuária de corte

- 3 Somente pecuária de leite
 4 Somente cultivo de milho
 5 Somente cultivo de soja
 6 Outra. Qual? _____

Q14. Tempo na atividade de pecuária (anos): _____**Q15. Qual o percentual da área destinada à Pecuária de Corte (ha): _____**

_____ 1000ha _____

-

Q16. Tamanho do Rebanho Bovino: _____ 1000 cabeças

**Q17. Raça(s): 1 Nelore 2 Gir
3 Angus 4 Outros: _____****Q18. Qual o (s) tipo(s) de Pastagem?**

- 1 Consorciado Quais? ___branquearia e Mombaça
 2 Outro. Qual? _____

Q19. Qual a finalidade da Criação?

- 1 Cria 2 Cria e Recria 3 Recria 4 Engorda
 5 Ciclo Completo

Q20. Qual a quantidade de Pessoas Empregadas? ___20 _____**Q21. Outras modalidades de utilização da mão-de-obra:**

- 1 Parceria 2 Agregado 3 Terceirizado
 4 Outro: _____

Q22. Há quanto tempo exerce a atividade de pecuarista? ___20 anos _____**Q23. Qual a forma de venda dos seus animais?**

- 1 Peso Vivo 2 Rendimento por Carcaça

Q24. Que fatores o levariam a adotar novas tecnologias de produção? ___para melhorar a produção pecuária _____**Sanidade do rebanho****Q25. Quais as vacinas mais utilizadas regularmente?**

- 1 Aftosa
 2 Brucelose
 3 Manqueira/mal do ano/Polivalente
 4 Raiva
 5 IBR/Leptospirose
 6 Outras _____

Q26. Faz exames periódicos?

- 1 Brucelose 2 Tuberculose

Q27. Faz controle de vermes? 1 Sim 2 Não**Q28. Qual o tamanho do rebanho (cabeças)?**

- 1 0-50 2 51-100 3 101-200 4 >200

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

Q29. Qual a finalidade da criação?

1 Carne 2 Leite 3 Misto

Q30. Quais categorias são criadas?

1 Cria 2 Recria 3 Engorda

Q31. Qual o sistema de criação adotado?

1 Pasto 2 Confinamento 3 Misto

Q32. Quais as condições das instalações?

1 Ruim 2 Regular 3 Boa

Q33. Quem fornece a assistência técnica?

(pode-se marcar mais de uma alternativa)

01. Técnicos autônomos;
02. Técnicos da EMATER;
03. Técnicos da prefeitura municipal;
04. Técnicos de agroindústria;
05. Técnicos de cooperativas ou associações de produtores;
06. Técnicos de empresa de planejamento/empresas privadas;
07. Técnicos de empresas fornecedoras de insumos;
08. Técnicos de sindicatos;
09. Técnicos de ONGs;
10. Outros. Quais? _____ técnico privado

Q34. Faz suplementação mineral do rebanho?

1 Sim 2 Não

Q35. Realiza suplementação concentrada?

1 Sim 2 Não

Q36. Qual o tempo para que os animais sejam abatidos?

1 2anos 2 3 anos 3 4 anos 4 >5 de anos

Q37. Qual o peso com que os animais são abatidos? (arrobas)

1 10 2 15 3 20 4 >30

Q38. Como é formado o mix de financiamento da produção?

1 Capital próprio 2 Bancos 3 Cooperativas

4 Ambos: Indicar Proporção (%):

Capital próprio: _____

Bancos _____

Cooperativas _____

Outros. Quais? _____

Q39. Gostaria que O (a) Sr. (a) avaliasse, segundo a escala abaixo, a opção que representa sua opinião quanto as diferentes afirmações a seguir, dê uma nota de 1 a 5, onde 1 (um) significa Discordo Totalmente e 5 (cinco) significa Concordo Totalmente.

A) Quanto ao objetivo da propriedade (finalidade para a qual a pecuária é exercida):

- | | |
|---|--|
| 1. Sou pecuarista porque a pecuária é uma tradição de família. | |
| 2. Sou pecuarista pelo fato de ser uma atividade que garante uma maior estabilidade de renda. | |

3. Sou pecuarista em virtude do prazer que essa atividade me proporciona, além dela apresentar elevado retorno financeiro.	
4. Sou pecuarista em virtude do prazer que essa atividade me proporciona, embora o retorno não seja muito elevado.	
5. A propriedade dedica-se basicamente à venda de sêmen e reprodutores.	
6. A propriedade dedica-se basicamente à venda de matrizes e transferência de embriões.	
7. A propriedade dedica-se basicamente à venda de reprodutores.	
8. A propriedade dedica-se basicamente à venda de reprodutores e matrizes.	
9. A propriedade dedica-se basicamente à venda de gado para abate.	

B) Em relação às fontes de informação:

1. Acho desnecessário buscar novos métodos e novas tecnologias, uma vez que tenho alcançado resultados satisfatórios com os meios utilizados até então.		
2. Estou em constante busca por inovações e aprimoramento, pois considero o principal meio de inserção e permanência no mercado.		
3. Busco informação junto aos seguintes meios:		
Associação de Gado de Raça	Feiras/Exposições	
Grupos de Interesse	Outros Criadores	
Sindicatos	Mídia Especializada	
Cooperativas		

C) Quanto à capacitação do proprietário e da mão-de-obra empregada:

1. Acredito que a experiência adquirida ao longo do tempo, que passa de uma geração para outra, é uma importante fonte de conhecimento.	
2. Atualmente, a formação em ensino superior é importante para o produtor de gado de corte.	
3. A existência de profissionais com curso superior trabalhando na propriedade ou prestando assistência é importante para o produtor de gado de corte.	
4. A existência de profissionais com curso técnico trabalhando na propriedade é importante para o produtor de gado de corte.	
5. A participação em associações de raças é importante e contribui para capacitar o pecuarista.	
6. A participação em grupos de interesses é importante e contribui para capacitar o pecuarista.	
7. A contratação de mão-de-obra qualificada traz retornos significativos se comparada à mão-de-obra não especializada.	
8. Meus funcionários, em sua expressiva maioria, possuem o ensino fundamental concluído.	

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

D) Quanto aos motivos que levam à escolha de determinada raça:

1. Por ser a que representa maior retorno financeiro em relação às demais raças.	
2. Se deve ao fato de sua carne ter reconhecimento pelos consumidores, como sendo de qualidade superior em relação às demais.	
3. Devido a estes animais terem um maior potencial de ganho de peso, atingindo mais precocemente a condição de abate.	
4. Ser a que melhor se adaptou às condições climáticas da região onde se encontra minha propriedade.	
5. Por orientação de outros produtores.	
6. Por influência da(s) associação (ões) de produtores da raça.	
7. Em função dos resultados obtidos por outros produtores desta raça.	
8. Ao observar o elevado valor de comercialização dos touros nas exposições e nos leilões.	
9. Pelo destaque que a mídia dá às qualidades da raça.	

E) Quanto à tecnologia empregada:

1. Cruzamento entre Raças.	
2. Confinamento.	
3. Inseminação Artificial.	
4. Transferência de Embriões.	
5. Controle Genético.	
6. Rastreabilidade.	
7. Sistema de rodízio de pastagens.	
8. Irrigação de pastagens.	
9. Suplementação em Pastagens:	
Uso de Sais Minerais	
Pastagens Artificiais de Verão	
Pastagens Artificiais de Inverno	

F) Quanto às Associações de Produtores:

1. Possuem um papel político importante, ao representar os interesses coletivos dos pecuaristas.	
2. Facilitam o acesso à capacitação tecnológica.	
3. Promovem a difusão do conhecimento de processos de comercialização.	
4. Oferecem apoio em questões legais de produção e comercialização.	

5. Oferecem apoio em questões legais referentes a questões fundiárias e/ou trabalhistas.	
6. Representam uma forma de manter o relacionamento entre os pecuaristas.	

G) Quanto às Associações de Raças:

1. São importantes para verificar as tendências da raça em termos de genética.	
2. São importantes para verificar as tendências da raça em termos de mercado consumidor.	
3. São importantes para verificar as tendências da raça em termos de mercado produtor.	
4. Importante meio de divulgação da raça aos produtores (outros produtores).	
5. Importante meio de divulgação da qualidade da carne para os consumidores.	
6. As associações são as maiores responsáveis pela adesão de novos produtores à raça.	
7. As associações são responsáveis pela fixação, manutenção e controle das características genéticas da raça.	

Agora estamos chegando ao final do questionário e gostaríamos de saber se o (a) sr. (a) já participou de algum programa de incentivo público no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017.

Q40. O (A) Sr. (a) já foi ou é beneficiário de algum programa público no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017?

01 Sim (Se utilizou, por quê?) sim, um financiamento para aumentar o rebanho fez cruzamento e melhoramento genético _____

(Continue na Q41)

02 Não (Se não utilizou, por quê?) _____
Depois da resposta agradeça e encerre.

Q41. O (A) Sr. (a) diria que a sua participação nesse programa possibilitou o aumento no rebanho do corte?

_____ sim, porque fiz mais empréstimos e fiz com a taxa de juros boa e numa carência ótima

Sr.(a) XXXXX Agradecemos pela sua colaboração. Caso tivermos alguma dúvida, voltaremos a lhe telefonar. Se caso não tenha anotado o telefone no início da entrevista: Gostaria de anotar o número do meu telefone?

Se sim: O número é XXXXXXXX.

Observações (entrevistador): _____

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

Proprietário/produtor:

Município:

Nº do questionário: [| | |]

Hora de início da entrevista: [|]h: [|]min.

Hora do fim da entrevista: [|]h: [|]min.

Data de aplicação (dia): ____/08/2018

Bom dia/Boa tarde. Meu nome é XXXXXXXXXX sou pesquisador(a) da Universidade de TAUBATÉ o número do seu telefone é XXXX?

residência a retornar. Obrigado(a), retornaremos a ligação. Encerre.

1. Estou realizando uma pesquisa sobre **POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA: uma análise para o desenvolvimento regional.**

2. O (A) Sr. (a) poderia colaborar conosco respondendo um questionário sobre o tema citado anteriormente.

1 Sim2 Não (AGRADEÇA E ENCERRE)

3. Filtro ocupação: O (a) senhor (a) é produtor (a) _____?

1 Agricultor/produtor de soja (Continue)1 Sim (Continue)

2 Não (Qual o melhor dia da semana e período para conversarmos com o(a) sr.(a) NOME DO (A) PROPRIETÁRIO(A)SORTEADO(A)?

Antes de iniciarmos as perguntas do questionário vou ler para o (a) Sr. (a) um termo de consentimento livre e esclarecimento.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO - TCLE**

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA: uma análise para o desenvolvimento regional

1. **Natureza da pesquisa:** O (a) Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo Analisar as políticas públicas voltadas ao agronegócio no processo de desenvolvimento regional no Estado de Rondônia no período correspondente aos anos de 2007 a 2017.

2. **Participantes da pesquisa:** Produtores de leite, pecuaristas e produtores de café, soja e milho, que já tenham sido beneficiado em algum programa de incentivo público no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017.

3. **Envolvimento na pesquisa:** O(A) Sr.(Sra.) tem liberdade de se recusar a participar, ou ainda declinar de sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para ambas as partes. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do e-mail ou telefone do pesquisador do projeto.

4. **Riscos e desconfortos:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

5. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e a orientadora terão conhecimento dos dados.

6. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa o(a) Sr.(Sra.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre os conteúdos apresentados, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa promova avaliação do Programa como política pública de fomento à atividade leiteira, pecuária, café, soja e milho no estado no Estado de Rondônia. Igualmente, o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

7. **Pagamento:** O (A) Sr.(Sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto informamos.

Diante dos itens informados pergunto se o (a) Sr.(Sra.) de forma livre e esclarecida, manifesta seu consentimento em participar da pesquisa e declara que autoriza a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

4. Podemos iniciar a entrevista?

1 sim (pule para Q5)2 não – Qual o melhor dia da semana e período para conversarmos?

1 residência a retornar. Obrigado (a), retornaremos a ligação. Encerre.

CARACTERIZAÇÃO DO (A) PROPRIETÁRIO (A) E DA PROPRIEDADE

Q5. Qual sua idade? (só aceita ≥ 18 anos e < 150) ____ anos

Q6. Qual o tamanho da propriedade?

1 De 1 a 15 ha2 De 16 a 30 ha3 De 31 a 50 ha4 De 50 a 100 ha5 Acima de 100 ha888 não quis informar

Q7. Qual a localização da propriedade?

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

(estrada, comunidade, município):

Q8. Sexo:

1 Masculino 2 Feminino

Q9. CIVIL. Qual seu estado conjugal atual?

- 1 solteiro(a)
2 casado(a) legalmente
3 tem união estável há mais de seis meses
4 viúvo(a)
5 separado(a) ou divorciado(a)
888 não quis informar

Q10. Até que série e grau o(a) sr.(a) estudou?

8A

8B. Qual a última série (ano) o sr.(a) COMPLETOU?**8 anos de estudo (out put)**

- 1 curso primário 1 2 3 4
2 admissão 1
3 curso ginásial ou ginásio 1 2 3 4
4 1º grau ou fundamental ou supletivo de 1º grau
 1 2 3 4 5 6 7 8
5 2º grau ou colégio ou técnico ou normal ou científico ou ensino médio ou supletivo de 2º grau
 Técnico agropecuário
 1 2 3
6 3º grau ou curso superior
 Ciências Agrárias. Qual: _____
 1 2 3 4 5 6 7 o 8 ou + (12 a 19)
7 pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)
 1 ou +
8 nunca estudou (0)
777 não sabe (só aceita Q6 > 60)
888 não quis responder

Q11. Qual a sua ocupação?

1 Produtor 2 Gerente 3 Outro

Q12. Há quanto tempo o (a) Sr. (a) atua como produtor (a) rural?

- 1 Menos de 1 ano 2 Entre 1 e 5 anos 3 Entre 6 e 10 anos
4 Entre 11 e 15 anos 5 Entre 16 e 20 anos 6 Mais de 20 anos

Q13. Qual a sua fonte de renda?

- 1 Somente Atividade Rural
2 Atividade Rural e atividades Urbanas
3 Atividade Rural e aposentadoria

Q14. O(a) sr.(a) participa de algum tipo de organização? Qual(is)?

- | | | |
|------|-------------------------|-------------------------------|
| | 01. não participa | No caso da resposta 04, qual? |
| Tipo | 02. sim, como sócio | |
| | 03. sim, como diretoria | |
| | 04. sim, outro vínculo | |
01. Associação de moradores
02. Cooperativa

de produção e/ou comercialização

03. Cooperativa de crédito
04. Associação de produtores
05. Sindicato
06. Fórum de economia solidária

Q15. Qual a sua principal atividade?

- 1 Somente cultivo de café
2 Somente pecuária de corte
3 Somente pecuária de leite
4 Somente cultivo de milho
5 Somente cultivo de soja
6 Outra. Qual? _____

Q16. Qual o tamanho da área cultivada com soja em hectare?

- 1 1/ha a 15/ha 2 16/ha a 30/ha 3 31/ha a 45/ha
4 46/ha a 55/ha 5 56/ha a 70/ha 6 71/ha a 85/ha
7 86/ha a 100/ha 8 Mais de 100/ha 9 Outra. Qual? ___/ha
888 não quis informar

Q17. Cultiva soja junto com outras culturas?

1 Sim 2 Não (pule para Q20)

Em caso afirmativo, quais?

1 Arroz 2 Milho 3 Feijão 4 Cacaú 5 Mandioca 6 Laranja 7 Abacaxi 8 Outra: _____

Q18. A outra cultura cultivada é importante para a manutenção da propriedade?

1 Sim 2 Não

Q19. Em caso afirmativo, qual a porcentagem que influencia na manutenção dessa propriedade?

1 10% 2 20% 3 30% 4 40% 5 50% 6 Outros Quantos? _____

Q20. Qual o mês em que a colheita é realizada?

1 Jan 2 Fev. 3 Mar. 4 Abr. 5 Mai. 6 Jun. 7 Jul. 8 Ago. 9 Set. 10 Out. 11 Nov. 12 Dez.

Q21. Qual o rendimento médio em sacos por hectare?

1 até 10 2 11 a 20 3 21 a 30 4 31 a 40 5 41 a 50 6 51 a 60 7 acima de 60

Q22. Qual o destino da soja, após beneficiado?

- 1 Comercialização no próprio município
2 Outras localidades do estado
3 Outras localidades do país
4 Outras localidades fora do país

Q23. Qual o principal agente comprador?

- 1 Atravessador
2 Indústria
3 Cooperativa
4 Consumidor final

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

5 Outro _____

Q24. Quais as principais dificuldades para comercialização?

- 1 Atuação do atravessador
 2 Qualidade do produto
 3 Concorrência
 4 Garantia de preço
 5 Frete
 6 Outro _____

Q25. Quais as experiências de organizações existentes na comunidade?

- 1 Associação
 2 Cooperativa
 3 Grupo de famílias
 4 Sindicado
 5 Mutirão
 6 Núcleos de família

Tecnologia da soja

Q26. O (A) Sr. (a) busca conhecer as tecnologias que estão disponíveis para serem utilizadas no cultivo da soja?

1 Sim 2 Não (pule para Q29)

A) Gostaria que o (a) Sr. (a) indicasse a importância de cada item na sua decisão de adotar tecnologias na produção da soja, numa escala de 1 a 5, onde 1 (um) significa **sem importância** e 5 (cinco) significa **muito importante**.

Aumento de produtividade	(1) (2) (3) (4) (5)
Melhoria de gestão	(1) (2) (3) (4) (5)
Redução de custos	(1) (2) (3) (4) (5)
Preservação ambiental	(1) (2) (3) (4) (5)
Melhores condições de trabalho	(1) (2) (3) (4) (5)

B) Gostaria que o (a) Sr. (a) indicasse qual foi o impacto após o uso de tecnologia na cultura da soja, numa escala de 1 a 5, onde 1 (um) significa **muito baixo** e 5 (cinco) significa **muito alto**.

Na melhoria do gerenciamento	(1) (2) (3) (4) (5)
No aumento da produtividade	(1) (2) (3) (4) (5)
Na redução dos custos de produção	(1) (2) (3) (4) (5)
Na preservação do meio ambiente	(1) (2) (3) (4) (5)
Nas melhorias das condições de trabalho	(1) (2) (3) (4) (5)

C) Gostaria que o (a) Sr. (a) indicasse quais os problemas enfrentados na adoção de tecnologias na cultura da soja, numa escala de 1 a 5, onde 1 (um) significa **irrelevante** e 5 (cinco) significa **muito relevante**.

Elevado custo de equipamentos	(1) (2) (3) (4) (5)
Escassez de fontes de financiamento	(1) (2) (3) (4) (5)
Pós-venda e assistência técnica	(1) (2) (3) (4) (5)
Falta de qualificação para operar	(1) (2) (3) (4) (5)
Falta de informação a respeito das tecnologias	(1) (2) (3) (4) (5)

Resultado insatisfatório com uso da tecnologia (1) (2) (3) (4) (5)

Q27. Na sua visão, se comparado aos produtores da sua região, qual é o NÍVEL TECNOLÓGICO praticado na sua propriedade?

1 Baixo 2 Médio 3 Alto

Q28. Considerando a safra 2016/2017 o (a) Sr. (a) utilizou alguma TECNOLOGIA DE AGRICULTURA para a colheita da soja?

1 Não (pule para Q29)

2 Sim SE SIM, EM QUANTOS % DA ÁREA CULTIVADA o (a) Sr. (a) utilizou alguma TECNOLOGIA DE AGRICULTURA na colheita da soja? _____

Insumos

Q29. Quem presta assistência técnica na propriedade, para futuras aquisições de insumos?

- 01 Técnico/Agrônomo da fazenda
 02 Técnicos/agrônomo das empresas de insumos e revendas
 03 Consultoria técnica
 04 Decisão própria
 05 Técnico/Agrônomo da fazenda e Consultoria técnica
 06 Técnico/Agrônomo da fazenda e Decisão própria
 07 Consultoria técnica e Decisão Própria
 08 Técnico/Agrônomo de empresas de insumos/revendas e Decisão Própria
 09 Técnico/Agrônomo da fazenda e de empresas de insumos/revendas Técnico/Agrônomo de empresas de insumos/revendas e Consultoria Técnica
 10 de insumos/revendas e Consultoria Técnica
 11 Técnico/Agrônomo da fazenda e de empresas de insumos/revendas e Decisão própria
 12 Técnico/Agrônomo de empresas de insumos e revendas, Decisão própria e Consultoria técnica

Entomologia (controle de pragas)

Q30. O(A) Sr. (a) faz Manejo Integrado de Pragas (MIP)?

1 Sim 2 Não (pule para Q32) 777 não sabe

Q31. O(A) Sr. (a) utiliza qual critério para aplicação de inseticida em sua propriedade?

- 01 Nível de dano e Presença de Inseto
 02 Presença de inseto
 03 Nível de dano
 04 Presença de Inseto e Presença de dano
 05 Nível de dano, Presença de Inseto e Presença de dano
 06 Nível de dano e Presença de dano
 07 Calendário
 08 Presença do dano
 09 Presença de Inseto e Calendário
 10 Nível de dano, Presença de Inseto e Calendário

Q32. Gostaria que o (a) Sr. (a) indicasse o nível de dificuldade no controle de pragas na sua propriedade, considerando se conseguiu controlar, não conseguiu controlar ou não possui pragas na sua propriedade.

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

- 1 Conseguiu Controlar 2 Não Conseguiu Controlar
3 Não Possui Pragas na Fazenda

Q33. O (A) Sr. (a) faz monitoramento de ocorrência de doenças na lavoura?
1 Sim 2 Não

Q34. Quais os meios que o (a) Sr. (a) mais tem acesso para buscar informações técnicas sobre a soja ?
(pode ser mais de uma alternativa)

- 1 Eventos Técnicos
2 Consultores de Revenda
3 Internet
4 Consultores Autônomos
5 Cursos presenciais
6 Dispositivos Móveis(celular)
7 Assistência Técnica de Cooperativa

UTILIZAÇÃO DE FONTES DE FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AGRICULTURA

Q35. PENSANDO SOMENTE NA AQUISIÇÃO DE TECNOLOGIAS DE AGRICULTURA, QUAIS DAS FONTES DE FINANCIAMENTO o (a) Sr. (a) UTILIZA? Sim Não

- Recursos próprios
Banco comercial/privado
Linhas de financiamento do Governo
Financiamento de Banco do Fornecedor
Cooperativas de Produtores

PRINCIPAIS BARREIRAS NA ADOÇÃO DA
TECNOLOGIA DE AGRICULTURA

Q36. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS BARREIRAS DE ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS DE AGRICULTURA?

- Desafios na adoção de tecnologias de agricultura Sim Não
Custo de aquisição dos equipamentos
Custo de aquisição de serviços externos
Manutenção dos equipamentos
Fontes de financiamento
Mão de obra
Compatibilidade entre os equipamentos
Informação sobre as tecnologias de agricultura
Viabilidade de tecnologias de agricultura

Agora estamos chegando ao final do questionário e gostaríamos de saber se o (a) sr. (a) já participou de algum programa de incentivo público no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017.

Q37. O (A) Sr. (a) já foi ou é beneficiário de algum programa público no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017? (pode marcar mais de uma alternativa)

- 01 Sim (Se utilizou, por quê?) _____
(Continue na Q38)

- 02 Não (Se não utilizou, por quê?) _____
Depois da resposta agradeça e encerre.

Q38. O (A) Sr. (a) diria que a sua participação nesse programa possibilitou o aumento na produção da soja?

Sr.(a) XXXXX Agradecemos pela sua colaboração. Caso tivermos alguma dúvida, voltaremos a lhe telefonar. Se não tenha anotado o telefone no início da entrevista:
Gostaria de anotar o número do meu telefone?
Se sim: O número é XXXXXXXX.
Observações (entrevistador): _____

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

Proprietário/produtor:

Município: _____

Nº do questionário: [| | |]

Hora de início da entrevista: [|] h: [|] min.

Hora do fim da entrevista: [|] h: [|] min.

Data de aplicação (dia): ____/____/2018

Bom dia/Boa tarde. Meu nome é XXXXXXX sou pesquisador (a) da Universidade de TAUBATÉ o número do seu telefone é XXXX?

residência a retornar. Obrigado(a), retornaremos a ligação. Encerre.

1. Estou realizando uma pesquisa sobre **POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA: uma análise para o desenvolvimento regional.**

2. O (A) Sr. (a) poderia colaborar conosco respondendo um questionário sobre o tema citado anteriormente.

1 Sim

2 Não (AGRADEÇA E ENCERRE)

3. Filtro ocupação: O (a) senhor (a) é produtor (a) _____?

1 Agricultor/produtor de milho (Continue)

1 Sim (Continue)

2 Não (Qual o melhor dia da semana e período para conversarmos com o(a) sr.(a) NOME DO (A) PROPRIETÁRIO(A) SORTEADO(A)?

Antes de iniciarmos as perguntas do questionário vou ler para o (a) Sr. (a) um termo de consentimento livre e esclarecimento.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO - TCLE**

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA: uma análise para o desenvolvimento regional

1. **Natureza da pesquisa:** O (a) Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo Analisar as políticas públicas voltadas ao agronegócio no processo de desenvolvimento regional no Estado de Rondônia no período correspondente aos anos de 2007 a 2017.

2. **Participantes da pesquisa:** Produtores de leite, pecuaristas e produtores de café, soja e milho, que já tenham sido beneficiado em algum programa de incentivo público no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017.

3. **Envolvimento na pesquisa:** O(A) Sr.(Sra.) tem liberdade de se recusar a participar, ou ainda declinar de sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para ambas as partes. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do e-mail ou telefone do pesquisador do projeto.

4. **Riscos e desconfortos:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

5. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e a orientadora terão conhecimento dos dados.

6. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa o(a) Sr.(Sra.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre os conteúdos apresentados, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa promova avaliação do Programa como política pública de fomento à atividade leiteira, pecuária, café, soja e milho no estado no Estado de Rondônia. Igualmente, o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

7. **Pagamento:** O (A) Sr.(Sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto informamos.

Diante dos itens informados pergunto se o (a) Sr.(Sra.) de forma livre e esclarecida, manifesta seu consentimento em participar da pesquisa e declara que autoriza a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

4. Podemos iniciar a entrevista?

1 sim (pule para Q5)

2 não – Qual o melhor dia da semana e período para conversarmos?

1 residência a retornar. Obrigado (a), retornaremos a ligação. Encerre.

CARACTERIZAÇÃO DO (A) PROPRIETÁRIO (A) E DA PROPRIEDADE

Q5. Qual sua idade? (só aceita ≥18 anos e < 150) ____ anos

Q6. Qual o tamanho da propriedade?

1 De 1 a 15 ha

2 De 16 a 30 ha

3 De 31 a 50 ha

4 De 50 a 100 ha

5 Acima de 100 ha

888 não quis informar

Q7. Qual a localização da propriedade?

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

(estrada, comunidade, município):

Q8. Sexo:

1 Masculino 2 Feminino

Q9. CIVIL. Qual seu estado conjugal atual?

1 solteiro(a)
2 casado(a) legalmente
3 tem união estável há mais de seis meses
4 viúvo(a)
5 separado(a) ou divorciado(a)
888 não quis informar

Q10. Até que série e grau o(a) sr.(a) estudou?

8A

8B. Qual a última série (ano) o sr.(a) COMPLETOU?8 anos de estudo (*out put*)

1 curso primário 1 2 3 4
2 admissão 1
3 curso ginásial ou ginásio 1 2 3 4
4 1º grau ou fundamental ou supletivo de 1º grau
 1 2 3 4 5 6 7 8
5 2º grau ou colégio ou técnico ou normal ou científico ou ensino médio ou supletivo de 2º grau
 Técnico agropecuário
 1 2 3
6 3º grau ou curso superior
 Ciências Agrárias. Qual: _____
 1 2 3 4 5 6 7 o 8 ou + (12 a 19)
7 pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)
 1 ou +
8 nunca estudou (0)
777 não sabe (só aceita Q6 > 60)
888 não quis responder

Q11. Qual a sua ocupação?

1 Produtor 2 Gerente 3 Outro

Q12. Há quanto tempo o (a) Sr. (a) atua como produtor (a) rural?

1 Menos de 1 ano 2 Entre 1 e 5 anos 3 Entre 6 e 10 anos 4 Entre 11 e 15 anos 5 Entre 16 e 20 anos
6 Mais de 20 anos

Q13. Qual a sua fonte de renda?

1 Somente Atividade Rural
2 Atividade Rural e atividades Urbanas
3 Atividade Rural e aposentadoria

Q14. O(a) sr.(a) participa de algum tipo de organização? Qual(is)?

Tipo	01.não participa 02.sim, como sócio 03.sim, como diretoria 04.sim, outro vínculo	No caso da resposta 04, qual?
01. Associação de moradores	<input type="checkbox"/>	
02. Cooperativa de produção e/ou	<input type="checkbox"/>	

comercialização

03. Cooperativa de crédito
04. Associação de produtores
05. Sindicato
06. Fórum de economia solidária

Q15. Qual a sua principal atividade?

1 Somente cultivo de café
2 Somente pecuária de corte
3 Somente pecuária de leite
4 Somente cultivo de milho
5 Somente cultivo de soja
6 Outra. Qual? _____

Q16. Qual o tamanho da área cultivada com milho em hectare?

1 1/ha a 15/ha 2 16/ha a 30/ha 3 31/ha a 45/ha
4 46/ha a 55/ha 5 56/ha a 70/ha 6 71/ha a 85/ha
7 86/ha a 100/ha 8 Mais de 100/ha 9 Outra. Qual? ___/ha
888 não quis informar

Q17. Cultiva milho junto com outras culturas?

1 Sim 2 Não (*pule para Q19*)
Em caso afirmativo, quais?
1 Arroz 2 Feijão 3 Cacau 4 Mandioca
5 Laranja 6 Soja 7 Abacaxi 8 Outra: _____

Q18. A outra cultura cultivada é importante para a manutenção da propriedade?

1 Sim 2 Não
Em caso afirmativo, qual a porcentagem que influem na manutenção dessa propriedade?
1 10% 2 20% 3 30%
4 40% 5 50% 6 Outros Quantos? _____

Q19. Qual o mês em que a colheita é realizada?

1 Jan 2 Fev. 3 Mar. 4 Abr. 5 Mai. 6 Jun. 7 Jul. 8 Ago. 9 Set. 10 Out. 11 Nov. 12 Dez.

Q20. Qual o rendimento médio em sacos por hectare?

1 até 10 2 11 a 20 3 21 a 30 4 31 a 40 5 41 a 50 6 51 a 60 7 acima de 60

Q21. Qual o destino do milho, após beneficiado?

1 Comercialização no próprio município
2 Outras localidades do estado
3 Outras localidades do país
4 Outras localidades fora do país

Q22. Qual o principal agente comprador?

1 Atravessador
2 Indústria
3 Cooperativa
4 Consumidor final
5 Outro _____

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

Q23. Quais as principais dificuldades para comercialização?

- 1 Atuação do atravessador
 2 Qualidade do produto
 3 Concorrência
 4 Garantia de preço
 5 Frete
 6 Outro _____

Q24. Quais as experiências de organizações existentes na comunidade?

- 1 Associação
 2 Cooperativa
 3 Grupo de famílias
 4 Sindicado
 5 Mutirão
 6 Núcleos de família

Tecnologia do milho

Q25. O (A) Sr. (a) busca conhecer as tecnologias que estão disponíveis para serem utilizadas no cultivo do milho?

- 1 Sim 2 Não (pule para Q28)

A) Gostaria que o (a) Sr. (a) indicasse a importância de cada item na sua decisão de adotar tecnologias na produção do milho, numa escala de 1 a 5, onde 1 (um) significa **sem importância** e 5 (cinco) significa **muito importante**.

Aumento de produtividade	(1) (2) (3) (4) (5)
Melhoria de gestão	(1) (2) (3) (4) (5)
Redução de custos	(1) (2) (3) (4) (5)
Preservação ambiental	(1) (2) (3) (4) (5)
Melhores condições de trabalho	(1) (2) (3) (4) (5)

B) Gostaria que o (a) Sr. (a) indicasse qual foi o impacto após o uso de tecnologia na cultura do milho, numa escala de 1 a 5, onde 1 (um) significa **muito baixo** e 5 (cinco) significa **muito alto**.

Na melhoria do gerenciamento	(1) (2) (3) (4) (5)
No aumento da produtividade	(1) (2) (3) (4) (5)
Na redução dos custos de produção	(1) (2) (3) (4) (5)
Na preservação do meio ambiente	(1) (2) (3) (4) (5)
Nas melhorias das condições de trabalho	(1) (2) (3) (4) (5)

C) Gostaria que o (a) Sr. (a) indicasse quais os problemas enfrentados na adoção de tecnologias na cultura do milho, numa escala de 1 a 5, onde 1 (um) significa **irrelevante** e 5 (cinco) significa **muito relevante**.

Elevado custo de equipamentos	(1) (2) (3) (4) (5)
Escassez de fontes de financiamento	(1) (2) (3) (4) (5)
Pós-venda e assistência técnica	(1) (2) (3) (4) (5)
Falta de qualificação para operar	(1) (2) (3) (4) (5)
Falta de informação a respeito das tecnologias	(1) (2) (3) (4) (5)
Resultado insatisfatório com uso da tecnologia	(1) (2) (3) (4) (5)

Q26. Na sua visão, se comparado aos produtores da sua região, qual é o NÍVEL TECNOLÓGICO praticado na sua propriedade?

- 1 Baixo 2 Médio 3 Alto

Q27. Considerando a safra 2016/2017 o (a) Sr. (a) utilizou alguma TECNOLOGIA DE AGRICULTURA para a colheita do milho?

- 1 Não (pule para Q28)
 2 Sim SE SIM, EM QUANTOS % DA ARÉA CULTIVADA o (a) Sr. (a) utilizou alguma TECNOLOGIA DE AGRICULTURA na colheita do milho? _____

Insumos

Q28. Quem presta assistência técnica na propriedade, para futuras aquisições de insumos?

- 01 Técnico/Agrônomo da fazenda
 02 Técnicos/agrônomos das empresas de insumos e revendas
 03 Consultoria técnica
 04 Decisão própria
 05 Técnico/Agrônomo da fazenda e Consultoria técnica
 06 Técnico/Agrônomo da fazenda e Decisão própria
 07 Consultoria técnica e Decisão Própria
 08 Técnico/Agrônomo de empresas de insumos/revendas e Decisão Própria
 09 Técnico/Agrônomo da fazenda e de empresas de insumos/revendas Técnico/Agrônomo de empresas de insumos/revendas e Consultoria Técnica
 10 de insumos/revendas e Consultoria Técnica
 11 Técnico/Agrônomo da fazenda e de empresas de insumos/revendas e Decisão própria
 12 Técnico/Agrônomo de empresas de insumos e revendas, Decisão própria e Consultoria técnica

Entomologia (controle de pragas)

Q29. O(A) Sr. (a) faz Manejo Integrado de Pragas (MIP)?

- 1 Sim 2 Não (pule para Q31) 777 não sabe

Q30. O(A) Sr. (a) utiliza qual critério para aplicação de inseticida em sua propriedade?

- 01 Nível de dano e Presença de Inseto
 02 Presença de inseto
 03 Nível de dano
 04 Presença de Inseto e Presença de dano
 05 Nível de dano, Presença de Inseto e Presença de dano
 06 Nível de dano e Presença de dano
 07 Calendário
 08 Presença do dano
 09 Presença de Inseto e Calendário
 10 Nível de dano, Presença de Inseto e Calendário

Gostaria que o (a) Sr. (a) indicasse o nível de dificuldade no controle de pragas na sua propriedade, considerando se **conseguiu controlar, não conseguiu controlar ou não possui pragas na sua propriedade**.

- 1 Conseguiu Controlar 2 Não Conseguiu Controlar
 3 Não Possui Pragas na Fazenda

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
uma análise para o desenvolvimento regional**

Q31. O (A) Sr. (a) faz monitoramento de ocorrência de doenças na lavoura?

1 Sim 2 Não

Q32. Quais os meios que o (a) Sr. (a) mais tem acesso para buscar informações técnicas sobre o milho ? (pode ser mais de uma alternativa)

- 1 Eventos Técnicos
2 Consultores de Revenda
3 Internet
4 Consultores Autônomos
5 Cursos presenciais
6 Dispositivos Móveis(celular)
7 Assistência Técnica de Cooperativa

UTILIZAÇÃO DE FONTES DE FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AGRICULTURA

Q33. PENSANDO SOMENTE NA AQUISIÇÃO DE TECNOLOGIAS DE AGRICULTURA, QUAIS DAS FONTES DE FINANCIAMENTO o (a) Sr. (a) UTILIZA? Sim Não

Recursos próprios
Banco comercial/privado
Linhas de financiamento do Governo
Financiamento de Banco do Fornecedor
Cooperativas de Produtores

PRINCIPAIS BARREIRAS NA ADOÇÃO DA
TECNOLOGIA DE AGRICULTURA

Q34. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS BARREIRAS DE ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS DE AGRICULTURA? Sim Não

Desafios na adoção de tecnologias de agricultura
Custo de aquisição dos equipamentos
Custo de aquisição de serviços externos
Manutenção dos equipamentos
Fontes de financiamento
Mão de obra
Compatibilidade entre os equipamentos
Informação sobre as tecnologias de agricultura
Viabilidade de tecnologias de agricultura

Agora estamos chegando ao final do questionário e gostaríamos de saber se o (a) sr. (a) já participou de algum programa de incentivo público no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017.

Q35. O (A) Sr. (a) já foi ou é beneficiário de algum programa público no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017? (pode marcar mais de uma alternativa)

01 Sim (Se utilizou, por quê?) _____

(Continue na Q36)

02 Não (Se não utilizou, por quê?) _____

Depois da resposta agradeça e encerre.

Q36. O (A) Sr. (a) diria que a sua participação nesse programa possibilitou o aumento na produção do milho?

Sr.(a) XXXXX Agradecemos pela sua colaboração. Caso tivermos alguma dúvida, voltaremos a lhe telefonar. Se não tenha anotado o telefone no início da entrevista:

Gostaria de anotar o número do meu telefone?

Se sim: O número é XXXXXXXX.

Observações (entrevistador): _____

ANEXO A – PARECER DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE RONDÔNIA: uma análise para o desenvolvimento regional

Pesquisador: KATUO OKABAYASHI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 97268918.8.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.900.896

Apresentação do Projeto:

Este projeto tem como tema as políticas públicas existentes para o desenvolvimento regional econômico no Estado de Rondônia, e a partir daí indaga-se: Quais as políticas públicas que fomentam o desenvolvimento regional em Rondônia no período de 2007 à 2017?

(transcrito do projeto)

Objetivo da Pesquisa:

Analisar as políticas públicas no processo de desenvolvimento regional no Estado de Rondônia no período de 2007 à 2017.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos serão mínimos, tendo em vista ser apenas para realização de entrevistas. A exposição dos participantes é outro exemplo de risco que o participante está submetido ao auxiliar na sua pesquisa. A participação neste pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados obedecem aos critérios da Ética em Pesquisa com seres humanos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Programa como Política Pública de fomento à atividade pecuária leiteira, pecuária de corte, produtores de café, soja e milho no Estado de Rondônia.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cepunitau@unitau.br



Continuação do Parecer: 2.900.896

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Atende as recomendação da Resolução 510/16.

Recomendações:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté recomenda a entrega do relatório final ao término da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Esta pesquisa segue as recomendações da Resolução 510/16, substituir numeração da resolução no texto.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião do dia 14/09/2018, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1114969.pdf	22/08/2018 02:21:08		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.PDF	22/08/2018 02:20:48	KATUO OKABAYASHI	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	21/08/2018 01:44:48	KATUO OKABAYASHI	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_de_compromisso_pdf.jpg	05/08/2018 20:17:09	KATUO OKABAYASHI	Aceito
Brochura Pesquisa	Questionario_versao_para_campo_pdf.pdf	05/08/2018 20:11:57	KATUO OKABAYASHI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	POLITICAS_PUBLICAS_PARA_O_DESENVOLVIMENTO_REGIONAL_EM_RODONIA.pdf	25/06/2018 16:00:32	KATUO OKABAYASHI	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	25/06/2018 15:28:20	KATUO OKABAYASHI	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	25/06/2018 13:42:39	KATUO OKABAYASHI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
 Bairro: Centro CEP: 12.020-040
 UF: SP Município: TAUBATE
 Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cepunitau@unitau.br



Continuação do Parecer: 2.900.896

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TAUBATE, 18 de Setembro de 2018

Assinado por:
José Roberto Cortelli
(Coordenador)

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O AGRONEGÓCIO: uma análise para o desenvolvimento regional de Rondônia

1. Natureza da pesquisa: o (a) Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo analisar as políticas públicas voltadas ao agronegócio no processo de desenvolvimento regional no estado de Rondônia no período correspondente aos anos de 2007 a 2017.

2. Participantes da pesquisa: produtores de leite, pecuaristas e produtores de café, soja e milho, que já tenham sido beneficiado em algum programa de incentivo público no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017.

3. Envolvimento na pesquisa: O(A) Sr.(Sra.) tem liberdade de se recusar a participar, ou ainda declinar de sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para ambas as partes. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do e-mail ou telefone do pesquisador do projeto.

4. Riscos e desconfortos: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

5. Confidencialidade: todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e a orientadora terão conhecimento dos dados.

6. Benefícios: ao participar desta pesquisa o(a) Sr.(Sra.) não terá nenhum benefício direto, entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre os conteúdos apresentados, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa promova avaliação do Programa como política pública de fomento à atividade leiteira, pecuária, café, soja e milho no estado no Estado de Rondônia. Igualmente, o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

7. Pagamento: O (A) Sr.(Sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Diante dos itens informados pergunto se o (a) Sr.(Sra.), de forma livre e esclarecida, manifesta seu consentimento em participar da pesquisa e declara que autoriza a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

